

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

FABIANA FLORES DE CARVALHO GALINARI

ATIVISMO NA INTERNET E O IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF
(as estratégias de convocação dos movimentos pró e contra a presidenta do Brasil, 2014-2016).

PORTO ALEGRE

2017

Fabiana Flores de Carvalho Galinari

ATIVISMO NA INTERNET E O IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF

(as estratégias de convocação dos movimentos pró e contra a presidenta do Brasil, 2014-2016).

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação e Informação.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Maria Helena Weber

PORTO ALEGRE

2017

CIP - Catalogação na Publicação

Flores de Carvalho Galinari, Fabiana
Ativismo na Internet e o impeachment de Dilma
Rousseff: as estratégias de convocação dos movimentos
pró e contra a presidenta do Brasil, 2014-2016. /
Fabiana Flores de Carvalho Galinari. -- 2017.
173 f.

Orientadora: Maria Helena Weber.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e
Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e
Informação, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Ativismo na Internet. 2. Impeachment. 3. Dilma
Rousseff. 4. Movimentos Sociais. 5. Comunicação
Pública. I. Weber, Maria Helena, orient. II. Título.

Fabiana Flores de Carvalho Galinari

ATIVISMO NA INTERNET E O IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF

(as estratégias de convocação dos movimentos pró e contra a presidenta do Brasil, 2014-2016).

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação e Informação.

Aprovado em 15 de maio de 2017

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Maria Helena Weber – Orientadora

Prof. Dr. Marcio Simeone Henriques – UFMG

Prof.^a Dr.^a Sandra Bitencourt de Barreras – IPA

Prof. Dr. – Rudimar Baldissera – PPGCOM/UFRGS

Prof.^a Dr.^a Miriam Rossini (Suplente) – PPGCOM/UFRGS

*Para o meu pai (in memoriam), por me ensinar
sobre os significados da palavra amor.*

AGRADECIMENTOS

Ao Melliandro, meu amor, por compartilhar as lutas e os sonhos comigo. Sou eternamente grata pelo apoio e pelo carinho.

À minha mãe, Izabel, luz da minha vida. Obrigada por nunca duvidar da minha capacidade.

Ao meu pai, Jota Flores, minha eterna admiração. Obrigada pelo amor incondicional.

Às minhas irmãs Flávia e Izabella (pequena Iza), pelo incentivo e compreensão.

À minha orientadora, Milena, pela confiança. Por me ajudar a trilhar esse caminho, mesmo quando a distância se impôs como um obstáculo para as nossas trocas.

Muito obrigada pela paciência, pela generosidade e pelo conhecimento transmitido.

Aos amigos que Porto Alegre me trouxe: Charles e Elisangela. Obrigada pela acolhida, pela força e por todo o afeto que me foi oferecido. A presença de vocês foi fundamental para que eu concluísse essa jornada.

Aos queridos colegas do NUCOP, Marcelo, Fiorenza, Ana, Camila B., Marja, Denise, Alexandre, Bruna, Matheus e Jana pelo conhecimento compartilhado. Obrigada pelas sugestões e incentivo, essenciais para o desenvolvimento desse trabalho.

Aos professores Márcio Simeone, Rudimar Baldissera e Sandra Bitencourt. Me sinto honrada em tê-los como avaliadores dessa pesquisa.

À UFRGS, universidade de excelência, por me oferecer um curso de qualidade. Agradeço, principalmente, aos colaboradores do PPGCOM, pela presteza e boa vontade oferecidas durante todo o meu percurso na instituição.

Alguns textos conduzem a guerras ou a destruição de armas nucleares; outros levam as pessoas a perder o emprego ou a obtê-lo; outros ainda modificam as atitudes, as crenças ou as práticas das pessoas.

Norman Fairclough

RESUMO

Esta dissertação associa os conceitos de democracia, movimentos sociais, ciberativismo, comunicação pública e esfera de visibilidade pública com o objetivo de identificar as estratégias de convocação empreendidas pelo MBL (Movimento Brasil Livre), VPR (Movimento Vem Pra Rua) e FBP (Frente Brasil Popular) diante do impeachment da Presidenta da República Dilma Rousseff em seus respectivos sites na internet, entre os dias 02/12/2015 e 31/08/2016. Os sites dos movimentos sociais são analisados a partir do modelo tridimensional de Fairclough (2001), que engloba os âmbitos do texto, das práticas discursivas e das práticas sociais. Em sintonia com esse modelo, os conceitos teóricos acionados referem-se à noção de democracia de acordo com as perspectivas de Dahl (1997 e 2001), Bobbio (1997 e 2007), Tilly (2010 e 2013) e Rosanvallon (2007). A questão dos movimentos sociais é discutida conforme os trabalhos de Gohn (1997 e 2016), Melucci (1989), Tarrow (2009), Castells (2013) e Alonso (2009). O tema do ciberativismo, por sua vez, é abordado segundo Vegh (2003), Malini & Antoun (2013), Farias (2014) e Moraes (2001). A dissertação articula, também, o conceito de esfera de visibilidade pública, a partir da percepção de Thompson (1999), Maia (2008), Henriques (2004 e 2005), Marques (2012, 2015 e 2017) e Gomes (2008), e debate o conceito de comunicação pública a partir do entendimento de Weber (2007, 2011) e Esteves (2011, 2015). Os procedimentos metodológicos combinam a Análise Crítica do Discurso (ACD) com as noções teóricas acima, buscando compreender o modo de agir, representar e identificar o impeachment na percepção dos movimentos. Dessa forma, é feita uma Análise de Redes Sociais (ARS) das interações discursivas estabelecidas a partir dos sites com outros atores externos (midiáticos), complementadas pela pesquisa documental e a análise histórico-descritiva sobre o processo de impeachment, com a descrição dos eventos e dos atores que o situam historicamente. A reflexão e a interpretação sobre tais perspectivas possibilitaram concluir que os movimentos sociais estudados empreenderam projetos mobilizadores, de caráter público, no ambiente digital (sites, redes sociais etc.) para convocar e mobilizar a sociedade civil antes e durante o processo de impeachment. Foi possível constatar que os movimentos atuaram, estrategicamente, de diferentes maneiras para obter visibilidade, representar o cenário político brasileiro e induzir os visitantes das plataformas a se posicionar de modo favorável ou contrário ao impeachment de Dilma Rousseff. Os movimentos favoráveis ao impeachment (MBL e VPR) acionaram e se apropriaram, principalmente, do discurso das mídias de massa para construir seus discursos. O movimento contrário ao afastamento da Presidenta (FBP), por sua vez, relacionou-se discursivamente com as mídias alternativas e com as organizações que o integra (68 movimentos sindicais e da juventude, ONGs, entidades religiosas, etc.). Tais práticas revelaram as relações de poder que circundam e influenciam os grupos, bem como os posicionamentos político-ideológicos dos líderes. As ações empreendidas através dos sites dos movimentos sociais estudados mostraram, também, a sua contribuição para o debate público sobre o processo de impeachment e sobre outros temas sensíveis correlatos.

Palavras-chave: Ativismo na internet. Impeachment. Dilma Rousseff. Movimentos Sociais. Comunicação Pública.

ABSTRACT

This dissertation associates the concepts of democracy, social movements, cyber-activism, public communication and sphere of public visibility with the objective of identifying the calling strategies employed by the MBL (Free Brazil Movement), VPR (Come to the Streets Movement) and FBP (Brazil Popular Front) in the face of the impeachment of President Dilma Rousseff, on their respective websites, between 02/12/2015 and 31/08/2016. These social movement websites are analyzed based on Fairclough's tridimensional model (2001), which encompasses text, discursive practices and social practices. In accordance with this model, the theoretical concepts engaged refer to the notion of democracy from the perspectives of Dahl (1997 and 2001), Bobbio (1997 and 2007), Tilly (2010 and 2013) and Rosanvallon (2007). The issue of social movements is discussed in the light of work done by Gohn (1997 and 2016), Melucci (1989), Tarrow (2009), Castells (2013), Alonso (2009). The theme of cyber-activism, in turn, is dealt with as per Vegh (2003), Malini & Antoun (2013), Farias (2014) and Moraes (2001). The dissertation also addresses the concept of public visibility sphere, based on the perception of Thompson (1999), Maia (2008), Henriques (2004 and 2005), Marques (2012, 2015 and 2017) and Gomes (2008), and discusses the concept of public communication based on the understanding of Weber (2007, 2011) and Esteves (2011, 2015). The methodological procedures combine Critical Discourse Analysis (CDA) with the technical notions above, in order to comprehend the mode of representing and identifying impeachment in the perception of the movements. In this manner, a Social Network Analysis (SNA) of the discursive interactions established is carried out from the sites in relation to other external players (media), supplemented by documental research and the historical-descriptive analysis of the impeachment process, with a description of the events and figures that situate it historically. The reflection and interpretation of these perspectives enabled us to conclude that the social movements studied employed mobilizing projects of a public nature in a digital environment (websites, social networks etc.) to call on and mobilize civil society before and during the impeachment process. It was possible to discern that the movements acted strategically in different manners to gain visibility, represent the Brazilian political scenario and induce visitors to take a position in favor or against the impeachment of Dilma Rousseff. The movements in favor of impeachment (MBL and VPR) principally engaged and took advantage of mass media's discourse to construct their own. The movement against the impeachment of the President (FBP), on the other hand, based its discourse on alternative media and the organizations that comprise it (68 union and youth movements, NGOs, religious entities, etc.) Such practices reveal the power relations that surround and influence the groups, as well as the political-ideological viewpoints of the leaders. The actions undertaken by the social movements studied, on their websites, also demonstrated their contribution to the public debate on the impeachment process and other significant correlated themes.

Keywords: Activism on the internet. Impeachment. Dilma Rousseff. Social Movements. Public Communication.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1- O modelo de análise tridimensional de Fairclough.....	64
FIGURA 2 - Página Inicial MBL.....	94
FIGURA 3 - Planos filiação MBL.....	96
FIGURA 4 - Notícia MBL.....	96
FIGURA 5 - Grafo do Movimento Brasil Livre.....	104
FIGURA 6 - Cartaz de campanha MBL.....	106
FIGURA 7 - Cartaz de campanha MBL.....	107
FIGURA 8 - Cartaz de campanha MBL.....	108
FIGURA 9 - Cartaz de campanha MBL.....	109
FIGURA 10 - Página inicial Movimento Vem Pra Rua.....	112
FIGURA 11 - Notícia VPR.....	113
FIGURA 12 - Notícia VPR.....	114
FIGURA 13 - Grafo do Movimento Vem Pra Rua.....	120
FIGURA 14 - Cartaz de campanha VPR.....	122
FIGURA 15 - Cartaz de campanha VPR.....	123
FIGURA 16 - Cartaz de campanha VPR.....	123
FIGURA 17 - Cartaz de campanha VPR.....	124
FIGURA 18 - Página inicial FBP.....	127
FIGURA 19 - Notícia seção Internacional.....	128
FIGURA 20 – Subseção atos, protestos e mobilizações.....	129
FIGURA 21 - Jornal Frente Brasil Popular.....	130
FIGURA 22 - Grafo da Frente Brasil Popular.....	137
FIGURA 23 - Notícia FBP.....	141
FIGURA 24 - Campanha FBP.....	141
FIGURA 25 - Notícia FBP.....	142
FIGURA 26 - Notícia FBP.....	143
FIGURA 27 - Grafo da interação entre os movimentos.....	147

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - As correntes que definem os Movimentos Sociais e as Ações Coletivas	36
QUADRO 2 - O modelo de Fairclough na análise do objeto de pesquisa	64
QUADRO 3 - Roteiro de identificação das estratégias de convocação nos sites.....	71
QUADRO 4 - Corpus de Pesquisa	72
QUADRO 5 – Organizações que integram a Frente Brasil Popular	79
QUADRO 6 - Dados projetados pela rede do MBL.....	105
QUADRO 7 - Dados projetados pela rede do VPR.....	121
QUADRO 8 - Dados projetados pela rede da FBP	138
QUADRO 9 - Notícias e links publicados pelos movimentos	146
QUADRO 10 – Interações nas redes dos movimentos MBL, VPR e FBP	148
QUADRO 11 - Síntese da Análise: as manifestações 2014-2016.....	151

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
I- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	22
1 DEMOCRACIA E MOVIMENTOS SOCIAIS	23
1.1 TEORIAS DEMOCRÁTICAS.....	23
1.2 MOVIMENTOS SOCIAIS: TEORIAS E DEFINIÇÕES	28
1.3 DEMOCRACIA, ATIVISMO E CIBERATIVISMO	39
1.3.1 Dispositivos e práticas dos movimentos na internet	42
1.3.2 Mídias Ativistas e Mídias de Massa	46
2 COMUNICAÇÃO PÚBLICA E ESFERA DE VISIBILIDADE PÚBLICA	50
2.1 COMUNICAÇÃO PÚBLICA	50
2.2 OPINIÃO PÚBLICA	54
2.3 ESFERA DE VISIBILIDADE PÚBLICA.....	56
3 METODOLOGIA.....	60
3.1 BASE TEÓRICA	60
3.1.1 Análise histórico-descritiva.....	60
3.1.2 Análise Estrutural das Redes Sociais	61
3.1.3 Análise Crítica do Discurso	63
3.2 AS CATEGORIAS DE ANÁLISE	66
3.2.1 Do texto: a realidade social e política construída pelos movimentos sociais.....	67
3.2.2 Das práticas discursivas: o discurso-outro como estratégia dos movimentos sociais	68
3.2.3 Das práticas sociais: ideologia, hegemonia e política no contexto de ação dos movimentos sociais.....	70
3.3 CORPUS DE PESQUISA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	71
II - O PROCESSO DE IMPEACHMENT E O ATIVISMO NA INTERNET	74
4 OBJETO DE PESQUISA: OS SITES DE CONVOCAÇÃO E MOBILIZAÇÃO	75
4.1 MOVIMENTO BRASIL LIVRE.....	75
4.2 MOVIMENTO VEM PRA RUA	77
4.3 FRENTE BRASIL POPULAR.....	78

5 O CONTEXTO POLÍTICO-SOCIAL DO BRASIL.....	81
5.1 AS MANIFESTAÇÕES DE RUA	81
5.2 A CRONOLOGIA DOS ACONTECIMENTOS	83
5.3 O GOVERNO DILMA ROUSSEFF	87
5.4 O PROCESSO DE IMPEACHMENT	89
III - AS ESTRATÉGIAS DE CONVOCAÇÃO E MOBILIZAÇÃO NOS SITES.....	92
6 O MOVIMENTO BRASIL LIVRE	94
6.1 IDENTIFICAÇÃO DO SITE.....	94
6.2 O TEXTO E A PRODUÇÃO DE SENTIDOS	97
6.2.1 <i>O discurso do manifesto</i>	99
6.3 PRÁTICAS DISCURSIVAS: O INTERDISCURSO NAS REDES	102
6.3.1 <i>O discurso-outro no site do movimento</i>	106
6.4 AS PRÁTICAS SOCIAIS: IDEOLOGIA, HEGEMONIA E POLÍTICA	109
7 O MOVIMENTO VEM PRA RUA	112
7.1 IDENTIFICAÇÃO DO SITE.....	112
7.2 O TEXTO E A PRODUÇÃO DE SENTIDOS	115
7.2.1 <i>O discurso no manifesto</i>	116
7.3 PRÁTICAS DISCURSIVAS: O INTERDISCURSO NAS REDES	118
7.3.1 <i>O discurso-outro no site do movimento</i>	122
7.4 PRÁTICA SOCIAL: IDEOLOGIA, HEGEMONIA E POLÍTICA	125
8 A FRENTE BRASIL POPULAR.....	127
8.1 IDENTIFICAÇÃO DO SITE.....	127
8.2 O TEXTO E A PRODUÇÃO DE SENTIDOS	131
8.2.1 <i>O discurso do manifesto</i>	132
8.3 PRÁTICAS DISCURSIVAS: O INTERDISCURSO NAS REDES	135
8.3.1 <i>O discurso-outro no site do movimento</i>	140
8.4 PRÁTICA SOCIAL: IDEOLOGIA, HEGEMONIA E POLÍTICA	143
9 O INTERDISCURSO NAS REDES DO MBL, VPR E FBP.....	146
9.1 INFORMAÇÃO E INTERAÇÃO DISCURSIVA NAS REDES DOS MOVIMENTOS	146
10 ANÁLISE GERAL:	150

10.1 AS PRÁTICAS E OS DISCURSOS NOS SITES: IDENTIFICANDO AS ESTRATÉGIAS	150
V- CONSIDERAÇÕES FINAIS	159
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	164
ANEXO A.....	169
ANEXO B.....	170
ANEXO C.....	171

INTRODUÇÃO

Esta dissertação trata das implicações geradas no cenário político, social e midiático do Brasil, a partir da atuação discursiva do MBL (Movimento Brasil Livre), do VPR (Vem Pra Rua) e da FBP (Frente Brasil Popular) em seus respectivos *sites*, na internet, durante o processo de impeachment da Presidenta da República Dilma Rousseff. O intuito desta pesquisa é identificar as estratégias de convocação adotadas por esses coletivos, que acreditavam desempenhar o importante papel de orientar e de informar a sociedade sobre temas de interesse público. No período do impeachment, enquanto alguns grupos assumiam o papel de ressaltar as deficiências do governo, justificando a necessidade do afastamento da Presidenta Dilma, outros salientavam as suas qualidades, defendendo a sua legítima permanência no poder.

Nesta pesquisa, os movimentos sociais são compreendidos como grupos e entidades organizadas que, - diante de oportunidades ou constrangimentos políticos - reivindicam direitos e defendem causas de interesse público ou particulares, atuando principalmente na mediação entre a sociedade, o Estado e os representantes políticos. Tal mediação é desempenhada através da linguagem (comunicação), inevitavelmente carregada de sentidos político-ideológicos. Para alcançarem seus objetivos (convocar e mobilizar outros atores), os movimentos valem-se de diferentes estratégias para ampliar a sua visibilidade. Acionam, através dos seus projetos mobilizadores, a atenção de múltiplos atores (cidadãos comuns, mídias, políticos etc.). A motivação para que os grupos exerçam tal função está diretamente relacionada ao desejo de transformação social.

A atuação do MBL, do VPR e da FBP contribuiu para que um grande debate público fosse instalado no país. É importante destacar que o contexto político e econômico do Brasil tem influenciado o engajamento da sociedade civil, de forma mais intensa, a partir das chamadas “Jornadas de Junho de 2013¹”. Elas tornaram-se um exemplo de organização coletiva que pode ter orientado o desenvolvimento daqueles que se tornariam os atores principais da grande polarização instalada no Brasil: os grupos a favor e contra o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff.

Questões como o funcionamento do regime democrático brasileiro, a legalidade e a viabilidade da abertura de um processo de impeachment no Brasil, tornaram-se pauta de debate

¹ O auge das jornadas de junho- <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1602961-protostos-de-junho-de-2013-atrairam-1-milhao-no-auge.shtml>

em diversos setores da sociedade. Em tal debate, os movimentos pró e contra o impeachment se tornaram os protagonistas em ação, ao informar, convocar, pressionar e tentar persuadir os cidadãos e os parlamentares envolvidos no processo, através de ferramentas de comunicação interativas articuladas na internet.

Os atos pelo afastamento da Presidenta têm início em 2014, ainda durante as eleições presidenciais. Em março² de 2015, período que marca o início do segundo mandato do governo Dilma, percebe-se que os movimentos alcançam um maior reconhecimento, ao terem suas reivindicações veiculadas pelas mídias de massa. A partir disso, os líderes dos movimentos passaram a trabalhar de maneira estratégica, construindo suas campanhas em *sites* e redes sociais na internet. Os três³ grupos eleitos para a análise nesta dissertação se destacam pela organização e dimensão de suas campanhas, dado o expressivo número de pessoas que conseguiram reunir nas ruas: a FBP (em defesa do mandato de Dilma), o VPR e o MBL (a favor do afastamento de Dilma). Eles investiram de forma enérgica em repertórios de ação, veiculando notícias para legitimar seus discursos, criando e disseminando cartazes e bandeiras, comercializando produtos e desenvolvendo dinâmicas de pressão para viabilizar a aderência da sociedade civil e de atores políticos em seus projetos.

É importante destacar que a compreensão acerca da legalidade do processo de impeachment é distinta para cada um dos grupos, o que condiciona o tema a diferentes representações discursivas. A partir da disputa de diferentes discursos e verdades expostos no espaço público, verifica-se o alargamento do debate público a respeito do tema em variados setores da sociedade brasileira. O acesso ampliado de informações é entendido como enriquecedor da comunicação pública e da democracia em seu sentido cívico (ESTEVES, 2011) e, de alguma forma, os movimentos sociais engajados no processo de impeachment de Dilma Rousseff corroboraram para a disseminação de diferentes pontos de vista a respeito do tema no espaço público.

Para além do que é noticiado pela imprensa e do que é exposto pelas instituições que regulam as atividades do Estado, o funcionamento e a construção da comunicação desses movimentos sociais na internet pode ajudar a esclarecer o modo como o processo de impedimento da Presidenta da República foi construído discursivamente e orientado

² El País - Protestos Março de 2015 http://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/15/politica/1426458992_617989.html

³ Correio do Povo – A articulação dos movimentos sociais <https://goo.gl/dX7sZg>

retoricamente para certas posições em detrimento de outras. Diante disso, desvendar quais são os argumentos mais recorrentes na comunicação apresentada por esses grupos e como esses argumentos podem influenciar as esferas política, civil e as mídias de massa é a principal motivação para desenvolver esta pesquisa.

Articulando suas campanhas nas redes e nas ruas, algumas especificidades sobre a comunicação desses grupos se fazem importantes e merecem ser exploradas: através das iniciativas e das ferramentas⁴ desenvolvidas na internet, os cidadãos puderam se sentir mais próximos dos representantes políticos responsáveis por definir o curso do processo de impeachment. Outro fator a ser destacado, diz respeito ao modo como a comunicação desses movimentos atuou sobre o comportamento das mídias de massa e dos próprios parlamentares: a divulgação das datas e dos horários dos atos criava expectativas que possibilitavam a organização, o agendamento e a precaução por parte dos envolvidos. Além disso, os visitantes dos *sites* e os seguidores das redes sociais dos movimentos podiam se informar sobre como deveriam se comportar diante do processo de impeachment (de acordo com a posição ideológica do grupo), o que oferece indícios da possível influência que essa dinâmica exerceu sobre a construção da opinião pública e na formação da posição política dos sujeitos.

A capacidade discursiva é a principal habilidade que as pessoas devem ter para influenciar e se fazerem visíveis na internet, ou seja, elas não “dependem necessariamente de privilégios financeiros, raciais ou geográficos” (MAIA, 2008, p. 338). Tal capacidade, pode-se acrescentar, culminou na eclosão de manifestações gigantescas contra e a favor de Dilma Rousseff no Brasil. Por esse fato, investigar o modo como esses movimentos operaram, estrategicamente, para convocar cidadãos, pressionar senadores e deputados, além de influenciar a opinião pública, justifica a relevância desta pesquisa. Isso, por um lado, por se tratar de um tema e de acontecimentos muito recentes e de alto impacto no cotidiano político brasileiro. A justificativa se basearia, assim, na necessidade de também de se produzir conhecimentos sobre essa questão tão controvertida em escala nacional.

Em função das justificativas descritas acima, é possível apresentar algumas questões que norteiam esta pesquisa: Como o processo de impeachment é construído discursivamente pelos movimentos sociais em termos, por exemplo, de solução ou retrocesso para os problemas do país? Em que contexto ocorreram as mobilizações e quais foram os eventos que as

⁴ Mapa do Impeachment (<http://mapa.vempraru.net/>) e Mapa da Democracia <https://goo.gl/KnsnYt>

influenciou? O MBL, o VPR e a FBP recorrem a conteúdos veiculados pelas mídias de massa para legitimar seus discursos? Os grupos apoiam ou recebem apoio de partidos políticos? Tais questionamentos orientam o *objetivo geral* a ser alcançado nesta dissertação:

Identificar as estratégias de convocação adotadas pelos movimentos Brasil Livre (MBL), Vem Pra Rua (VPR) e Frente Brasil Popular (FPB) em seus respectivos *sites* na internet, durante o processo impeachment da Presidenta da República Dilma Rousseff.

A partir do objetivo geral é possível delimitar os três *objetivos específicos*:

- Analisar as representações nos discursos dos movimentos sociais (política, social e econômica) que favorecem ou não a opção pelo impeachment.
- Analisar as interações e as referências discursivas adotadas pelos movimentos sociais para solicitar a participação da sociedade civil nas manifestações.
- Analisar a orientação ideológica e o contexto social em que atuam os movimentos sociais.

Os objetivos específicos são orientados, metodologicamente, pelo modelo tridimensional de Norman Fairclough (2001), no âmbito da Análise Crítica do Discurso. Para alcançá-los, a combinação de outros dois métodos de análise é também adotada: 1) a pesquisa qualitativa de cunho histórico-descritivo, prevista por autores como Marconi e Lakatos (2003) e Gil (1991) e 2) a Análise de Redes Sociais a partir das perspectivas de Lemieux e Ouimet (2004), Amaral (2016) e Amaral, Recuero e Fragoso (2012).

Tal como Gohn (1997), acredita-se que através da análise dos discursos e de toda a produção material e simbólica desenvolvida, pode-se captar a ideologia dos movimentos sociais. Além disso, apreender a natureza dos movimentos pró e contra o impedimento da Presidenta Dilma Rousseff, assim como suas motivações e estratégias de convocação, é uma maneira de se construir um arquivo e uma memória acadêmica sobre eventos importantes na história recente do país, ainda pouco estudados, descritos e interpretados.

Não obstante tal utilidade, de natureza sócio-acadêmica, a pesquisa, é relevante do ponto de vista teórico, pois viabiliza a compreensão acerca do funcionamento da internet nas dinâmicas políticas da vida contemporânea, constituindo-se num tema compatível com os estudos e teorias do campo da comunicação e da política.

Para entender como se configura e como opera a comunicação de tais movimentos, foram acionados conceitos e teorias ligadas a disciplinas da História, da Ciência Política e da Comunicação Social. Também se recorre a Linguística (Análise Crítica do Discurso), para realizar a análise do objeto de pesquisa aqui apresentado.

Na fase de construção desta dissertação, realizou-se um levantamento de artigos, teses e dissertações que se aproximam da linha temática proposta, com o intuito de se explorar o campo de produção da área. Para tanto, foram coletados dados e informações nos seguintes repositórios: Banco de Teses da Capes, Banco de Teses e Dissertações da Sociedade Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.

A busca pelos termos *impeachment e movimentos sociais*, no Banco de Teses da Capes, resultou em 03 resultados de dissertações. A primeira, que mais se aproxima da temática de estudo aqui proposta, é uma dissertação de mestrado realizada em âmbito estadual sobre as manifestações pró-impeachment, na cidade de João Pessoa, junto ao programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba, defendida em fevereiro do ano de 2016 cujo o título é: *Contra tudo isto que está aí: moralismo e política nas manifestações fora Dilma em João Pessoa* (ANDRADE, 2016).

A segunda e a terceira, relacionam-se de forma indireta com esta dissertação. Desenvolvida junto ao programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), a segunda dissertação versa sobre o impeachment do Ex-Presidente da República Fernando Collor de Melo e é intitulada: *A Folha de São Paulo e os protestos pelo impeachment de Collor* (FRANCA, 2015). A terceira é também uma produção recente, defendida no ano de 2016, junto ao programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense nomeada: *Vai pra Cuba!!! A rede antipetista na eleição de 2014* (JUNIOR, 2016).

Ao ser verificada a incidência de registros que relacionam os termos *movimentos sociais, internet e análise discursiva* constatou-se, através da busca nos três repositórios, a existência de extenso material. No entanto, no repositório da Capes, foi encontrada uma dissertação que se mostrou relevante para o diálogo com esta pesquisa, intitulada: *Enunciados Concretos Digitais: aspectos dialógicodiscursivos em pôsteres da rede social Movimento Contra Corrupção, no Facebook* (PIRES, 2014), vinculada ao programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia.

No Banco de teses e dissertações da Sociedade Brasileira de Pesquisa em Comunicação e Política e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações⁵ foi encontrada uma mesma dissertação, desenvolvida junto ao programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de Campinas (UNICAMP), defendida no ano de 1998 e intitulada: *Dos significados da "ética na política" articulação e discurso no contexto pró-impeachment* (TATAGIBA, 1998) que tem seu enfoque voltado para a análise dos *slogans* produzidos pelo Movimento pela Ética na Política (MEP), durante o processo de impeachment do Ex-Presidente da República Fernando Collor de Melo. A autora trabalha com os conceitos de *espaço público*, *democracia* e *cultura política*, em um momento histórico-político importante do Brasil.

Já a busca combinada das palavras-chave *Ativismo na internet* também foi realizada. São inúmeros os registros encontrados nos três repositórios. Para se ter uma ideia, apenas no repositório da Capes, foram localizados 223480 registros⁶ de teses e dissertações. Um fator interessante é que a maioria das pesquisas disponíveis para acesso nesses bancos de dados foram realizadas entre os anos de 2013 e 2016. Não por acaso, os chamados “novos movimentos sociais” como o MPL (Movimento do Passe Livre), ícone das jornadas de junho de 2013, tornaram-se a principal referência do início de uma série de protestos que se arrasta até os tempos atuais no Brasil.

Foi possível notar que, apesar de haver extensa produção relacionada a atuação dos movimentos sociais na internet, existe apenas uma dissertação produzida sobre movimentos sociais durante o processo de impeachment de Dilma Rousseff, mas que não avalia a interação dos movimentos com outras mídias e com a sociedade civil. Além disso, o enfoque dado pela autora se restringe aos movimentos favoráveis ao impedimento da Presidenta, num contexto regional. Por este fato, acredita-se que através dessa pesquisa, pode-se contribuir com a exploração e o registro dessa temática, de maneira mais ampla, no campo da Comunicação Social. Esta dissertação se aproxima e se relaciona com as produções do Núcleo de Comunicação Política e Pública (NUCOP), do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM/UFRGS).

Além desta introdução, a dissertação está estruturada em três partes. Inicia-se com o referencial teórico, composto por três capítulos. O Capítulo 1, dedica-se a uma discussão a respeito das teorias democráticas e dos conceitos de democracia que são por elas

⁵ Pesquisa realizada no dia 18 jun. 2016.

⁶ Pesquisa realizada no dia 18 jun. 2016.

fundamentados. Em seguida, são apresentadas as características dos movimentos sociais, buscando, a partir de diferentes correntes filosóficas, denomina-los e classifica-los, dando principal atenção às práticas ciberativistas dos movimentos contemporâneos no ambiente digital. Além disso, a partir da perspectiva teórica de democracia deliberativa, são discutidos os limites e as potencialidades das TICs (tecnologias de informação e comunicação)⁷ para o alargamento da participação cívica na sociedade contemporânea. O capítulo de nº 1 é finalizado com a exposição teórica acerca da complexa relação mantida entre as mídias de massa e os movimentos sociais.

Acredita-se que as mobilizações são uma forma de comunicação – de caráter público - geradoras de debates, que influenciam a opinião pública. Portanto, faz-se necessário a descrição e a reflexão sobre os conceitos de Comunicação Pública, Opinião Pública e Esfera de Visibilidade Pública, apresentados no Capítulo de nº 2. No Capítulo 3, são descritos os métodos (Análise Histórico-Descritiva, Análise de Redes Sociais e Análise Crítica do Discurso) e as teorias que dão sustentação a tais abordagens. São apresentadas, também, as categorias acionadas para as análises do objeto de pesquisa.

A segunda parte dessa dissertação, dedica-se a apresentação e a descrição do objeto de pesquisa e dos eventos que geraram efeitos sobre ele. No capítulo 4, são apresentadas informações iniciais sobre os movimentos analisados nesta pesquisa e sobre as dinâmicas empreendidas por eles em seus respectivos *sites* de convocação e mobilização. No capítulo 5, recebem destaque o contexto político e social do Brasil, o histórico das manifestações de rua, a trajetória do governo Dilma Rousseff e o trâmite do processo de impeachment da Presidenta, a partir da previsão jurídica da Constituição Federal.

A terceira parte da dissertação é destinada à análise dos *sites* do Movimento Brasil Livre (MBL) do Movimento Vem Pra Rua (VPR) e da Frente Brasil Popular (FBP). No Capítulo 6, é realizada a análise do *site* do Movimento Brasil Livre, no Capítulo 7 a análise do *site* do Vem Pra Rua e no Capítulo 8 a análise do *site* da Frente Brasil Popular. No Capítulo 9, é realizada uma análise das interações (hipertextuais) estabelecidas pelos grupos com outros atores (mídias) na internet. Já o Capítulo de nº 10 é dedicado ao que se denomina “análise geral”, um balanço conceitual das estratégias de convocação e mobilização identificadas nos *sites* dos três

⁷ De acordo com o TotLab as TICs são um conjunto de recursos tecnológicos integrados entre si, que proporcionam, por meio das funções de hardware, software e telecomunicações, a automação e a comunicação dos processos de negócios, da pesquisa científica e de ensino e aprendizagem

movimentos sociais eleitos para a análise. Finalmente, na quarta parte dessa dissertação, apresenta-se as Considerações Finais da pesquisa, seguida das Referências Bibliográficas descritas na última e quinta parte.

I- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Na fundamentação teórica, são apresentados três capítulos com os conceitos que norteiam as questões de pesquisa levantadas até aqui, e que dirigem a abordagem proposta. No primeiro capítulo, denominado *Democracia e Movimentos sociais*, busca-se discutir as concepções de democracia e as questões que envolvem a participação dos cidadãos em sociedades democráticas. Em seguida, é empreendida uma revisão a respeito da trajetória histórica dos movimentos sociais, incluindo os conceitos e as características que orientam os autores eleitos para o debate a respeito do tema. É também realizada, uma discussão acerca das potencialidades da internet como espaço democrático e de engajamento cívico. Além disso, destaca-se o enfoque particular às práticas que norteiam os grupos de protesto no ambiente *online*.

No segundo capítulo, *Comunicação Pública e Esfera de Visibilidade Pública*, a abordagem volta-se para o debate sobre as especificidades da comunicação pública e para os desafios que a compreensão do conceito de opinião pública muitas vezes impõe, dada a opacidade dos métodos que se dispõe, nas sociedades contemporâneas, para medir as preferências e as vontades da sociedade civil a respeito dos temas de interesse público.

O terceiro capítulo, *Metodologia*, dedica-se a descrição da base teórico-metodológica que dá sustentação a análise do objeto de pesquisa. Em primeiro lugar, são apresentados os métodos (histórico-descritivo, Análise Crítica do Discurso (ACD) e Análise de Redes Sociais (ARS). Em seguida, são indicadas as categorias de análise, acionadas para identificar as estratégias de convocação empreendidas pelo MBL, pelo VPR e pela FBP, em seus respectivos *sites* na internet, durante o processo de impeachment de Dilma Rousseff.

1 DEMOCRACIA E MOVIMENTOS SOCIAIS

A referência à democracia é essencial para se pensar a participação social de grupos engajados em ações coletivas na política contemporânea. Em busca de mudanças, (políticas, econômicas e sociais) e de direitos (saúde, educação, igualdade racial e de gênero), por exemplo, muitos coletivos incorporam aos seus repertórios um ideal comum: a construção e a luta por uma sociedade mais democrática.

Nesta dissertação, a democracia é tomada como um processo em desenvolvimento, permeado por debates sobre a sua eficiência e sobre as suas limitações, em diferentes modelos e regimes políticos que são, de forma substancial, afetados pelas intervenções da sociedade civil. A internet, por exemplo, alargou o campo de luta de muitos coletivos sociais ao promover maior visibilidade para as reivindicações - sem que estas tenham de passar necessariamente pelo filtro das mídias de massa – tornando-as públicas e, permitindo, que alcancem os representantes políticos.

Este capítulo busca aprofundar o debate sobre tais questões, buscando a partir de uma breve revisão das teorias democráticas, acionar alguns elementos que se fazem necessários para se refletir sobre a participação cívica num ambiente perpassado pelas TICs.

O esforço empregado por pesquisadores para alcançar uma definição para os movimentos sociais é acompanhado do desenvolvimento de diferentes correntes teóricas, que também serão apresentadas neste capítulo. Para tanto, destaca-se o debate sobre as variadas denominações teóricas que recebem os movimentos sociais. O período em que surgem e o contexto político-social em que atuam são determinantes, por exemplo, para caracteriza-los. Ao se apropriarem das TICs, as práticas sociais dos movimentos sociais ganham novos contornos (dinâmicas), o que viabiliza uma ampliação da autonomia e do alcance do conteúdo produzido por eles. No entanto, algumas relações podem não ser substancialmente alteradas, tais como o complexo vínculo mantido pelos movimentos sociais com as mídias de massa.

1.1 Teorias democráticas

São muitos os conceitos e teorias que circundam a ideia de democracia. Procedimentos, regras, tensões e promessas de um “ideal” democrático a ser alcançado, se contrapõe ao que de fato é realizado em diferentes regimes políticos, sejam eles autoritários ou não. A concepção

de democracia tem como pilar fundamental a ideia de soberania popular. Nesses termos, Norberto Bobbio a compreende como o modo de designar a forma de governo na qual o poder político é exercido pelo povo (BOBBIO, 2007, p. 135). Ou seja, pode-se definir a democracia de diferentes maneiras, mas “não existe definição que possa deixar de incluir em seus conotativos a visibilidade ou transparência do poder”.

O autor apresenta uma ideia inicial do que compreende ser uma “democracia mínima” - um conjunto de regras e procedimentos que contribui para a formação de decisões coletivas, em que está prevista e facilitada a participação mais ampla possível dos interessados – e, posteriormente, apresenta a ideia do que seria o conceito de uma “democracia geral”, que reflete mais a realidade da democracia representativa do que a realidade da democracia direta. A percepção de democracia geral prevê “a estratégia do compromisso entre as partes através do livre debate para a formação de uma maioria” (BOBBIO, 1997, p. 19). Além disso, o autor argumenta ser necessário o complemento de outra condição para delinear o conceito de democracia. Tal condição prevê, necessariamente, que os sujeitos convocados a decidir ou a eleger, bem como os que deverão decidir, possam ter acesso e poder de escolha sobre as alternativas.

Após apresentar os elementos que constitui o modelo ideal de democracia, o autor nos chama a atenção para as prerrogativas necessárias para que tal modelo seja realizável. Para ele, é necessário que os chamados a decidir tenham alguns direitos garantidos, como o direito à liberdade de expressão das próprias opiniões, de reunião, de associação, etc. Tais prerrogativas devem consideradas pois, segundo o autor, são elas que possibilitam aos atores deste sistema manifestar as próprias demandas e tomar decisões em uma livre discussão. No entanto, o autor acredita que a liberdade de associação e a liberdade de opinião devem ser adotadas com cautela, sem serem admitidas de forma ilimitada, pois “onde os limites aumentam, o sistema democrático é alterado e onde as duas liberdades são suprimidas a democracia deixa de existir” (BOBBIO, 1997, p. 72).

Sendo assim, Bobbio destaca a responsividade como elemento essencial para garantir a qualidade de um governo. Na mesma perspectiva, Robert Dahl (1997, p. 26) argumenta que pode ser considerado democrático aquele governo que “continuar sendo responsivo durante certo tempo, às preferências de seus cidadãos, considerados politicamente iguais”. Desse modo, todos os cidadãos devem ter oportunidades de formular suas preferências através da ação

individual e coletiva em uma democracia, expressando-as aos seus pares e ao governo, que deverão considerar tais preferências em sua conduta.

Dahl também estipula alguns critérios relativos ao processo que caracterizaria uma democracia e de como eles poderiam operar em uma associação voluntária, quais sejam: 1) participação efetiva; 2) igualdade de voto; 3) aquisição de entendimento esclarecido; 4) controle definitivo de planejamento; 5) inclusão de adultos. Para além desses critérios, o autor esclarece que as oportunidades que os cidadãos possuem para compreender, de forma clara, as questões públicas, não são apenas um componente da definição de democracia e sim uma exigência para se ter uma democracia. Nesse sentido, a educação se tornaria um fator fundamental para que a democracia funcionasse de modo pleno e contínuo.

O autor explica que os defensores da democracia sempre dão um lugar privilegiado a educação. No entanto, essa concepção de educação relaciona-se a outros fatores que ultrapassam os limites da escola formal. Ou seja, “uma educação cívica que exige também a discussão pública, a deliberação, o debate, a controvérsia, a pronta disponibilidade de informação confiável e outras instituições de uma sociedade livre” (DAHL, 2001, p. 93).

A reflexão sobre a oposição de uma função descritiva versus uma função normativa nos debates contemporâneos sobre a teoria democrática, é também revelada no pensamento de Dahl. Para além do sentido ideal de democracia, o autor se preocupa em avaliar os indicativos reais para a democratização dos sistemas políticos, sublinhando duas importantes dimensões para que tal processo ocorra: a contestação pública e o direito de participação. Tais dimensões são fundamentais para se pensar e avaliar os problemas e as limitações da maioria dos regimes, constituídos por uma democratização relativa ou incompleta, tais como as poliarquias: “regimes que foram substancialmente popularizados e liberalizados, isto é, fortemente inclusivos e amplamente abertos à contestação pública”. (DAHL, 1997, p. 31). Dahl compreende, assim, que nenhum regime do mundo “real” alcança de maneira plena a democratização. O que pode acontecer, pontua o autor, é uma aproximação de regimes em direção a uma poliarquia:

Quando regimes hegemônicos e oligarquias competitivas se deslocam na direção de uma poliarquia, eles aumentam as oportunidades de efetiva participação e contestação e, portanto, o número de indivíduos, grupos e interesses cujas preferências devem ser levadas em consideração nas decisões políticas (DAHL, 1997, p. 36).

Para Dahl, a poliarquia seria o modelo mais eficaz para se pensar os regimes políticos contemporâneos. Diante disso, sete condições ou prerrogativas são apontadas para o surgimento de regimes poliárquicos, quais sejam: 1) sequências históricas, 2) grau de concentração na ordem socioeconômica, 3) nível de desenvolvimento socioeconômico, 4) desigualdade, 5) clivagens subculturais, 6) controle estrangeiro e 7) crenças de ativistas políticos.

A crença dos ativistas políticos, questão que interessa a esta dissertação, é um componente fundamental para o êxito de um regime, principalmente na poliarquia, por influenciar de maneira substancial a formação ou a manutenção de um regime político. Para o autor, “o possível papel das crenças é grande demais para ser ignorado; isso porque há razões plausíveis para se pensar que certas crenças afetam as chances de hegemonia ou de poliarquia” (DAHL, 1997, p.131).

Charles Tilly (2013), por sua vez, apresenta uma revisão acerca das considerações e critérios propostos por Dahl, para construir a sua linha analítica, pensando a democracia como um fenômeno moderno. O autor considera importante o desenvolvimento de uma definição precisa do termo, principalmente quando se pretende descrever e explicar a mudança, a variação do alcance e do caráter da democracia.

Tilly discute a democracia contemporânea a partir de seus fundamentos históricos e se debruça sobre a investigação de “redes de confiança”, que se desenvolvem em processos democráticos, propondo uma reflexão acerca da qualidade democrática dos países, que podem variar de acordo com alguns critérios, tais como: a qualidade de vida e a situação política. O esclarecimento sobre como se dão os processos de democratização e de desdemocratização são também relevantes, devido aos complexos e graduais arranjos que dependem da negociação e da mobilização popular. Fundamentos como amplitude, igualdade, proteção e caráter mutuamente vinculante das consultas, somadas a capacidade do Estado, são as bases para a constituição de uma democracia. Para o autor, nenhuma democracia pode funcionar se falta ao Estado a capacidade de coordenar o processo de decisão democrática, com o propósito de colocar os resultados em prática.

Pierre Rosanvallon (2007) aponta, no entanto, que se as democracias funcionassem bem, não haveria demanda para a participação. Segundo ele, a democracia desenvolveu um conjunto de instituições representativas eleitorais, no entanto, ela esvaziou os espaços de poder social nas sociedades. Esse esvaziamento promoveu o surgimento de instituições não oficiais, cujo princípio central é a desconfiança em relação ao sistema político. O autor explica que essas

instituições desenvolvem novas formas de representação extragovernamentais, o que ajudaria a criar um sistema de múltiplas representações. Essa ideia de múltiplas representações é o que faria com que uma democracia se tornasse mais desenvolvida do que outras, por exemplo. Através de canais de representação múltiplos, seria construída uma relação particular com a cidadania e o ativismo, por exemplo, baseado na desconfiança, seria um motor (positivo) gerador de desconforto. Tal desconforto promoveria o engajamento das pessoas, que poderiam, por exemplo, pressionar o sistema jurídico e reativar a cidadania.

Diante disso, a recomendação do autor é a reelaboração da perspectiva da politização, conservando o modelo de empoderamento das instituições formais, apresentando, a partir disso, um novo arcabouço teórico que adota a perspectiva de uma contra-democracia (ROSANVALLON, 2007, p. 6). Esse seria um momento novo da democracia que, além de qualificado pelas tensões estruturantes das dificuldades intrincadas na cidadania, na representação e na soberania, estaria passando por uma transformação de todo um universo contra-democrático, ou seja, fundado por variadas manifestações de desconfiança dos cidadãos em relação aos poderes constituídos.

A principal qualidade de uma sociedade democrática é a vigilância (entendida pelo autor como elemento positivo). Rosanvallon divide a vigilância em três categorias, quais sejam: a denúncia, o escândalo e a qualificação, como ações socialmente construídas. O autor vê a necessidade de politização da democracia, através da substituição de critérios técnicos por critérios políticos, passando pelo desenvolvimento de contra-poderes que são a base para a contra-democracia. São três os contra-poderes elencados pelo autor – o povo enquanto agente superior (capacidade do cidadão de acompanhar o governo) – o povo veto (a cidadania como bloqueadora de políticas que não são interessantes para a sociedade) – e o povo juiz (representação no âmbito jurídico contra o Estado). Esses desenhos de contra-poder teriam um movimento contínuo, corroborando para o alargamento do campo de intervenção da sociedade na esfera política. No tópico seguinte, a reflexão sobre tal debate terá continuidade e outros fatores, como as circunstâncias (políticas, históricas) que desencadeiam a emergência de movimentos sociais incluindo-se, também, as denominações que recebem e as suas características, serão apresentados.

1.2 Movimentos Sociais: teorias e definições

É bastante comum a imprecisão a respeito do conceito de “movimento social” por parte de analistas e ativistas. De acordo com Charles Tilly (2010), a denominação geralmente se dá a qualquer ação coletiva popular relevante. No entanto, o autor explica que o modo como o conceito é utilizado não altera de forma substancial a discussão política, mas pode auxiliar no recrutamento, na mobilização e na moral no interior dos movimentos sociais. O alerta que se faz, nesse sentido, diz respeito ao esforço para definir e explicar como os movimentos sociais de fato funcionam, especialmente quando se trata de situar os movimentos sociais na história. O autor esclarece que,

[...] os analistas muitas vezes confundem a ação coletiva de um movimento com as organizações e redes que apoiam a ação, ou até mesmo consideram as organizações e redes como aquilo que constitui o movimento, identificando, por exemplo, o movimento ambientalista com as pessoas, as redes interpessoais e as organizações defensoras da proteção ao meio ambiente ao invés das campanhas nas quais estão engajadas. Os analistas muitas vezes tratam “o movimento” como um ator unitário singular, obscurecendo com isso: a) as incessantes manobras e realinhamentos que sempre ocorrem no interior dos movimentos sociais; e b) a interação entre ativistas, componentes, alvos, autoridades, aliados, rivais, inimigos e audiências que constituem a textura cambiante dos movimentos sociais (TILLY, 2010, p.141).

Tal apontamento se aproxima da visão de Alberto Melucci, que propõe uma reflexão acerca da distinção entre movimentos sociais e outros fenômenos coletivos. O autor define um movimento social como “uma forma de ação coletiva, a) baseada na solidariedade, b) desenvolvendo um conflito, c) rompendo os limites do sistema em que ocorre a ação” (MELUCCI, 1989, p. 57). É importante ressaltar, no entanto, que nem toda forma de ação coletiva pode ser tomada como um movimento social. Isso significa que “só existe movimento social quando a ação coletiva é dotada de objetivos sociais, quer dizer, reconhece a existência de valores e interesses sociais gerais” (TOURAINÉ, 1994, p. 88). Além disso, “um protesto (pacífico ou não), uma rebelião, uma invasão, uma luta armada, são modos de estruturação de ações coletivas que poderão ser estratégias de ação de um movimento social, mas sozinhos não são movimentos sociais” (GOHN, 2000, p.12).

Sidney Tarrow (2009, p. 21), por sua vez, define os movimentos sociais como “desafios coletivos baseados em objetivos comuns e solidariedade social numa interação sustentada com

as elites, opositores e autoridade”. O autor identifica nas oportunidades e nas restrições políticas, os incentivos mais importantes para iniciar o que ele denomina ser as “fases de confronto” de um movimento social. É através delas, e da aplicação do conhecimento de repertórios de ação que “os participantes reagem a uma variedade de incentivos: materiais e ideológicos, partidários ou baseados no grupo, de longa duração ou episódicos” (TARROW, 2009 p. 27). Além disso, é preciso se atentar para o fato de que os desafios contenciosos não são a única forma de ação de movimentos sociais. De acordo com o autor, os coletivos podem se engajar em ações como: 1) exercer pressão a autoridades; 2) oferecer incentivos seletivos aos membros ou futuros membros e 3) desafiar códigos culturais através de novas práticas.

O autor explica que é possível considerar que se está diante de um movimento social quando os repertórios de ação são direcionados a opositores poderosos de maneira conflitiva - em um cenário marcado por densas redes sociais e estruturas conectivas que acessam quadros culturais de maneira consensual. No entanto, os movimentos vão se diferenciar de acordo com sua natureza: alguns movimentos “se caracterizam por um espírito de jogo e carnaval, enquanto outros, revelam o furor inflexível da multidão” (TARROW, 2009, p. 22).

A diversidade de interpretações sobre o que é um movimento social na contemporaneidade pode ser explicada a partir de três fatores:

Primeiro: as mudanças nas ações coletivas da sociedade civil, no que se refere a seu conteúdo, suas práticas, formas de organização e bases sociais; segundo: mudanças nos paradigmas de análise dos pesquisadores; terceiro: mudanças na estrutura econômica e nas políticas estatais” (GOHN, 1997, p. 243).

Gohn ainda esclarece que as ações criadas por atores coletivos constituem os movimentos sociais, que emergem diante da conjuntura socioeconômica e política de um país, estabelecendo um campo de força social na sociedade civil. Essas ações, são constituídas por intermédio de repertórios criados sobre temas, problemas, conflitos e disputas, vivenciados pelo grupo na sociedade. Dessa forma,

[...] as ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não-institucionalizados. Os movimentos geram uma série de inovações nas esferas pública (estatal e não-estatal) e privada; participam direta ou indiretamente da luta política de um país, e contribuem

para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política. Estas contribuições são observadas quando se realizam análises de períodos de média ou longa duração histórica, nos quais se observam os ciclos de protestos delineados (GOHN, 1997, p. 251)

Entre as características dos movimentos sociais, algumas são destacadas pela autora: 1) eles tem como base de suporte de entidades e organizações da sociedade civil e política, com agendas de atuação construídas ao redor de demandas socioeconômicas ou político-culturais, que abrangem as problemáticas conflituosas da sociedade onde atuam; 2) politizam as demandas socioeconômicas, políticas e culturais, inserindo-as na esfera pública da luta política; 3) os líderes dos movimentos sociais falam em nome do coletivo e atuam como representantes e veículos de expressão dos movimentos; 4) os movimentos se relacionam de forma estreita com uma série de outras entidades sociopolíticas, tais como partidos e facções políticas - legais ou clandestinas -, igrejas, sindicatos, ONGs - nacionais e internacionais -, setores da mídia e atores sociais formadores de opinião pública, universidades, parlamentares em âmbito municipal, estadual e federal, setores da administração governamental, pequenos e médios empresários etc., articulados em redes sociais com interesses comuns (GOHN, 1997, p. 252).

Tais características e ações são também analisadas por outros autores, a partir de uma perspectiva estratégica. Para Ganz (2000, p.1010), estratégia é uma forma de “enquadramento” traduzida por escolhas específicas e diz respeito ao modo como se transforma o que se tem no que se precisa, administrando recursos para alcançar um propósito. Ou seja, a estratégia torna-se uma forma de orientar a ação atual de movimentos em direção a metas futuras, desenvolvendo-se em interação com um ambiente em constante mudança, especialmente em relação as ações e reações de outros atores (GANZ, 2000, p.1011).

O papel articulador dos movimentos sociais pode ser percebido como o reflexo do processo de mudança social e histórica de um país. De acordo com Gohn (1997, p.202), “dependendo das forças sociopolíticas a que estão articulados, em suas densas redes; e dos projetos políticos que constroem com suas ações” esses movimentos podem promover transformações progressistas, conservadoras ou reacionárias. Castells (2013) também acredita na potencialidade dos movimentos sociais de promover mudanças sociais. De acordo com o autor, uma crise nas condições de vida das pessoas torna insustentável a existência cotidiana, por este fato, movimentos sociais podem ser:

[...] induzidos por uma profunda desconfiança nas instituições políticas que administram a sociedade. A conjunção de degradação das condições materiais de vida e crise de legitimidade dos governantes encarregados de conduzir os assuntos públicos leva as pessoas a tomar as coisas em suas próprias mãos, envolvendo-se na ação coletiva fora dos canais institucionais prescritos para defender suas demandas e, no final, mudar os governantes e até as regras que moldam suas vidas. (CASTELLS, 2013, p. 127)

Essa busca por tomada de poder por parte das pessoas em ambientes de crises, de que fala o autor, se aproxima da perspectiva de Tilly (2010), que entende as ações dos movimentos sociais como uma forma de fazer política. Segundo o autor, esse modo de fazer política surgiu nos países do ocidente no final do século XVIII, e ganhou grande importância na Europa Ocidental e na América do Norte no início do século XIX.

Tilly denomina “complexo político” a combinação de três elementos: 1) campanhas de reivindicações coletivas dirigidas a autoridades-alvo; 2) um conjunto de empreendimentos reivindicativos, incluindo associações com finalidades específicas, reuniões públicas, declarações à imprensa e 3) demonstrações e representações públicas do que ele chama de VUNC (de valor, unidade, números e comprometimento) referentes à causa (TILLY, 2010, p.142). O autor explica:

[...] demonstrações de VUNC podem assumir a forma de declarações, slogans ou rótulos que implicam valor, unidade, números e comprometimento: Cidadãos Unidos pela Justiça, Signatários do Compromisso, Defensores da Constituição, e assim por diante. Além disso, as representações coletivas expressam-se muitas vezes por meio de formas peculiares reconhecíveis pelos públicos locais, como por exemplo: comportamento sóbrio; roupas asseadas; presença de clérigos, dignitários e mães com crianças; unidade: emblemas, faixas, bandeiras ou vestimentas combinadas; marchas em formações organizadas; canções e cantos; números: contagem de participantes; número de assinaturas em petições; quantidade de mensagens dos partidários; capacidade de encher as ruas; comprometimento: enfrentamento do mau tempo; participação visível de idosos e portadores de deficiências; resistência à repressão; sacrifícios, subscrições e/ou atos de benemerência ostensivos (TILLY, 2010, p.138).

Desse modo, uma campanha, na concepção de Tilly, se estende para além de um evento particular, sendo o resultado da combinação de pelo menos três fatores: “um grupo de demandantes autodesignados, algum alvo (ou alguns alvos) de demanda e algum tipo de público”. As demandas podem ter como alvo autoridades governamentais, mas as “autoridades”

podem também incluir donos de propriedades, funcionários religiosos, e outros cujas ações (ou omissões) afetam significativamente o bem-estar de muitas pessoas (TILLY, 2010, p.137).

Já os repertórios de um movimento social, podem ser compreendidos como um “esforço público” (também denominado pelo autor como campanha), que emergem a partir da organização de reivindicações coletivas que buscam atingir autoridades específicas, além da adoção de algumas ações como: “criação de associações e coalizões para finalidades específicas, reuniões públicas, desfiles solenes, vigílias, comícios, iniciativas reivindicatórias, declarações para e nos meios de comunicação de massa, e panfletagem” (TILLY, 2010, p.137).

É a união do repertório com as demonstrações de VUNC, no interior das campanhas dos movimentos sociais, que distingue o perfil de um movimento social. O que também é apontado por Gohn, que compreende a construção dos repertórios a partir da agregação das demandas, organizadas pela ação coletiva. De acordo com ela, os repertórios se configuram “na tradução da demanda em reivindicação, mediatizada pelo conteúdo político-ideológico do projeto do movimento” (GOHN, 1997, p. 256).

O conhecimento de diferentes repertórios de ação coletiva torna-se um fator fundamental para que novos movimentos sociais obtenham êxito. De acordo com Ganz (2000), as lideranças que possuem informações sobre diferentes repertórios, se tornam mais predispostas a desenvolver uma estratégia eficaz, em comparação com aquelas que não buscam tal conhecimento. Desse modo, o conhecimento sobre os repertórios de ação coletiva torna-se um bem valioso para os grupos, pois não só amplia gama de opções dos líderes, mas também lhes proporciona a oportunidade de se adaptar a novas situações, através da bricolagem ou analogia (GANZ, 2000, p.1018).

Outro fator importante, diz respeito ao sentimento de solidariedade ou identidade acionados pelas lideranças, pois são raros os incentivos que recebem e, muitas vezes, é precário ou inexistente o conhecimento que possuem de rotinas institucionais. Com o intuito de ganhar o apoio das pessoas, tais lideranças têm a função criativa de inventar, selecionar e adaptar as formas de ação coletiva e de confronto (TARROW, 2009, p.40). Ou seja, os líderes dos movimentos são as pessoas autorizadas a fazer escolhas estratégicas dentro da organização. No entanto, os grupos que combinam *insiders* e *outsiders*, laços fortes e fracos aos círculos eleitorais, bem como repertórios diversificados e relevantes de ação coletiva, tem maior capacidade para desenvolver uma estratégia eficaz do que aqueles que não o fazem (GANZ, 2000, p.1014,1015).

Ganz (2000, p.1016) argumenta, ainda, que os líderes com "laços fortes" aos círculos eleitorais estão mais aptos a possuir informações relevantes sobre onde encontrar recursos, a quem recrutar, que táticas usar e como encorajar esses públicos a se identificar com a organização. Por outro lado, os líderes que possuem "laços fracos" com diversos públicos são mais propensos a saber como acessar uma diversidade de pessoas, ideias e rotinas que facilitem amplas alianças. Ou seja, para alcançar seus objetivos, a interatividade torna-se fator principal nas dinâmicas dos grupos.

A interatividade também é pensada por Tilly (2010, p.149), que compara as ações dos movimentos sociais com ações que se assemelham a campanhas eleitorais, rebeliões populares e mobilizações religiosas. Segundo o autor, elas se caracterizam “por suas interações entre grupos reivindicantes temporariamente conectados e os objetos de suas demandas com terceiros, tais como: representantes, aliados, reivindicadores rivais, inimigos, autoridades e vários públicos que muitas vezes exercem papéis significativos no desenrolar da campanha”. Deste modo, os movimentos sociais tendem a combinar reivindicações que podem ser denominadas programa, identidade e posição:

[...] as reivindicações de programa envolvem o apoio expresso ou a oposição a ações presentes ou propostas pelos objetos das reivindicações do movimento. As reivindicações de identidade consistem em declarações de que “nós” – os reivindicadores – constituímos uma força unificada a ser enfrentada. Demonstrações de VUNC (valor, unidade, números e comprometimento) constituem um apoio para as reivindicações de identidade. Reivindicações de posição afirmam laços e similaridades com outros atores políticos como, por exemplo, minorias excluídas, grupos de cidadãos propriamente constituídos, ou leais defensores do regime. Algumas vezes, elas dizem respeito à posição de outros atores políticos, como, por exemplo, nos reclamos para a expulsão de imigrantes ou para negar seu direito à cidadania. Reivindicações de programa, identidade e posição conformam-se a códigos parcialmente separados, construídos a partir da história política particular de um regime (TILLY, 2010, p. 149).

Em busca de esclarecimentos sobre as atividades históricas dos movimentos sociais, Tilly propõe a observação de quatro aspectos: em primeiro lugar, identificar as origens e transformações de campanhas, repertórios e demonstrações de VUNC. Em segundo lugar, descobrir quais são os processos sociais que encorajam ou inibem a proliferação dos movimentos sociais. Em terceiro lugar, como os elementos dos movimentos sociais interagem com outras formas de fazer política. O autor ainda sugere uma reflexão acerca de como, por

exemplo, as greves industriais, as campanhas eleitorais e os movimentos sociais se influenciam mutuamente (TILLY, 2010, p. 148).

As influências que afetam o comportamento dos movimentos sociais também são discutidas por Tarrow (2009), em sua elaboração sobre os confrontos políticos. Segundo o autor, o confronto político faz parte de uma cultura pública e é socialmente comunicado. Nesses termos, os movimentos carregam rotinas que dizem respeito a história de uma sociedade. Por esse fato, os confrontos fazem parte de uma “memória” de grupos particulares que podem ser,

[...] herdadas ou raras, habituais ou pouco conhecidas, solitárias ou parte de campanhas conjuntas. Podem ser ligadas a temas que estão inscritas na cultura ou são inventadas na hora, ou – mais comumente- combinam elementos de convenção com novos quadros de significação (TARROW, 2009, p. 40).

Nesse mesmo sentido, Tilly esclarece que a compreensão da história dos movimentos sociais se faz importante para explicar algumas de suas características, como a identificação de transformações em seu funcionamento e no entendimento das variações das condições políticas que possibilitam o seu percurso no tempo. Na mesma linha de compreensão, Castells (2013, p. 141) argumenta que é possível compreender e avaliar um movimento social, bem como os efeitos gerados por ele em uma sociedade, a partir da análise de sua produtividade histórica e social.

Ao realizar uma revisão a respeito das teorias clássicas que tratam das ações coletivas, Gohn aponta que o consenso da abordagem clássica sobre os movimentos sociais foi marcado pelo período que predominou até a década de 60 deste século. Entre as linhas que possuem características comuns e que compõe esta abordagem está a teoria da ação social e a busca pela compreensão dos comportamentos coletivos (GOHN, 1997, p. 23). De acordo com a autora, os comportamentos dos sujeitos eram analisados segundo um enfoque sociopsicológico, que levava em consideração o comportamento coletivo institucional e o não-institucional:

[...] a ação não-institucional era definida como aquela não guiada por normas sociais existentes, mas formada pelo encontro de situações indefinidas ou desestruturadas, entendidas como quebras da ordem vigente. Estes processos ocorreriam antes que os órgãos de controle social, ou de integração normativa adequada, atuassem, restaurando a ordem antiga ou criando uma nova, que absorveria os reclamos contidos nas agitações coletivas. Durante todo o processo o que se observava eram tensões, descontentamentos, frustrações e agressões dos indivíduos que participavam das ações coletivas (GOHN, 1997, p. 24).

Na abordagem clássica, o sistema democrático possuía características elitistas e pluralistas. Ele era orientado por meio de eleições livres, mas, a participação e a eleição de minorias eram realizadas através de partidos e grupos de interesse. Nesse sistema, as ações coletivas de cunho extra-institucional com traços ideológicos eram vistas como antidemocráticas e ameaçadoras do ideal de consenso que deveria existir na sociedade civil.

A participação e a motivação dos indivíduos nas reivindicações, por exemplo, eram observados como respostas às mudanças sociais aceleradas e a consequente desorganização social. Já o sistema político – apesar de ser visto como uma estrutura permeável – não podia ser influenciado pelos movimentos sociais: por serem espontâneos e explosivos, eram incapazes de realizar tal feito. Ou seja, somente os partidos políticos, grupos de interesse e alguns líderes possuíam tal competência (GOHN, 1997, p. 25).

As análises realizadas pelos autores clássicos se davam a partir do surgimento, crescimento e propagação dos movimentos sociais, em uma articulação mediada pela comunicação (contatos, rumores, reações circulares, difusão das ideias). A autora descreve que as abordagens clássicas davam forte importância às reações psicológicas dos sujeitos, tratadas nessas referências, como não-rationais ou irracionais, diante das transformações geradas pela sociedade industrial (GOHN, 1997, p. 25).

Desse modo, a mobilização coletiva na era clássica “eclodiria apenas como irracionalidade” e ainda “como explosão reativa de frustrações individuais, que as instituições momentaneamente não lograriam canalizar” (ALONSO, 2009, p.50). São cinco as grandes correntes interpretativas dentro da perspectiva clássica norte-americana que trataram do tema (Quadro 1). Três delas denominadas por seus formuladores como movimentos sociais e duas por ações coletivas.

QUADRO 1 - As correntes que definem os Movimentos Sociais e as Ações Coletivas

Movimentos Sociais			Ações coletivas	
A Escola de Chicago ⁸ e os interacionistas simbólicos. Herbert Blumer (1949).	Teorias sobre a sociedade de massas ⁹ . Eric From (1941) Hoffer (1951) Kornhauser (1959).	Teoria de articulação de classes e relações sociais de produção ¹⁰ . S. Lipset (1950) e Herbele (1951).	Teoria da Escola de Chicago ¹¹ / Teoria da ação social. Goffman (1959), Turner e Killian (1957), Selmer (1962) e Parsons (1951).	Organizacional-Institucional ¹² . Gusfield (1955), Selznick (1952).

Fonte: Maria da Gloria Gohn (1997, p. 26, 27).

Nos anos 60, surgem novos movimentos sociais com padrões diferentes dos que eram analisados através da abordagem tradicional clássica (desenvolvida na década de 50 e que procurava explicar movimentos dos anos 20 e 30). Demandas como os direitos civis, o feminismo e a guerra do Vietnã orientaram o desenvolvimento da Teoria de Mobilização de Recursos (MR), corrente que predominou nos estudos nos Estados Unidos, durante duas décadas. A esse respeito, Gohn aponta que

[...] as teorias das tensões estruturais, privações, descontentamentos etc. eram, para os criadores da MR, insuficientes para explicar os novos movimentos. A nova teoria enquadrava as ações coletivas em explicações comportamentalistas organizacionais, rejeitando, portanto, a ênfase anterior dada pelo paradigma clássico aos sentimentos, descontentamento e quebras de normas, todos de origem pessoal (GOHN, 1997, p. 50).

⁸ A Escola de Chicago colaborou intensamente (1910-1950) para o desenvolvimento da Sociologia como o campo autônomo de investigação. Foi responsável por desenvolver vasta produção no campo das relações sociais, dando origem a tradição do interacionismo simbólico. A Escola era tida como meta atingida a reforma social de uma sociedade agitada com o intuito de alcançar um caminho estável e harmonioso. Os teóricos fundamentais são George H. Mead (nas décadas de 30 e 40), Robert Park (1952), W. I. Thomas (1966) e Herbert Blumer (1939) (GOHN, 1997, p.27).

⁹ Corrente preocupada com o comportamento coletivo das massas, vendo-o como antimodernos e fruto da anomia e das condições estruturais de carências e privações (GOHN, 1997, p.36).

¹⁰ A compreensão dos movimentos sociais é orientada por uma abordagem sócio-política viabilizada por temas como a revolução e a reforma nos anos 50 que eclodiram durante a Guerra Fria. Entendimento dos movimentos revolucionários e da mobilização partidária, do comportamento diante do voto e do poder político dos diferentes grupos e classes sociais (GOHN, 1997, P.37).

¹¹ Analisa desde formas elementares de comportamento coletivo até a construção das ações coletivas em grande escala, retoma o viés psicossocial. Os movimentos eram vistos como característicos de sociedades desorganizadas (GOHN, 1997, p.40).

¹² Gusfield (1966) dividiu os movimentos em três categorias: de classe, expressivos e de status. Influenciou as teorias que substituíram o paradigma clássico, mas não gerou nenhuma teoria específica dos movimentos sociais. (GOHN, 1997, p.48)

Por ser dirigida por fundamentos da economia, a Teoria de Mobilização de Recursos (MR) conceituava os movimentos como organizações burocráticas integradas por grupos de interesse. Inicialmente, acreditava-se que eles emergiam a partir da viabilidade de recursos; num segundo momento, a ideia era a de que os movimentos surgiam a partir de oportunidades políticas que podiam beneficiar as ações coletivas. A autora explica que o protesto político era caracterizado como um recurso, que poderia ser trocado num mercado de bens políticos, em que os atores agiriam racionalmente segundo o cálculo de recursos e benefícios (GOHN, 1997, p. 51). Na mesma perspectiva, Alonso explica que,

[...] a TMR aplicou a sociologia das organizações ao seu objeto, definindo os movimentos sociais por analogia com uma firma. A racionalização plena da atividade política fica clara no argumento da burocratização dos movimentos sociais, que, gradualmente, criariam normas, hierarquia interna e dividiriam o trabalho, especializando os membros, com os líderes como gerentes, administrando recursos e coordenando as ações (ALONSO, 2009, p.52).

Nos anos 70, os aspectos excessivamente econômicos que orientavam a teoria de MR logo culminaram no desenvolvimento de uma nova fase no paradigma norte-americano, reativando o campo da cultura e a interpretação das ações coletivas. Ou seja,

[...] a linguagem, as ideias, os símbolos, as ideologias, as práticas de existência cultural, tudo passou a ser visto como componente dos conflitos expressos nos discursos, numa análise menos preocupada com a desconstrução de textos e mais interessada nos símbolos de ideias naqueles discursos, enquanto veículos de significados sociais que configuram as ações coletivas (GOHN, 1997, p. 69).

A Combinação de parâmetros políticos e culturais dá origem a duas novas correntes: a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (NMS), na Europa, e a Teoria da Mobilização Política (TMP), esta última também denominada por alguns autores como TPP (Teoria do Processo Político), ainda dentro do paradigma norte-americano. Ao combinar política e cultura como chave explicativa “ambas se insurgiram contra explicações deterministas e economicistas da ação coletiva e contra a ideia de um sujeito histórico universal” (ALONSO, 2009, p. 53).

Autores como Charles Tilly, Sidney Tarrow e Doug MacAdam são referência nos estudos da TPP, constituída por uma lógica em que,

[...] as oportunidades políticas, os símbolos e códigos construídos no processo de mobilização, são vistos como recursos, instrumentos, meios para certos fins, num ambiente onde se tem oportunidades e constrangimentos. Este ambiente tem força de configuração de processo de litígios e contensões. Ou seja, a questão da lógica na racionalidade dos atores na ação social não foi abandonada, mas inserida num campo de disputas com variáveis mais amplas do que as da pura racionalidade econômica enfatizada anteriormente pela TMR. (GOHN, 1997, p. 78)

Gohn ainda explica que os teóricos¹³ que fundam NMS, desenvolvem esquemas interpretativos enfatizando a cultura, a ideologia, as lutas sociais cotidianas, a solidariedade entre as pessoas de um grupo ou movimento social e o processo de identidade criado (GOHN, 1997, p. 121). Nessa perspectiva, os atores eram analisados sob a ótica de suas ações e pelas identidades coletivas desenvolvidas.

É importante destacar, ainda, que a revisão teórica acerca dos movimentos sociais na Europa e nos Estados Unidos se fazem relevantes para a compreensão das características dos movimentos sociais na América Latina. Isso porque, “a despeito das diferenças entre os processos histórico-culturais, que geram processos econômicos, políticos e sociais totalmente distintos, a utilização na América Latina de modelos teóricos produzidos na Europa e nos Estados Unidos tem longa tradição” (GOHN, 1997, p. 212).

As teorias europeias com o enfoque na análise da teoria dos novos movimentos sociais (NMS), por exemplo, influenciaram de forma importante as práticas e os estudos dos movimentos sociais na América Latina. De acordo com Gohn, o paradigma latino-americano dirigiu-se em grande parte para a análise de “movimentos sociais libertários ou emancipatórios (índios, negros, mulheres, minorias em geral); nas lutas populares urbanas por bens e equipamentos coletivos, ou espaço para moradia urbana (nas associações de moradores e nas comunidades de base da Igreja), e nas lutas pela terra, na área rural” (GOHN, 1997, p. 15).

Tanto no Brasil como em outros países do mundo, a história demonstra que os movimentos sociais foram e ainda são o reflexo de uma necessidade comum de mudança. Possuem repertório próprio, baseado no aprendizado obtido através de outras ações coletivas e se organizam em busca de atenção pública, através do desenvolvimento de campanhas.

¹³ Touraine (corrente francesa), Offe (corrente alemã), Melucci (corrente italiana).

Como apontou Gohn (1997) na seção anterior, os autores clássicos realizavam as análises dos movimentos em uma articulação mediada pela comunicação (contatos, rumores, reações circulares, difusão das ideias). Tal como Gomes (2008), a compreensão que se chega é a de que a comunicação é um instrumento importante para a democracia, porque provê informações, viabilizando a produção e a propagação de conteúdos de interesse coletivo. Para além da influência das circunstâncias políticas e sociais, o modo de operação dos grupos que protestam na contemporaneidade é também o “resultado da apropriação estratégica das tecnologias de informação, apontando para novas tendências nas formas de ação coletiva” (MACHADO, 2007, P.250). Desse modo, é possível compreender que as campanhas dos movimentos são ampliadas e fatores como visibilidade e interatividade, tão caros aos movimentos, são potencializados através da ação ativista na internet.

1.3 Democracia, ativismo e ciberativismo

De acordo com Manuel Castells (2013, p.172), a exigência de uma nova forma de democracia é um traço comum observado nos repertórios dos movimentos sociais em rede no mundo todo, “não necessariamente identificando seus procedimentos, mas explorando seus princípios em sua própria prática”. O desrespeito social resultante de algumas práticas da democracia representativa é o principal motivo para que movimentos sociais se indignem e se engajem em busca de mudanças sociais, políticas e econômicas.

Nesses termos, o autor argumenta que os movimentos geralmente surgem de um sonho e um projeto: “reinventar a democracia, encontrar maneiras que possibilitem aos seres humanos administrar coletivamente suas vidas de acordo com os princípios amplamente compartilhados em suas mentes e em geral negligenciados em sua experiência diária” (CASTELLS, 2013, p. 142). Tal reinvenção estaria assentada na ideia de contra-poder, entendida pelo autor como “a capacidade dos atores sociais desafiarem o poder embutido nas instituições da sociedade com o objetivo de reivindicar a representação de seus próprios valores e interesses” através das TICs, em um processo de comunicação cada vez mais independente (CASTELLS, 2013, p.14).

Pensar as TICs como meio de agregar cidadãos e estabelecer o engajamento cívico na internet tem sido o foco de discussão de diversos autores das ciências sociais e políticas. A web 2.0 estabeleceu um novo cenário, que diminuiu as fronteiras e aumentou o fluxo de informações, ampliando a criatividade, a participação e a troca argumentativa entre os

indivíduos sobre os mais variados assuntos. Para alguns, a internet assume uma função complementar da democracia representativa, enquanto para outros, seu potencial pode viabilizar muitos dos problemas que fizeram da democracia direta um ideal impraticável.

A partir dos anos 1990, a internet trouxe consigo enormes expectativas no que diz respeito à renovação das possibilidades de participação democrática. De acordo com Gomes (2008), a esperança alimentada era a de uma internet que refletisse o ideal de renovação da esfera pública e da democracia participativa, onde quase todas as formas de ação política por parte da esfera civil pudessem ser realizadas na rede. A facilidade que as TICs promovem ao diminuir a distância entre os sujeitos e propiciar o diálogo é também evidenciada por Maia (2008). Para a autora, os engajamentos em conversações políticas são essenciais para a absorção e entendimento mais apurado da informação por parte dos indivíduos. (MAIA, 2008, p. 205).

Gomes (2008) explica que são dois os temas que recebem maior enfoque pela literatura da internet quando o assunto é a extensão das possibilidades de participação política. O primeiro, seria o revigoramento da esfera da discussão pública, como efeito direto da entrada em cena de um novo meio de comunicação política. O segundo, estaria ligado ao potencial da internet de superar o déficit democrático das mídias de massa (GOMES, 2008).

Na perspectiva primeira, os requisitos básicos da teoria normativa de Habermas sobre a esfera pública democrática seriam atendidos. A ampliação ao acesso, a comunicação não-coercitiva, a liberdade de expressão, a agenda irrestrita, a participação para além das instituições políticas tradicionais e a constituição da opinião pública mediante o processo de debate, apontavam para a internet como uma situação ideal de comunicação democrática. O segundo ponto de vista, trata da limitação das mídias de massa em contraste com o potencial interativo da internet. A edição jornalística filtra e controla os conteúdos, antes que estes cheguem aos destinatários, já na internet, um diálogo de mão dupla poderia ser estabelecido. Ou seja, fatores como a redução de custos para o recebimento e a propagação de informações viabilizaria uma aproximação entre os agentes políticos e os eleitores.

Dahlgren (2005) percebe a internet como um impulso positivo para a democracia. Para o autor, ela amplia e enriquece a esfera pública, soma de vários espaços na sociedade que admitem a circulação de informação e interação. De acordo com ele, a internet expande as vozes que são ouvidas na esfera pública, cria novos padrões de ativismo político, além de alargar a comunicação entre os cidadãos (DAHLGREN, 2005, p. 151). O autor é otimista ao pensar a internet como um eixo no cenário político, devido a sua capacidade de interação cívica. Para

Dahlgren, as novas tecnologias têm o potencial de expandir o ativismo digital e o princípio de uma nova esfera pública.

Ao trabalhar com três elementos ou dimensões da esfera pública – o estrutural, o da representação e o interacional –, Dahlgren acredita que a internet deva ser analisada num contexto de crise da democracia e, especialmente, dos mecanismos de comunicação política. Independentemente dos problemas que possam advir da introdução da internet na esfera pública, ela já tem produzido um impacto positivo, pois amplia e pluraliza o debate sobre temas de interesse público (DAHLGREN, 2005, p. 153).

Desse modo, as relações entre esfera política e esfera civil poderiam ser, de alguma forma, facilitadas no ambiente *online*. Para Marques (2012, p. 140), “novos dispositivos midiáticos, como aqueles promovidos pela internet, ampliam as possibilidades de interação e de organização dos movimentos em escala nacional e global”. Já no olhar de Castells,

[...] a internet fornece a plataforma de comunicação organizacional para traduzir a cultura da liberdade na prática da autonomia. Isso porque a tecnologia da internet incorpora a cultura da liberdade, como mostra o registro histórico de seu desenvolvimento. Ela foi deliberadamente programada por cientistas e hackers como uma rede descentralizada de comunicação por computadores capaz de resistir ao controle de qualquer centro de comando (CASTELLS, 2013, p. 168).

O autor ainda explica que a comunicação desenvolve um papel fundamental na formação e na prática dos movimentos sociais. Ou seja, “é por meio das redes de comunicação digital que os movimentos vivem e atuam, certamente interagindo com a comunicação face a face e com a ocupação do espaço urbano” (CASTELLS, 2013, p. 168).

Marques (2012, p.145) esclarece que são diversas as formas de engajamento em ações de ciberativismo, que podem variar em esporadicidade e profundidade. O que não se pode dizer, explica a autora, “é que uma ou outra seja mais eficaz ou mais apropriada, uma vez que muitos movimentos sociais têm sua principal forma de ação baseada em ações ocasionais e no engajamento pontual em ações esporádicas”.

Apesar da articulação dos movimentos sociais contemporâneos geralmente se iniciar nas redes sociais da internet, eles de fato se tornam um movimento ao ocupar o espaço urbano, o que mostra o caráter híbrido de articulação desses grupos em sua busca por autonomia. Essa autonomia, viabilizaria a “interação do espaço dos fluxos na internet e nas redes de comunicação sem fio com o espaço dos lugares ocupados e dos prédios simbólicos visados em

seus atos de protesto” (CASTELLS, 2013, p. 160). Além disso, as práticas desses movimentos sociais em rede possibilitam uma atuação de modo local e global. Isso quer dizer que, “ver e ouvir protestos em algum outro lugar, mesmo que em contextos distantes e culturas diferentes, inspira a mobilização, porque desencadeia a esperança da possibilidade de mudança” (CASTELLS, 2013, p. 162).

Tal possibilidade de mudança encoraja os grupos engajados a se espelharem em modelos de repertórios de ação de outros movimentos espalhados pelo mundo, levando em consideração os acertos e as falhas desses coletivos, para desenvolver as suas estratégias. Ou seja,

[...] pressupõe-se que estes movimentos não se restringem ao ativismo, mas, por meio de sua própria ação, configuram “redes de aprendizagem”, sendo capazes de, ao assimilar novos conhecimentos advindos de sua experiência, adaptar-se continuamente à velocidade das transformações e à dinâmica das lutas sociais (HENRIQUES, 2005, p.09).

Apesar da limitação enfrentada pelas pessoas que ainda não possuem acesso à internet, é possível dizer que as redes de comunicação digital cumprem, de alguma forma, a importante função de oferecer tal aprendizado - que não poderia ser assimilado de maneira tão eficaz, não fosse a rapidez e o alcance que as informações adquirem na rede. Contrastando as realidades a que estão submetidos com as de outros movimentos, os grupos tendem a desenvolver, cada vez mais, dispositivos sofisticados para atingir seus objetivos.

1.3.1 Dispositivos e práticas dos movimentos na internet

Os movimentos sociais contemporâneos relacionam-se, de maneira importante, com as TICs. Nesse sentido, é possível dizer que os grupos engajados e motivados por diferentes causas desenvolvem, cada vez mais, campanhas em *sites* e redes sociais. Isso significa que os novos dispositivos tecnológicos em rede podem auxiliar os coletivos sociais a cumprir a função de promover o ciberativismo e de alcançar maior visibilidade (MARQUES, 2012, p. 145).

Ativismo digital ou ciberativismo, são termos utilizados para denominar as práticas de movimentos politicamente motivados, que buscam alcançar objetivos e/ou lutar contra injustiças através da rede (VEGH, 2003, p.71).

O termo ciberativismo surge em 1984 “como sinônimo de ações coletivas coordenadas e mobilizadas coletivamente através da comunicação distribuída em rede interativa” (MALINI & ANTOUN, 2013, p.20). Para Farias (2014, p.04), o ciberativismo pode ser pensado como um ativismo “realizado por meio da utilização da internet para a difusão massiva de novas mensagens”. No entanto, é importante que fique clara,

[...] a compreensão de que ciberativismo seja apenas parte de um todo, revelando a existência de sujeitos (sites e pessoas) que atuam apenas na Internet – esses são originalmente ciberativistas – e outros que atuam em várias esferas, tanto on, quanto off-line – estes deverão ser encarados como ativistas que incluíram a Internet em seus campos de atuação ou que fizeram inversamente – e podem optar por serem chamados ciberativistas ou não (FARIAS, 2014,p.05).

Nesse sentido, o ciberativismo representa uma ideia que,

[...] busca atravessar o político e seu campo de forças, ao mesmo tempo em que acomoda os corpos da sociedade em suas cadeiras, de frente às suas máquinas, propondo uma política mais mediada e simulada que aquela já existente. Resulta, portanto, em um instigante simulacro da vida real no mundo digitalizado, conferindo aos discursos uma velocidade e visibilidade jamais alcançadas, típicas das “necessidades” pós-modernas (FARIAS, 2014, p.06).

Para Moraes (2001), o ciberativismo é a prática fundamental que sustenta as campanhas e as aspirações à distância de movimentos nas sociedades globalizadas. De acordo com o autor, ao se apropriarem da internet como canal público de comunicação, as entidades civis têm oportunidade de “disseminar informações e análises que contribuam para o fortalecimento da cidadania e para o questionamento de hegemonias constituídas” (MORAES, 2001, p.08).

Como apontado por Castells (2013, p.130) no capítulo anterior, o caráter híbrido de atuação e articulação dos movimentos sociais viabiliza a interação das redes de comunicação *online* com os espaços físicos (simbólicos) em uma sociedade mobilizada. A partir de tal constatação, pode-se estabelecer uma compreensão acerca do ciberespaço como: 1) campo de atuação daqueles movimentos sociais que utilizam a internet para obter visibilidade, desenvolver suas campanhas e lutar por reconhecimento e 2) o lugar para a ampliação das reivindicações e campanhas daqueles movimentos sociais que já atuam e interagem com a sociedade, com o Estado, com empresas públicas e privadas de maneira presencial e que

buscam aumentar a visibilidade de suas ações, interagindo com outros públicos. Nos dois casos, os benefícios são claros, pois na rede, seus discursos ganham maior visibilidade e são veiculados com maior velocidade.

Para Van de Donk et al. (2004), os movimentos sociais organizados intervêm nos debates públicos e nos conflitos políticos de forma importante e ativa, ao se valerem da utilização da internet na arena pública, como por exemplo, através da mobilização do eleitorado, alcançando, em algumas circunstâncias, maior eficácia que partidos políticos tradicionais na formação da opinião coletiva.

Os autores apontam algumas questões que geralmente se impõe na relação entre movimentos sociais e as TICs. São elas: 1) alguns movimentos estão mais inclinados do que outros a utilizar as TICs, 2) a internet facilita as formas tradicionais de protestos, mas dificilmente irão substituí-las, 3) coletivos sociais que utilizam a internet tornam-se menos dependentes da cobertura da mídia de massa para transmitir suas mensagens e 4) É provável que o uso da internet afete a estrutura interna da organização de movimentos sociais, sobretudo a densidade e a direção de seus *links*, ou seja, ela amplia e reforça o relacionamento entre grupos.

Desse modo, a internet assume a importante função de auxiliar os movimentos sociais em suas intervenções políticas e sociais pois, os possibilita atuar estrategicamente através da apropriação de ferramentas como “as campanhas virtuais, o correio eletrônico, grupos de discussão, fóruns, salas de conversação, boletins, manifestos *on-line*, murais, anéis de *sites* e árvores de *links*” (MORAES, 2001). A *homepage*, por exemplo, “permitiu ecoar a ideia de que é possível ao usuário criar, participar e difundir um movimento coletivo” (MALINI & ANTOUN, 2013, p. 211).

Dentre as ferramentas destacadas por Moraes (2001), os *links* inseridos em *websites* podem dizer muito sobre as relações que determinado grupo ou ator estabelecem externamente. Tais escolhas (inserção de *links* em uma plataforma) ampliam a experiência discursiva dos visitantes, deixando as marcas ideológicas daqueles que as mantem. Ou seja, as formações discursivas contrárias às de um grupo, por exemplo, jamais serão acessadas através de *links* presentes em seus *sites* ou *homepage*. “Isto porque todo hipertexto, com relação à construção de sentido, funciona da mesma forma que um texto, ou seja, é produzido com base em determinados interesses e suposições” (MELO, 2004, p. 138). De acordo com Moraes,

[...] nos encadeamentos do hipertexto, cada ator inscreve sua identidade na rede, à medida que elabora sua presença no trabalho de seleção e de articulação com as áreas de sentidos. O princípio subjacente ao hipertexto é o de que qualquer parte de um texto armazenado no formato digital (sequência de caracteres que são reconhecidos e acessados por softwares específicos) pode ser associada automaticamente a unidades textuais armazenadas de igual modo. O click sobre as palavras sublinhadas instrui o computador a ativar o acesso oculto por trás do link, projetando na tela o assunto requerido, quer ele esteja no mesmo documento ou em outras bases de dados. O usuário tem a alternativa de saltar de uma fonte a outra, em um itinerário sem começo nem fim. Os textos deslizam pelo monitor, em ritmo sequencial, numa espécie de cibercolagem de interferências individuais e coletivas (MORAES, 2001, p.69).

Os *links* e as demais ferramentas citadas pelos autores, certamente, foram essenciais para ampliar a atuação e a difusão de informações dos movimentos sociais estudados nessa pesquisa. Além disso, através das TICs, os movimentos puderam desenvolver mecanismos sofisticados para a interação com a sociedade civil, com as mídias de massa, com os representantes políticos e com organizações públicas e privadas, através de seus respectivos *sites* e redes sociais *online*. No entanto, Moraes (2001) aponta a necessidade de uma maior percepção pública por parte dos movimentos sociais ao realizarem sua comunicação na internet e, para tanto, ao menos três desafios tem de ser enfrentados,

[...] a definição de estratégias de comunicação que aproveitem plenamente as potencialidades criativas e interativas das tecnologias multimídias; 2) o aumento substancial do número de usuários, o que depende da superação de entraves econômico-financeiros (custos de computadores, *modems*, linhas e tarifas telefônicas, provedores de acesso); 3) uma melhor formação para os ciberativistas, com simplificação de procedimentos informáticos, cursos e treinamentos. Quer dizer, as competências humanas permanecem essenciais numa era de acelerado progresso técnico (MORAES, 2001, p.23).

Ao escaparem da dependência das mídias de massa como único canal para se fazerem visíveis, os movimentos podem, através da internet, adotar um modelo alternativo de expressão, apoiado em processos interativos. Mesmo assim, as expectativas relacionadas ao modelo alternativo de expressão devem ser vistas com cautela,

[...] em primeiro lugar, porque a cibermilitância necessita aprofundar propostas de comunicação eletrônica e conciliá-las com demandas do público-alvo. Em segundo, porque nos deparamos com um fenômeno ao mesmo tempo hiperveloz (devido à expansão tecnológica) e lento (por conta de hábitos culturais e políticos nem sempre fáceis de atualizar). Em terceiro, porque os movimentos sociais não formam um todo coeso e harmônico. A

heterogeneidade de ideários, identidades, práticas e naturezas constitutivas se reflete em usos e apropriações distintos das engrenagens comunicacionais, aí incluída as da Internet. Por mais que redes e coletivos virtuais aproximem e combinem linhas de intervenção, não caracterizam, naturalmente, totalidades ou unicidades válidas em qualquer situação (MORAES, 2001, p.19).

Prudêncio (2009) propõe o termo *mídia ativista* para denominar o meio de comunicação dos movimentos sociais contemporâneos que se apropriam da internet, como ferramenta de engajamento e comunicação política – o que produz algumas mudanças no modelo organizacional da ação coletiva tradicional.

A autora compreende que o ciberativismo tem se mostrado como uma das formas mais inovadoras de ação política. Para ela, “na medida em que os atores em rede organizam a informação, atribuindo-lhe um significado diferente do estabelecido, eles mantêm a capacidade de produzir (ou anunciar) mudanças na sociedade” (PRUDÊNCIO, 2009, p.99). No entanto, a autora chama a atenção para o fato de que a internet não é a responsável pela criação de um movimento social transnacional, sustentando que “o suporte tecnológico agiliza os contatos e acelera a entrada de temas na agenda de discussão pública e o processo de tomada de decisões em relação a eles” (PRUDÊNCIO, 2009, p.99).

Nesse sentido, pontua a autora, a internet é ao mesmo tempo um meio interno e externo de difusão de mensagens, bem como uma ferramenta de protesto e dissenso. Diante disso, “seu uso pelos ativistas não faz dela apenas uma “mídia alternativa”, em que é possível difundir suas visões, mas um espaço híbrido, no qual atuam ativistas e jornalistas da mídia convencional” (PRUDÊNCIO, 2009, p. 100).

Prudêncio também explica que, apesar do estabelecimento personalizado de redes de comunicação, os movimentos sociais ainda mantem uma forte relação com os meios de comunicação convencionais, vínculo que muitas vezes se impõe ou se mostra necessário. Além disso, os ativistas dos movimentos sociais também se tornam fonte de informação para as mídias de massa.

1.3.2 Mídias Ativistas e Mídias de Massa

O relacionamento com os meios de comunicação tradicionais (mídias de massa) ainda é uma estratégia importante para os movimentos sociais, dada à natureza fragmentada das novas

mídias, que por vezes, limita severamente o alcance das demandas e da visibilidade dos grupos que tentam desenvolver e manter seus próprios veículos de comunicação.

Rucht (2004) explica que os movimentos sociais e as mídias de massa têm várias características em comum, quais sejam: 1) eles estão envolvidos em uma luta pela atenção; 2) querem maximizar o alcance de suas mensagens e 3) eles são confrontados, embora em graus diferentes, com concorrentes. No entanto, a maioria dos movimentos necessita da atenção da mídia de massa, questão que nem sempre pode ser percebida em sentido contrário. Isso pode acontecer porque:

A grande mídia é vista como um espaço privilegiado para a exposição das causas e ações dos movimentos, configurando-se como um espaço público, visto que oferece ‘visibilidade ampliada das disputas e controvérsias existentes na vida social e se torna central para a divulgação das produções simbólicas que acontecem nos diversos campos sociais’ (HENRIQUES, 2004, p.33)

A razão pela qual os movimentos sociais precisam das mídias de massa está fortemente entrelaçada com o desejo de se fazerem visíveis para a opinião pública. Isso quer dizer que um movimento social permanece desconhecido para um público mais amplo, principalmente para aqueles que estão, por fatores diversos, desconectados da internet. Desse modo, as mídias de massa tornam-se extremamente atraentes para alguns movimentos sociais que, em algumas situações, colocam-se a disposição para fazer concessões e atender aos critérios postos por elas. Tal constatação converge com a perspectiva de Pereira (2011), que aponta que os movimentos sociais podem atuar de duas formas diferentes,

[...] a primeira é a de desenvolver repertórios de ação de forma a conseguir a atenção dos meios de comunicação massiva. A segunda é desenvolver os seus próprios meios de comunicação, na busca por definir e enquadrar suas demandas, investir nos potenciais alvos, organizar a ação coletiva e, por último, atrair a atenção dos meios massivos. Em ambos os casos podemos perceber a importância que é dada à mídia dentro dos movimentos sociais contemporâneos em sua luta por reconhecimento (PEREIRA, 2011, p.04).

De acordo com Prudêncio (2009), a existência de *websites* como ação estratégica não é sinônimo da substituição da mídia de massa pela internet, sendo a repercussão – reflexo da visibilidade alcançada pelos coletivos- fator importante para que tais *websites* não fiquem restritos aos simpatizantes dos grupos (PRUDÊNCIO, 2009, p.100). Ou seja, as mídias de

massa continuam sendo a principal fonte de informação para os não mobilizados, sendo a internet útil para quem já está habilitado a procurar informação nela.

A internet é uma ferramenta altamente eficiente para reunir e disseminar informações. No entanto, os encontros virtuais não substituem os encontros físicos dos grupos de movimentos sociais, muito menos desvaloriza as mídias de massa que, como pré-seletores de informação “credível” e como comentaristas políticos “sérios”, continuam a ser importantes para a população geral à qual a maioria dos movimentos procuram apelar (RUCHT, p.26, 2004). Ou seja, pode-se inferir a partir de tais percepções, que as reações da mídia de massa tornam-se mais uma condição para o sucesso ou o fracasso de movimentos sociais nas sociedades contemporâneas.

Chamar a atenção da mídia de massa é também o meio pelo qual muitos movimentos sociais buscam ampliar a sua influência diante dos públicos. Isso acontece porque,

[...] no caso particular dos media, os atores cívicos precisam engajar-se em processos competitivos, já que a atenção do grande público é escassa; há um espaço reduzido para a inserção de notícias nos veículos de massa; o foco da definição das notícias centra-se na política institucional-formal e em falas de autoridades; as empresas de comunicação operam com regras, estruturas e critérios próprios. Repórteres e jornalistas, por exemplo, avaliam o interesse de uma questão com base em critérios de noticiabilidade tais como o potencial para despertar a atenção do público; os graus de importância, de impacto e de atualidade da matéria; a existência ou não do caráter espetacular ou chocante (MAIA, 2008, p. 215).

Para muitos movimentos sociais, o apoio e a atenção do público é o meio-chave para impressionar e influenciar os representantes políticos que, de outra forma, poderiam ignorar seus objetivos e as suas reivindicações. Esses grupos tendem a atuar em formas de mobilização quantitativa, na tentativa de alcançar o maior número de pessoas possível. Neste caso, as modernas mídias de massa tornam-se cruciais (RUCHT, 2004, p.27). Em contrapartida, existem aqueles grupos que estão preocupados em alcançar um público-alvo, preferindo formas qualitativas de mobilização, confiando principalmente na interação face-a-face.

Rucht (2004) ainda esclarece que os movimentos sociais possuem uma variedade de estratégias na mão para chamar a atenção e obter a cobertura das mídias de massa, embora não necessariamente de uma forma positiva. Em termos de suas atividades públicas, eles podem tentar mobilizar massas de pessoas (geralmente em comícios, e abaixo-assinados, etc.) para encenar ações disruptivas ou mesmo violentas, para realizar protestos inovadores, ou para

conseguir aliados relevantes politicamente. Quanto mais estas estratégias se materializam, maiores são as chances de se conseguir a cobertura da mídia (RUCHT, 2004, p.28).

Movimentos sociais podem influenciar não só por meio da formulação e enquadramento da sua ação pública, mas também através de outros meios. Eles podem tentar, por exemplo, estabelecer relações contínuas com certos meios de comunicação e / ou certos jornalistas; eles podem privilegiar alguns jornalistas, fornecendo informação de base; eles podem facilitar os trabalhos dos jornalistas, oferecendo contatos para determinados porta-vozes, especialistas, etc. O efeito de tais estratégias, no entanto, é geralmente limitado porque, ao contrário de líderes políticos, grupos de protesto raramente possuem as informações que os jornalistas procuram desesperadamente. Isso significa que a própria ação de protesto continua a ser a atividade chave para obter cobertura da mídia (RUCHT, 2004, p.28).

Nesses termos, é possível perceber que a cobertura das mídias de massa colabora para ampliar a atenção pública direcionada aos movimentos sociais. No entanto, ao se tornar “notícia” nos veículos tradicionais, o movimento social pode perder o “controle” sobre o modo como serão transmitidas as suas ações, o que pode dificultar ou trazer certa opacidade a sua visibilidade. As TICs tornam-se, assim, o espaço para que os grupos criem suas imagens e desenvolvam a sua comunicação de maneira autônoma.

Independentemente do modo como irão operar, a questão mais importante a ser considerada é que, recebendo ou não atenção das mídias de massa, a comunicação de um movimento social tem por natureza um caráter público, porque busca acionar a interpretação e o compartilhamento dos sentidos dos atores sociais. Desse modo, pode-se concluir que, seja através da visibilidade alcançada através da reverberação de suas ações pelas mídias de massa, seja através da divulgação de causas e demandas via internet (em *sites* e redes sociais *online*) e em atos e manifestações de rua, os movimentos exercem a importante função de promover o debate público sobre questões de interesse coletivo. Nesses termos, estabelece-se uma relação importante entre as mídias digitais e as mídias de massa na contemporaneidade – ambas necessárias e complementares - no que tange a reverberação de temas sensíveis à sociedade.

No capítulo seguinte, tal reflexão será aprofundada e os conceitos de “opinião pública” e “esfera de visibilidade pública” serão descritos e debatidos.

2 COMUNICAÇÃO PÚBLICA E ESFERA DE VISIBILIDADE PÚBLICA

Este capítulo é dedicado ao debate sobre os conceitos de comunicação pública, opinião pública e esfera de visibilidade pública. A reflexão sobre tais conceitos importa para essa dissertação porque eles se relacionam, de variadas maneiras, com as práticas dos movimentos sociais contemporâneos. Através da comunicação (de caráter público), os movimentos sociais buscam visibilidade – afetando e sendo afetados pela vontade coletiva.

Nesses termos, é possível afirmar que os movimentos sociais atuam como importantes mediadores entre a sociedade civil, o Estado e os representantes políticos nas democracias contemporâneas. Além disso, são peças fundamentais para o estabelecimento e a ampliação do debate sobre temas de interesse coletivo. Os processos pelos quais é formada a opinião pública, muitas vezes são opacos, sendo tais opiniões reduzidas aos resultados dos filtros das mídias de massa e às sondagens dos institutos de pesquisa especializados. Os movimentos sociais, assumem, dessa maneira, a função de refletir tais opiniões e também de influenciar tais opiniões – ao publicizar temas sensíveis (políticos, econômicos, sociais) que merecem atenção – eles estabelecem um contato mobilizador com a sociedade civil, reproduzindo e/ou contestando práticas em busca de mudanças.

2.1 Comunicação Pública

A comunicação pública pode ser caracterizada como um processo que visa trazer a luz, de maneira transparente e plural, informações de interesse coletivo em um espaço público. No entanto, alguns requisitos devem ser atendidos para se verificar o caráter público de tal comunicação:

Se todos os agentes participam do debate das questões de interesse e utilidade comum, se essa participação é possível graças à existência de uma infraestrutura que materializa a esfera pública, se eles se sentem aptos e motivados a participar graças à cultura de valorização de seu papel social, se os critérios de instituição e processo do debate são claros e equitativos, então será possível preencher os requisitos mínimos para o reconhecimento da comunicação pública (MATOS, 2009, p.56).

A comunicação pública pode, ainda, abraçar diferentes dimensões da comunicação governamental e da comunicação política. No entanto não deve “se confundir com uma

comunicação estritamente midiática: propaganda política, as difusões de informação pelo governo e instituições administrativas, além do marketing político e eleitoral” (MARQUES, 2015, p.80). Pesquisas recentes orientam para uma expansão do conceito de comunicação pública, que além de destacar de maneira importante a relação com o interesse público, inserem-se “a atuação de ONGs, o aumento da participação popular, o surgimento de conselhos, fóruns de discussão e arenas híbridas digitais” (MARQUES, 2015, p.80). Essas abordagens têm apresentado interfaces com os modelos democráticos deliberativos. Nessa perspectiva,

A comunicação pública envolve sobremaneira o interesse público, princípios democráticos e constituição de redes de interlocução. Ela seria uma forma não só de representar os mecanismos de poder (e seus discursos), mas para fazer com que a relação entre diferentes atores sociais e institucionais funcione sobre as bases de projetos efetivamente coletivos (MARQUES, 2015, p.80).

Os críticos da teoria deliberativa geralmente apontam a prerrogativa “consenso” - inscrita entre os pré-requisitos fundamentais para que o modelo desenvolvido por Habermas funcione - como inalcançável. Nessa pesquisa, adota-se a perspectiva de Pereira (2012), que sublinha haver outras formas de participação política – também orientadas pela perspectiva deliberacionista – mas que são baseadas no conflito. Para o autor,

Dentro de um contexto democrático, a explicitação do conflito permite que determinadas temáticas adentrem o espaço público através do uso estratégico da mídia e da influência da opinião pública. Desta forma, os movimentos sociais influenciam e são influenciados pelos contextos políticos nos quais estão inseridos. Eles podem demandar a mudança ou a manutenção do ambiente em que estão inseridos; podem também questionar a forma pela qual as decisões políticas são tomadas, demandando uma maior participação popular nos campos decisórios. (PEREIRA, 2012, p.73).

Ao trazerem à tona o conflito, movimentos sociais como os favoráveis e os contrários ao impeachment de Dilma Rousseff, geraram debates e incentivaram o embate de opiniões. É possível dizer, nesse sentido, que o uso de *sites* e redes sociais ampliaram e garantiram a realização de uma comunicação de caráter público, empreendida por movimentos sociais.

O processo de comunicação pode se tornar uma ferramenta para a intervenção dos sujeitos na vida política e na promoção de ações sociais. Para Esteves (2011), a comunicação pública deve ser pensada a partir de um modelo normativo de empoderamento dos cidadãos e,

também, na estruturação de uma democracia de caráter deliberativo e da construção da cidadania participativa.

Diante disso, é possível considerar que os sistemas comunicacionais se configuram como elemento fundamental ao funcionamento da vida democrática, ao instituir a valorização do debate, da argumentação e discussão sobre temáticas que dizem respeito ao bem comum e a ação crítica da sociedade civil em processos políticos. Nesse sentido, a comunicação pública:

[...] vale-se do processo, do movimento social e do seu contexto para vir à superfície. Parte do sujeito para retornar ao sujeito. Não é, assim, ditada *a priori* por modelos ou rótulos, mas o produto contingente dos seus próprios sujeitos (público e massa) e de um processo de aprendizagem colectiva relacionado com as possibilidades de transformação social (ESTEVEVES, 2015, p.55).

Os movimentos sociais então atuam como “circuitos de comunicação pública” ao instituir “uma estreita ligação com o contexto da vida privada dos indivíduos, recolhendo deste âmbito seus recursos vitais para depois fazerem com que se transformem em objeto de debate” (MARQUES, 2012, p.143).

Nesses termos, os movimentos sociais operam – ou pelo menos deveriam operar- no campo de uma comunicação pública “sem compromissos com a indústria midiática e entrelaçada com o cotidiano das populações e suas práticas políticas (no sentido lato do termo). As mídias alternativas, comunitárias, de protesto e as tecnologias novíssimas permitem formas inusitadas de relacionamento com segmentos de públicos e com a opinião pública em geral” (BRANDÃO, 2007, p. 5). Ou seja, ao se apropriarem de tais tecnologias, os grupos organizados também passam a operar de maneira independente, informando e se comunicando de acordo com suas prioridades e necessidades, contribuindo para um debate público mais plural e democrático.

A comunicação pública é definida por Weber (2007), como uma rede organizada e constituída em torno de temas de interesse público que circulam, de forma estratégica, incluindo os sistemas públicos e privados de comunicação. A autora relaciona as seguintes redes:

Redes de Comunicação Social (sociedade civil organizada, entidades de representação, grupos organizados, organizações sociais); Comunicação Política (governo, parlamento, partidos e políticos); Comunicação do Judiciário (poderes vinculados ao judiciário e a diferentes esferas jurídicas); Comunicação Científica e Educacional (instituições de ensino, centros de

pesquisa, agências de fomento); Comunicação Mercadológica (empresas e organizações privadas); Comunicação Religiosa (instituições, grupos, igrejas, seitas que fazem circular discursos esotéricos, espirituais, religiosos) e os Sistemas de Comunicação Midiática (organizações de produção e circulação de produtos jornalísticos, publicitários e de entretenimento) (WEBER, 2007, p.26)

A partir de tal perspectiva, é possível afirmar que ao se apropriarem do espaço público, - através dos atos e das manifestações de rua – redes, como as de movimentos sociais, desencadeiam um processo de comunicação pública, interagindo com as redes de outros atores e organizações, afetando e sendo afetadas por elas de diferentes formas e em diferentes graus. É possível dizer, ainda, que os movimentos sociais envolvidos no processo de impeachment de Dilma Rousseff atuam nessa dinâmica - através de seus sistemas de comunicação - promovem o debate público e influenciam a opinião pública através das manifestações que convocam e realizam, bem como através das informações que disponibilizam.

De acordo com Weber (2011, p.103), as democracias contemporâneas em crise corroboram para o estabelecimento de debates sobre “novas sociabilidades, políticas públicas, o poder da visibilidade política, confundida com credibilidade, que justificam os investimentos e a organização de sistemas de comunicação pública”. Esteves, por sua vez, aponta que

[...] a comunicação pública atua como um *medium* por excelência da cidadania, colocando à disposição do conjunto da sociedade – dos destinatários em geral dos atos de governação, ou seja, de todo e qualquer indivíduo que apresente condições para fazer uso da sua própria razão (ESTEVES, 2011, p. 202).

Nesse sentido, a comunicação pública seria a ponte e a base para a promoção do diálogo entre sociedade civil e seus representantes, com a função de atender as demandas da opinião pública. No entanto, nem sempre é possível pensar em uma opinião pública resultante do debate e das vontades populares, pois ela também pode refletir o resultado de sondagens promovidas por institutos de pesquisa especializados. A seguir, discute-se o conceito de opinião pública e os sentidos que podem ser atribuídos a ela.

2.2 Opinião pública

Os movimentos sociais buscam, em essência, a mudança dos valores da sociedade e, portanto, são movimentos de opinião pública, com consequências eleitorais (CASTELLS, 2013, p. 133). No entanto, o modo como a “opinião pública” é construída, medida e veiculada pode alterar significativamente o seu sentido e a sua influência social. A esse respeito, Gomes (2008, p. 113), esclarece que a opinião pública visível é mais influente sob o sistema político do que a opinião pública baseada na discutibilidade de temas, isso porque existem graus de visibilidade que determinarão tal influência. Nessa perspectiva, “há opiniões mais públicas que outras porque afetam e influenciam um maior número de pessoas; opiniões extremamente públicas são aquelas que formam outras opiniões”. Diferente da concepção habermasiana de opinião pública (opinião reflexiva apoiada em razões públicas, produzida em público, após discutibilidade de temas abertos), o autor aponta outros sentidos alternativos atribuídos a ela nos dias de hoje. O primeiro se refere a equivalência entre opinião pública e opinião publicada:

Esta conserva a “publicidade” no sentido de mera “acessibilidade” ou “disponibilidade”, dispensando, por não ser essencial, a ideia de a opinião pública ser resultado da discussão realizada em público e o fato de que a opinião é pública porque sustentada coletivamente. O modo de produção não conta, a ausência de um sujeito coletivo não conta. A exposição ao olhar público sim. Como nesse caso, a publicidade é um equivalente de visibilidade, o grau de visibilidade finda por determinar, ao mesmo tempo, o padrão de publicidade da opinião. Opiniões não publicadas ou pelo menos que não ocupam posições centrais na esfera pública, são opiniões reservadas, restritas não públicas. Opinião pública como opinião publicada é uma opinião seminal; não é pública porque é produzida por muitos, mas porque, em função da sua extrema visibilidade, outras pessoas deverão a elas aderir, assumindo-a como própria (GOMES, 2008, p.113).

Outro sentido atribuído a opinião pública, explica o autor, está ligado a dinâmica das sondagens com fins políticos ou mercadológicos: “a rigor, o que estas pesquisas oferecem são medições da disposição (no sentido que o termo *disposição* tem num jogo de tabuleiros) do público em face das posições (na verdade um conjunto de opções pré-estabelecidas) que lhe são apresentadas” (GOMES, 2008, p. 114). Nesse mesmo sentido, Esteves (2011) compreende que a lógica das sondagens se revela como a “verdade da opinião pública”, que utiliza instrumentos estratégicos para condicionar o posicionamento das pessoas ao de “consumidores”. Para Papacharissi (2009), a mídia de massa comercializada transforma a esfera pública em espaço

em que a retórica e os objetivos da publicidade são priorizados. Ou seja, os modelos representativos da democracia contemporânea, políticos, líderes de opinião e as mídias de massa, frequentemente dependem de agregações da opinião pública, obtidas através de pesquisa, ao contrário da troca racional de opiniões fomentadas pela esfera pública. (PAPACHARISSI, 2009, p. 233).

A partir disso, Gomes explica que tanto a opinião publicada quanto a opinião medida através de sondagens exercem influência considerável sobre as decisões políticas, isso porque a visibilidade promovida pelas mídias de massa as colocam como melhores alternativas de compreensão da opinião pública, diminuindo a eficácia e a influência da opinião resultante do debate público da sociedade.

Esteves (2015), por sua vez, propõe uma reflexão sobre a opinião pública a partir da perspectiva sistêmica do sociólogo alemão Niklas Luhmann. O autor explica que tal perspectiva está orientada para a adaptação da estrutura dos temas e do processo de comunicação política à necessidade de tomada de decisão por parte da sociedade e do seu sistema político. Nesses termos, os temas orientariam o fazer do público, pelo menos tendencialmente, e já não o público que selecionaria e decidiria os temas. Diante disso,

[...] trata-se de atribuir à Opinião Pública uma (nova) função social: a seleção de temas prioritários que tornem possível a fixação da atenção pública – daí resultando consequências, como se verá mais adiante, sobre os processos de decisão. Assim, a Opinião Pública nos dias de hoje – e sempre com a variável complexidade como questão essencial – mantém o seu perfil cognitivo, mas com um estatuto completamente diferente: deixa de designar uma entidade de recorte definido (uma certa opinião), para se referir tão só a um processo propriamente dito (a tematização de assuntos). (ESTEVES, 2015 p. 278)

A complexidade das sociedades atuais, esclarece o autor, se relaciona de diferentes modos com a opinião pública (por via de seus próprios meios de processamento). Nesse sentido, é possível pensar a opinião pública como uma forma de mediação social, com o potencial de desenvolver uma “certa redução da complexidade social, em especial ao nível do sistema político”. Isso acontece, porque o acesso a opinião pública propicia o conhecimento necessário para se estabelecer um diálogo com a realidade que circunda os sujeitos sociais. Ou seja,

[...] a opinião pública como forma superior de mediação das (múltiplas) opiniões individuais torna-se obsoleta em resultado da complexidade social (e dos problemas que esta coloca ao funcionamento dos sistemas), impondo-se

ao mesmo tempo como alternativa uma Opinião Pública formatada enquanto dispositivo de seleção temática. Em termos de dinâmica comunicacional, esta reformulação significa que aquilo que antes se apresentava como o resultado da discussão pública, torna-se agora uma sua premissa (ou pré-condição): à Opinião Pública passa a caber a função de “[...] selecionar determinados tópicos entre os numerosos problemas apropriados para discussão pública e de atrair a atenção pública sobre os mesmos, ou seja, de os ‘tematizar’, de forma que a discussão pública possa acontecer” (ESTEVEVES, 2015, p. 280).

Diante desses fatores, Esteves argumenta que a opinião pública assumiria uma função metacomunicacional, a partir dessa reconceitualização, oferecendo garantias para a realização do debate. Além disso, essa nova opinião pública cumpriria a função de influenciar a eficácia dos processos de decisão, ao promover “a adaptação das decisões às expectativas dos seus destinatários e, assim, a aceitação por parte destes dessas mesmas decisões”. (ESTEVEVES, 2015, p. 285). Tal perspectiva torna pertinente a discussão sobre o conceito de esfera de visibilidade pública, apresentada na seção seguinte.

2.3 Esfera de Visibilidade Pública

As mídias de massa bem como as TICs assumem, na contemporaneidade, o importante papel de disseminação de discursos a respeito da política e da realidade social dos sujeitos, apresentando-se como centros da circulação de informações sobre o cotidiano, exercendo grande influência sobre a percepção dos cidadãos na sociedade em que vivem. Ao mesmo tempo, constroem uma esfera de visibilidade que “promove uma complexa relação entre os atores das instâncias formais do sistema político e aqueles da sociedade civil, bem como entre a política e a cultura” (MAIA, 2008, p. 165). É possível dizer que os movimentos sociais,

[...] diante deste espaço mediatizado, procuraram transformar as lutas por reconhecimento em lutas por visibilidade. Fazer-se ver e ouvir encontra-se no centro das turbulências políticas do mundo moderno. A busca pela visibilidade vem em função da necessidade de que as reivindicações e preocupações dos indivíduos tenham um reconhecimento público, servindo de apelo de mobilização para os que não compartilham o mesmo contexto espaço/temporal. A grande mídia é vista como um espaço privilegiado para a exposição das causas e ações dos movimentos, configurando-se como um espaço público, visto que oferece ‘visibilidade ampliada das disputas e controvérsias existentes na vida social e se torna central para a divulgação das produções simbólicas que acontecem nos diversos campos sociais’ (BRAGA; HENRIQUES; MAFRA 2004, p. 18).

Nesse mesmo sentido, Marques (2012), esclarece que a comunicação deve ser um pilar fundamental de um movimento social, pois é através dela que se pode atingir os espaços de visibilidade midiática e se fazer presente na cena pública, mobilizando outros sujeitos e exercendo pressão coletiva junto à política institucionalizada. Além disso, dependente da comunicação é a articulação discursiva interna e externa de um movimento social. A autora explica que os novos dispositivos tecnológicos em rede podem aumentar a visibilidade de entidades, movimentos e cidadãos, já que os espaços sociais *online* cumprem a função de promover o ciberativismo (MARQUES, 2012, p. 145). No entanto, apesar da visibilidade pública ser uma das condições para que certos atores ou grupos sejam inseridos no debate público, “isso não significa, como sabemos, que a visibilidade garante o debate, pois sua consecução e dinâmica depende de uma série de fatores, disposições, práticas interativas e arranjos estratégicos que não estão dados apenas pelo princípio da publicidade” (MARQUES & MARTINO, 2016, p.276).

Para Weber (2011, p.103), as organizações se tornam dependentes dos processos de visibilidade pois eles são “necessários à promoção de suas ações julgadas, apoiadas ou rechaçadas; reféns da sua capacidade de comunicar e do modo como suas informações são transmitidas pela mídia”. Sobre a importância da visibilidade, Gomes (2008) também afirma:

[...] a esfera pública deliberativa precisa da exposição da esfera de visibilidade pública para cumprir o seu papel de discussão aberta a todos os concernidos. Numa sociedade de massa, a disponibilidade e a acessibilidade, características essenciais da esfera do debate público, podem garantir-se apenas formalmente – o que equivale a perder-se – se não se convertem em visibilidade; b) a esfera de visibilidade pública torna disponíveis, ainda que na maior parte das vezes não os produza, os temas de interesse público que são introduzidos no debate público ou que provocam instalação de debates públicos, internos ou externos à própria cena pública (GOMES, 2008, p. 136).

Ao discutir a questão da visibilidade e o desenvolvimento das mídias de massa, Thompson (1999), por seu turno, explica que a preocupação que os governantes políticos tinham com sua apresentação aumentou de forma considerável diante de audiências que não estavam fisicamente presentes. De acordo com o autor, as mídias de massa também se tornaram um meio pelo qual outros atores podiam veicular imagens e relatos que divergiam do que os governantes procuravam apresentar:

[...] produziam-se panfletos onde os monarcas eram descritos como frívolos, arrogantes, inescrupulosos e injustos, e imagens satíricas circulavam largamente. A imprensa proporcionou um alcance extra não somente para aqueles que procuravam celebrar a imagem do rei, mas também para aqueles que procuravam difamá-la (THOMPSON, 1999, p. 123).

O autor esclarece que a visibilidade mediada é uma “faca de dois gumes”, pois apesar de criar novas oportunidades para a administração da visibilidade, possibilitando a exposição pública de líderes políticos diante de seus reais ou potenciais eleitores, numa escala e intensidade que nunca existiram antes, eles também trouxeram novos riscos. Isso acontece devido à natureza da mídia, que dificulta o controle e o monitoramento das mensagens produzidas por líderes políticos, que podem ser compreendidas de diferentes maneiras, fazendo com que o fenômeno da visibilidade escape de suas rédeas, podendo ocasionalmente, funcionar contra eles (THOMPSON, 1999, p. 126). Desse modo, o incontrolável caráter da visibilidade mediada também revela um novo tipo de fragilidade da esfera política:

[...] governos golpeados por escândalos, líderes políticos lutando para reduzir os prejuízos causados por vazamentos e revelações de vários tipos: estas não são as condições sob as quais uma decisiva liderança política pode prontamente se mostrar. Elas são, pelo contrário, as condições que pouco a pouco vão enfraquecendo os governos e paralisando as atividades políticas, e que podem alimentar a suspeição e o cinismo que muitas pessoas sentem hoje com relação aos políticos e às instituições políticas estabelecidas (THOMPSON, 1999, p. 132).

Nesse sentido, a visibilidade mediada obriga que os atores políticos tenham uma vigilância constante quanto à administração de suas ações, para não se tornarem alvo da indignação pública. No entanto, nem sempre a indignação pública é o reflexo da má administração de um governo. Outros fatores, como por exemplo, uma crise econômica, a disputa por poder orientada por opositores de um governo ou interesses particulares, podem tornar-se o trampolim para que articulações de movimentos sociais sejam desenvolvidas para transformar o cenário político.

A esfera de visibilidade pública associa-se ao princípio da publicidade de informações, inclusive as de interesse público. No entanto, a visibilidade alcançada (via TICs e/ou mídias de massa) nem sempre será suficiente para provocar a troca de ideias (debate público) entre os sujeitos. Organizações - como as de movimentos sociais - dependem de outros fatores, como por exemplo, práticas e arranjos estratégicos, para que suas demandas recebam atenção e tornem-se objeto de debate público.

Diante das reflexões teóricas acima reportadas, o objetivo geral deste estudo se mostra pertinente e compatível com a especulação dos autores citados, uma vez que se pretende identificar as estratégias de convocação adotadas pelos movimentos Brasil Livre (MBL), Vem Pra Rua (VPR) e Frente Brasil Popular (FPB) em seus respectivos *sites* na internet, durante o processo de impeachment da Presidenta da República Dilma Rousseff.

Acontecimentos políticos (escândalos de corrupção, crise econômica etc.) submetidos a esfera de visibilidade pública, podem resultar na indignação de atores que se mobilizam para debater questões de interesse público e para influenciar outros atores (sociedade civil e representantes políticos).

É possível apontar, nesse sentido, que os dispositivos (*sites*) desenvolvidos pelo MBL, pelo VPR e pela FBP desempenham a função de promover uma comunicação de caráter público. Ao disponibilizarem e fazerem circular diferentes informações e pontos de vista de interesse coletivo nessas plataformas *online*, os movimentos contribuem para a ampliação do debate público sobre o tema. No próximo capítulo, serão apresentados os métodos utilizados nessa pesquisa, com o intuito de se analisar as dinâmicas empreendidas pelos grupos nos *sites*.

3 METODOLOGIA

Este capítulo é destinado a apresentação da abordagem teórico-metodológica adotada nesta dissertação, que tem por objeto os *sites* dos movimentos sociais MBL, VPR e FBP. Nessa etapa, destaca-se a pesquisa documental e bibliográfica, bem como a base teórica adotada – de cunho qualitativo - que orientará a construção das categorias para a realização das análises (histórico-descritiva, ACD e ARS).

3.1 Base teórica

Para identificar as estratégias de convocação empregadas pelos grupos FBP, VPR e MBL, em seus respectivos *sites* na *internet* adota-se, metodologicamente, a opção de combinar a pesquisa qualitativa de cunho histórico-descritivo prevista por autores como Marconi e Lakatos (2003) e Gil (1991) e a pesquisa bibliográfica e documental, que oferece suporte às descrições de contexto e à fundamentação teórica. Para a análise dos *sites* dos movimentos, foram adotadas as perspectivas de Lemieux e Ouiment (2004), Recuero (2014) e Frago; Recuero; Amaral (2012) no âmbito da Análise Estrutural de Redes Sociais (ARS), combinada com a Análise Crítica de Discurso (ACD), proposta por Norman Fairclough (2001, 2003, 2010).

Para atender aos objetivos e questões levantados nessa dissertação é necessário que a metodologia se movimente entre o campo linguístico e o social. A ACD pode permitir essa articulação, na medida em que admite o estabelecimento de um quadro analítico capaz de mapear a conexão entre as relações de poder e os recursos linguístico-discursivos selecionados pelos atores que integram os movimentos sociais. Para identificar e estabelecer os graus de intensidade de tais relações será combinada a dimensão interdiscursiva do discurso prevista pela ACD com a ARS. Já as pesquisas de natureza histórico-descritiva e documental, são acionadas para a análise do contexto em que os objetos empíricos estão inseridos. A seguir, apresenta-se de forma detalhada, a aplicação de tais métodos.

3.1.1 Análise histórico-descritiva

Para pesquisar as atuais formas da vida social, as instituições e os costumes, é preciso que se faça um resgate de suas raízes. É buscando o entendimento do passado, que o pesquisador

compreende a natureza e a função dos fenômenos sociais do presente (MARCONI e LAKATOS, 2003, p. 106). Para os autores,

[...] o método histórico consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje, pois as instituições alcançaram sua forma atual através de alterações de suas partes componentes, ao longo do tempo, influenciadas pelo contexto cultural particular de cada época. Seu estudo, para uma melhor compreensão do papel que atualmente desempenham na sociedade, deve remontar aos períodos de sua formação e de suas modificações. O método histórico preenche os vazios dos fatos e acontecimentos, apoiando-se em um tempo, mesmo que artificialmente reconstruído, que assegura a percepção da continuidade e do entrelaçamento dos fenômenos (MARCONI e LAKATOS, 2003, p.106-107).

Isso implica, no caso do objeto de estudo proposto nesta dissertação, na busca por elementos constituidores da história dos movimentos sociais brasileiros, com o intuito de se compreender suas práticas e dinâmicas, bem como as raízes de suas demandas. Recuperar e descrever as características dos grupos de protesto e o contexto em que surgiram no Brasil, nos últimos anos, pode revelar elementos importantes acerca do comportamento estratégico dos movimentos VPR, MBL e FBP.

O percurso de análise se dará, ainda, pelo denominado método descritivo de pesquisa. Gil (1991) aponta que o objetivo primordial das pesquisas de caráter descritivo é a exposição das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Além disso, são descritivas aquelas pesquisas que têm por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população. E é por esse caminho que se pretende organizar essa pesquisa, buscando traçar o perfil ideológico e político dos movimentos, a proposta será coletar e analisar o conteúdo produzido e divulgado nos *sites* dos movimentos e sobre os movimentos em outras mídias.

3.1.2 Análise Estrutural das Redes Sociais

Por meio da ARS (Análise de Redes Sociais) busca-se identificar as relações estabelecidas através dos *sites* do VPR, FBP e MBL com outros atores na rede. Com o auxílio do *software Gephi*¹⁴, será verificada a incidência e a procedência dos *links* inseridos nas

¹⁴ *Software Gephi* - <https://gephi.org/>

editorias de notícia dos *sites* durante o processo de impeachment de Dilma Rousseff. Ou seja, será empregado metodologicamente o estudo das páginas pessoais dos grupos (*sites*) a partir da análise dos *hyperlinks* ali inseridos. A intenção é identificar quem são esses atores e avaliar o nível de interação mantidos pelos movimentos com eles.

A ARS deriva do quadro conceitual da Teoria dos Grafos¹⁵. De acordo com Lemieux e Ouimet (2004) tal análise é uma maneira de abordar os fenômenos sociais e diz respeito, principalmente, à forma das relações entre os atores sociais. Para além da forma, considera-se igualmente que os atores sociais são definidos pelas suas relações. Diferentemente de outras vias metodológicas essa análise “distingue-se pela sua preocupação com as formas estáveis ou evolutivas que adquirem as relações entre os actores, ou ainda as relações entre proposições na ordem do discurso” (LEMIEUX E OUIMET, 2004, p.16). Ou seja, “trata-se, assim, de uma forma de observar a estrutura social (Wasserman e Faust, 1994), construída a partir dos dados relacionais dos atores sociais (indivíduos ou instituições e grupos) e suas interrelações” (RECUERO, 2014, p. 62).

Malini (2016, p.09) interpreta as estruturas de rede a partir da concepção de *outrem* (como estrutura ou relação). De acordo com o autor, “a tarefa do pesquisador de rede é a de compreender as disputas, as posições, as parcerias, as controvérsias, as associações, isto é, as perspectivas inscritas nessas relações em rede”. A partir de tal perspectiva, pode-se considerar que os *sites* de redes sociais na internet “são caracterizados pela construção de um perfil com características identitárias (que são percebidos como os atores sociais) e com a apresentação de novas conexões entre esses perfis (as arestas na rede social) ” (FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2012 p. 116). Nesse sentido, cabe ao pesquisador que adota tal método “pensar como serão considerados os atores e suas conexões, ou seja, o que será considerado uma conexão e o que será considerado um ator (ou um nó, que também poderia ser uma instituição) e em qual medida” (FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2012 p. 118). No caso do nosso objeto de estudo, consideraremos como “ator” os *sites* dos movimentos Brasil Livre, Vem Pra Rua e Frente Brasil Popular. Os *links* citados/sugeridos nas notícias dos respectivos *sites*, serão considerados as conexões. Tais relações serão apresentadas através de *grafos*. Um grafo

[...] é a representação gráfica de um padrão de relações e é utilizado para revelar redes e quantificar propriedades estruturais importantes.

¹⁵ Teoria dos Grafos – proveniente da matemática, trata das relações entre os objetos de determinado conjunto.

Efectivamente, os grafos permitem identificar padrões estruturais que não podem ser detectados de outra forma. A representação de uma rede social num grafo consiste num conjunto de nodos (vértices) que estão ligados por linhas, que podem ser arestas ou arcos, consoante o tipo de relação a estudar (AMARAL, 2016, p.109).

A escolha de análise dos *hiperlinks*, citados nas editorias de notícia dentro das plataformas dos movimentos, se deve ao fato de que eles podem ser considerados “expressões das escolhas comunicativas e das agendas dos responsáveis pelos sites” (FRAGOSO, 2012, p.145).

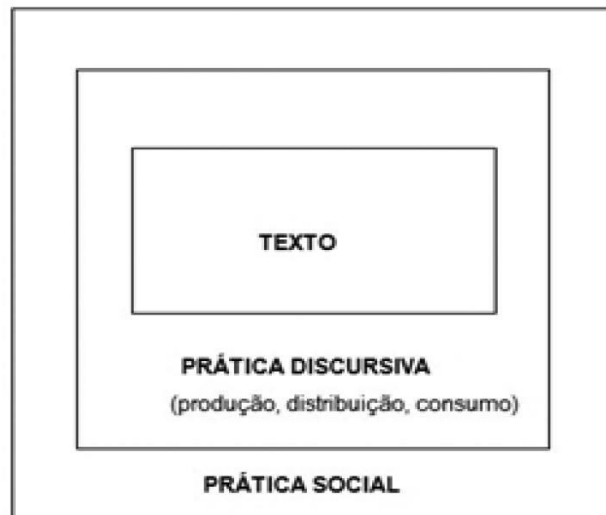
Desse modo, a proposta desta dissertação ao se apropriar de tal método de pesquisa, é avaliar os níveis de conexão estabelecidos pelos movimentos nos *sites* com outras mídias (conexões), a partir da métricas *Centralidade de grau (indegree)* e *PageRank*, previstas pela ARS. De acordo com Tomaél e Marteleto (2006, p. 77) “um indivíduo é central em uma rede quando pode comunicar-se diretamente com muitos outros, ou está próximo de muitos atores ou, ainda, quando há muitos atores que o utilizam como intermediário em suas comunicações”. Já através da métrica *PageRank*, será possível observar “quais as chances de um ator seguindo *links* de forma aleatória terá de chegar na “página” do nó, ranqueando esses nós com conexões “melhores” de forma mais alta” (RECUERO, 2014, p. 66). A partir dessas métricas, será possível identificar aqueles atores (mídias) que ocupam posições importantes na rede formada pelos grupos e que, portanto, exercem maior influência sobre eles. Tal análise tem por objetivo auxiliar o desenvolvimento das análises das dimensões interdiscursivas dos conteúdos disponibilizado pelos grupos nos *sites*, proposta por Norman Fairclough (2001), no âmbito da ACD.

3.1.3 Análise Crítica do Discurso

A adesão da sociedade civil em atos promovidos por movimentos sociais pode ser o resultado de uma série de escolhas, conscientes ou não, que estão fortemente ligadas aos processos históricos, marcados por relações de poder. Através da Análise Crítica de Discurso (ACD), busca-se identificar os elementos sociais e relacionais que incidem sobre os as escolhas argumentativas dos grupos e, naturalmente, sobre as suas estratégias de convocação, durante o processo de impeachment de Dilma Rousseff.

Fairclough (2001, p. 89) propõe uma análise do discurso a partir de um quadro tridimensional, compreendendo o texto (análise linguística), a prática discursiva (análise da produção e interpretação textual) e a prática social (análise das circunstâncias institucionais e organizacionais do evento comunicativo), como se vê na figura a seguir:

FIGURA 1- O modelo de análise tridimensional de Fairclough



Fonte: Fairclough (2001, p. 101)

O modelo de Fairclough será adotado nesta dissertação a partir das referências apontadas no quadro a seguir.

QUADRO 2 - O modelo de Fairclough na análise do objeto de pesquisa

O texto = o resultado da prática social e incide sobre as escolhas dos argumentos (palavras, símbolos) inseridos nos *sites* dos movimentos sociais (na internet).

A prática discursiva = o modo de articulação dos sistemas de produção, distribuição e consumo do material produzido pelos movimentos sociais nos *sites*. Reflete as estratégias, as escolhas discursivas e as relações de poder que constroem e que se vinculam.

A prática social = identificação/resultado da influência do contexto histórico, político e social em que os movimentos estão inseridos. Tais resultados incidem sobre a atuação e a formulação dos discursos dos movimentos nos *sites*.

Fonte: elaborado pela autora

Ao conceber o modelo tridimensional, Fairclough combina três tradições analíticas do discurso: “a tradição de análise textual e linguística, prevista pela linguística propriamente dita, a tradição macrossociológica de análise da prática social, em relação às estruturas sociais, e a tradição interpretativa ou microsociológica, que considera a prática social como alguma coisa que as pessoas produzem ativamente e entendem com base em procedimentos de senso comum partilhados” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 100).

O autor ainda argumenta que as práticas dos membros podem ser moldadas de forma inconsciente, ao produzirem sentido no mundo através das estruturas sociais, das relações de poder e pela natureza da prática social em que estão enredados. Ou seja, nem sempre os sujeitos têm consciência que suas práticas têm resultados e efeitos sobre as estruturas sociais, as relações sociais e as lutas sociais. Nesses termos, é possível compreender que os procedimentos de que os agentes sociais lançam mão para atuar sobre o mundo são heterogêneos e contraditórios e, também, contestados em lutas de natureza parcialmente discursiva (FAIRCLOUGH, 2001 p. 100).

Ao usar o termo “discurso”, o autor propõe considerar o uso da linguagem como forma de prática social, e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais. Para ele, o discurso é um modo de ação e também um modo de representação. Nesse sentido, as pessoas atuam sobre o mundo e sobre as outras pessoas de maneira ativa. Essa dinâmica

[...] implica uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social, existindo mais geralmente tal relação entre a prática social e a estrutura social; a última é tanto uma condição como um efeito da primeira. Por outro lado, o discurso é moldado e restringido pela estrutura social no sentido mais amplo e em todos os níveis: pela classe e por outras relações sociais em um nível societário, pelas relações específicas em instituições particulares, como o direito ou a educação, por sistemas de classificação, por várias normas e convenções tanto de natureza discursiva como não-discursiva, e assim por diante. Os eventos discursivos específicos variam em sua determinação estrutural segundo o domínio social particular ou o quadro institucional em que são gerados. Por outro lado, o discurso é socialmente constitutivo. O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social, direta ou, indiretamente, que moldam e que restringem: suas próprias normas e convenções como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado (FAIRCLOUGH, 2001, p.91).

Pode-se compreender, a partir das considerações do autor, que ao se comunicarem, os movimentos sociais atuam de maneira ativa sobre o mundo e sobre as pessoas, construindo uma rede de significados e uma forma de representar o tema em análise nesta pesquisa (o impeachment de Dilma Rousseff) que devem ser explorados. Para explorar tais fenômenos é preciso compreender que a análise do objeto deve ser construída de maneira interconectada, como propõe Fairclough, ao esclarecer que a descrição de um texto não é tão separada de sua interpretação, como se supõe frequentemente, ou seja, “sempre se esta interpretando inevitavelmente, e não há fase da análise que seja pura descrição. Conseqüentemente, a análise textual é formada e ganha cor pela interpretação de seu relacionamento com processos discursivos e com processos sociais mais amplos” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 246).

De acordo com Fairclough, a parte do procedimento que trata da análise textual pode ser denominada “descrição”, e as partes que tratam da análise da prática discursiva e da análise da prática social da qual o discurso faz parte podem ser denominadas “interpretação”. Ele explica que a prática social e o texto também são mediados pela prática discursiva:

[...] a conexão entre o texto e a prática social é vista como mediada pela prática discursiva: de um lado, os processos de produção e interpretação são formados pela natureza da prática social, ajudando também a formá-la e, por outro lado, o processo de produção forma (e deixa vestígios) no texto, e o processo interpretativo opera sobre ‘pistas’ no texto (FAIRCLOUGH, 2001, p. 35-36).

A partir do quadro proposto por Fairclough, espera-se encontrar as “pistas” nos textos em análise para interpretar o funcionamento das práticas discursivas dos movimentos sociais, suas estratégias e representações da realidade (neste caso, do processo de impeachment de Dilma Rousseff), de modo que se possa compreender as práticas sociais, os processos de produção, distribuição e consumo, assim como territórios de poder e hegemonia construídos pelos grupos. Nesse sentido, serão apresentadas a seguir, as categorias de análise utilizadas metodologicamente a partir da dinâmica proposta acima.

3.2 As Categorias de Análise

As categorias de análise decorrem do referencial teórico e da escolha da ACD proposta por Fairclough. Acredita-se que esse é o melhor caminho para identificar as estratégias de convocação empreendidas nos *sites* dos movimentos. De acordo com Resende e Resende

(2011), as categorias linguísticas aplicadas à análise de textos concretos não se justificam em si mesmas, mas auxiliam na compreensão do funcionamento social da linguagem.

Para Quiroz (2008), citado pelas autoras, a análise do discurso não se esgota em si mesma, mas funciona como uma ferramenta “para explorar o modo sistemático como os atores ou grupos sociais legitimam maneiras de ver o mundo, ou como se opõe a elas propondo modos alternativos às formas hegemônicas de construção da realidade social” (RESENDE e RESENDE, p. 21, 2011).

A partir do objetivo geral proposto neste projeto: *Identificar as estratégias de convocação adotadas pelos movimentos Brasil Livre (MBL), Vem Pra Rua (VPR) e Frente Brasil Popular (FBP) em seus respectivos sites, durante o processo de impeachment de Dilma Rousseff*, a proposta é dar ênfase ao contexto em que os discursos que constituem a comunicação desses movimentos emergem e ao lugar de fala de seus articuladores.

Tendo em vista os objetivos propostos neste estudo, serão adotadas, a partir do modelo de Fairclough, as seguintes categorias de análise:

- a) *A construção social da realidade política do Brasil empreendida pelos movimentos sociais* (no âmbito do texto, avaliando o significado das palavras e das metáforas empregadas);
- b) *O discurso-outro como estratégia dos movimentos sociais* (abordando a interdiscursividade e a intertextualidade no âmbito da prática discursiva)
- c) *Ideologia, hegemonia e política no contexto de ação dos movimentos sociais* (no âmbito da prática social);

Tais categorias contribuem para a problematização dos objetivos e da discussão teórica deste estudo. A seguir, será apresentada a proposta de análise da primeira categoria descrita.

3.2.1 Do texto: a realidade social e política construída pelos movimentos sociais

A fim de atender ao objetivo específico: *Analisar as representações nos discursos dos movimentos sociais (política, social e econômica) que favorecem ou não a opção pelo impeachment*, pretende-se dar atenção ao vocabulário utilizado pelos movimentos sociais em seus manifestos. A compreensão aqui defendida é a de que a palavra tem seu sentido alterado

de acordo com o ponto de vista daqueles que a empregam. Ou seja, pode-se estabelecer uma diferenciação de sentido para as palavras, que se definem ideologicamente.

Para Fairclough, o enfoque no vocabulário pode auxiliar na compreensão de como os sentidos das palavras entram em disputa dentro de lutas mais amplas. Isso quer dizer que “as estruturas particulares das relações entre as palavras e das relações entre os sentidos de uma palavra são formas de hegemonia” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 105). O autor acredita ser possível, por exemplo, analisar a implicação política e ideológica de metáforas particulares e o conflito entre metáforas alternativas.

Desse modo, o esforço empreendido será voltado para desvendar o significado representacional do contexto político, social e econômico que cada movimento imprime através de seus *manifestos* (categoria em destaque nos três *sites*), a fim de persuadir as pessoas a tomar uma posição frente aos acontecimentos políticos que desencadearam o processo de impeachment. De acordo com Fairclough (2010, p.228), “os discursos incluem representações de como as coisas são e têm sido, bem como imaginários, entendidos como representações de como as coisas seriam, deveriam ou poderiam ser”. Além disso, é importante destacar que “a identidade (origem social, gênero, classe, atitudes, crenças, e assim por diante) de um (a) falante se expressa nas formas linguísticas e nos significados que ele (a) escolhe” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 70). Nesses termos, será mostrado que cada movimento social atua se autorrepresentando (deixando pistas sobre sua orientação ideológica) e representando os mesmos eventos (a política brasileira, o governo Dilma Rousseff e o processo de impeachment), de maneira particular.

3.2.2 *Das práticas discursivas: o discurso-outro como estratégia dos movimentos sociais*

Para avaliar as práticas discursivas empregadas pelos movimentos, a proposta é realizar a análise das atividades de produção, distribuição e consumo dos textos, focando, especialmente, no potencial intertextual do material coletado (relações entre o texto em análise com outros textos). A intenção é atender ao objetivo específico: *Analisar as interações e referências discursivas adotadas pelos movimentos sociais para solicitar a participação da sociedade civil nas manifestações.*

De acordo com Fairclough (2010, p.226) “o discurso, como parte da atividade social, compreende gêneros. Os gêneros correspondem a diferentes modos de agir, de produzir a

atividade social, do ponto de vista semiótico”. Fairclough ainda explica que a produção e o consumo são de natureza parcialmente sociocognitiva, pois envolvem processos cognitivos de produção e interpretação textual, baseados nas estruturas e nas convenções sociais interiorizadas. A preocupação central, orienta o autor, é estabelecer conexões explanatórias entre os modos de organização e interpretação textual com o intuito de compreender como os textos são produzidos, distribuídos e consumidos em um sentido mais amplo. O autor esclarece:

[...] em termos da distribuição, uma perspectiva intertextual é útil na exploração de redes relativamente estáveis em que os textos se movimentam, sofrendo transformações predizíveis ao mudarem de um tipo de texto a outro (por exemplo os discursos políticos frequentemente se transformam em reportagens). E em termos do consumo, uma perspectiva intertextual é útil ao acentuar que não é apenas 'o texto', nem mesmo apenas os textos que intertextualmente o constituem, que moldam a interpretação, mas também os outros textos que os intérpretes variavelmente trazem ao processo de interpreta-lo (FAIRCLOUGH, 2001, p. 114).

A interação na linguagem (intertextualidade), acionada por Fairclough, deriva das percepções de Bakhtin (1981, 1986) e Kristeva (1986) a respeito das práticas discursivas e dos textos. Fairclough (2001, p.114) esclarece que “a intertextualidade é basicamente a propriedade que os textos possuem de ser cheios de fragmentos de outros textos, que podem ser delimitados explicitamente ou mesclados, e que o texto pode assimilar, contradizer, ecoar ironicamente, e assim por diante”. As relações intertextuais podem se dar de forma vertical “entre um texto e outros textos que constituem seus contextos mais ou menos imediatos ou distantes” ou horizontal “entre um texto e aqueles que o precedem e seguem na cadeia de textos” (FAIRCLOUGH, 2001, p.135-136). Nesta pesquisa, busca-se analisar se os grupos e articuladores dos movimentos apresentam essas características em seus discursos, tomando de outros textos determinados sentidos para construir suas notícias e campanhas de convocação e mobilização.

Fairclough explica, ainda, que os textos podem estar abertos a diferentes interpretações, dependendo do contexto do intérprete. Desse modo, os sentidos sociais do discurso (bem como as ideologias) não podem ser simplesmente extraídos do texto sem que se considere padrões e variações na distribuição, no consumo e na interpretação social do texto.

3.2.3 Das práticas sociais: ideologia, hegemonia e política no contexto de ação dos movimentos sociais

Para esta pesquisa, o enfoque no campo da prática social implica, metodologicamente, na investigação das “marcas” ideológicas deixadas pelos grupos nos textos, avaliando as possíveis influências e ligações mantidas por eles com partidos políticos, empresas privadas e com outros movimentos sociais. Nesses termos, pretende-se atender ao objetivo específico: *Analisar a orientação ideológica e o contexto social em que atuam os movimentos sociais.* Retomando a perspectiva de Gohn, “é na relação entre a força do argumento e o contexto político que podemos desvelar as ideologias de sustentação e propagação das ideias fundamentais de um movimento social” (GOHN, 1997 p. 259).

Sobre analisar um objeto de pesquisa a partir desta perspectiva, Fairclough (2001) ensina que:

[...] a dimensão de “prática social” cuida de questões de interesse na análise social, tais como as circunstâncias institucionais e organizacionais do evento discursivo e como elas moldam a natureza da prática discursiva. No âmbito de análise das práticas sociais a orientação de análise se dá a partir das relações entre os âmbitos ideológicos e hegemônicos do objeto empírico a ser estudado. A análise da prática social se dá pelo texto e é através dele que se exploram as estruturas de dominação, as operações de ideologia e as relações sociais. Fairclough (2001, p. 22)

Para analisar as estratégias de convocação adotadas pelo MBL, do VPR e da FBP, recorre-se ao mapeamento e a avaliação de seus *sites* oficiais, com o intuito de responder as questões de pesquisa levantadas. Para tanto, aplica-se os procedimentos metodológicos relacionados a seguir (Quadro 3), que tem por objetivo apresentar a operação das categorias em relação aos objetivos, procedimentos e *corpus* da pesquisa.

QUADRO 3 - Roteiro de identificação das estratégias de convocação nos sites

Categorias de análise	Conteúdo dos sites	Objetivos e procedimentos
<p>Análise do texto</p> <p>(Foco no Vocabulário - significado das palavras e metáforas).</p> <p>A construção social da realidade política do Brasil empreendida pelos movimentos sociais.</p>	<p>Manifestos produzidos e veiculados pelos movimentos Brasil Livre Frente Brasil Popular e Vem Pra Rua.</p>	<p>Caracterizar as metáforas utilizadas em contraste com metáforas usadas para sentidos semelhantes em outro lugar, verificar que fatores (cultural, ideológico, histórico etc) determinam a escolha dessas metáforas.</p>
<p>Análise da prática discursiva</p> <p>(Produção do Texto, Distribuição do Texto, Consumo do Texto)</p> <p>O discurso-outro como estratégia dos movimentos nos sites.</p>	<p>Notícias e Cartazes veiculados nos <i>sites</i> dos movimentos Brasil Livre, Frente Brasil Popular e Vem Pra Rua. Análise dos hiperlinks citados nos <i>sites</i> dos movimentos.</p>	<p>Combinação intertextual e interdiscursiva. Analisar os sistemas de produção e distribuição do material produzidos pelos movimentos. O modo de interagir com outros discursos (atores e vozes) construindo relações de poder.</p>
<p>Análise da prática social</p> <p>Ideologia, política e hegemonia no contexto de ação e dos discursos acionados pelos movimentos sociais.</p>	<p>Identificação dos sites dos movimentos.</p> <p>Coleta e Análise de publicações de outras mídias, documentos, dos/sobre movimentos sociais Frente Brasil Popular, Vem Pra Rua e MBL.</p>	<p>Foco na estrutura social e nos eventos discursivos produzidos por cada movimento. Analisar o contexto de surgimento dos grupos (análise histórico-descritiva). Sistemas de conhecimento e crença, relações sociais, identidades sociais.</p>

Fonte: elaborado pela autora

O roteiro descrito acima será utilizado como base norteadora para a realização das análises nos *sites* dos movimentos.

3.3 *Corpus* de pesquisa e procedimentos metodológicos

Além analisar o contexto político, social e econômico em que se inserem os movimentos sociais será realizada, também, a análise do desenvolvimento dos *sites* - com o auxílio da pesquisa documental e do método histórico-descritivo. Serão acionadas, metodologicamente, a ACD e a ARS com o intuito de analisar o material disponibilizado pelos grupos em suas

plataformas (*sites*). Para melhor situar o leitor, apresenta-se a seguir (Quadro 4), as dinâmicas adotadas para a aplicação dos métodos no *corpus* de pesquisa constituído, temporalmente, no período: 02 de dezembro de 2014 ao dia 31 agosto de 2016.

QUADRO 4 - *Corpus* de Pesquisa

Corpus	Quantidade	Método
Histórico do Processo de Impeachment	364 notícias dos <i>sites</i> dos movimentos. 3.692 notícias de jornais e revistas <i>online</i> selecionadas pelo buscador <i>Google Alerts</i> .	Método histórico-descriptivo Pesquisa Documental
Notícias divulgadas e <i>links</i> nos <i>sites</i>	364 notícias 377 <i>links</i>	Análise de Redes (ARS)
Discursos dos <i>sites</i>	3 manifestos 12 Cartazes de campanha e notícias.	Análise Crítica do Discurso (ACD)

Fonte: elaborado pela autora

A construção do objeto, eleito para o desenvolvimento desta pesquisa, não se deu de maneira aleatória. Para construir a descrição sobre o contexto político, econômico e social do Brasil, foi utilizada a ferramenta de busca e pesquisa *Google Alerts*. A coleta do material iniciou-se no dia (02/12/2015), data considerada importante por se referir ao dia do recebimento do pedido de impeachment pela Câmara dos Deputados. A partir disso, foram selecionadas as seguintes palavras-chave no buscador: *impeachment*; *Dilma Rousseff*; *movimento contra o impeachment*; *movimento a favor do impeachment*. Ao final do processo de impeachment, 3.692 notícias de jornais e revistas *online* nacionais e internacionais tinham sido coletadas e examinadas.

A mesma ferramenta foi utilizada para verificar quais eram os movimentos sociais mais atuantes durante o processo de impeachment da Presidenta Dilma Rousseff. Após mais de três meses de coleta (02/12/2015 até 30/03/2016), foi possível observar que os movimentos mais citados por *blogs*, redes sociais e agências de notícias durante o curso do processo de impedimento foram a FBP, representando posição contrária ao impeachment, o MBL e o VPR, representando posição favorável ao impeachment.

Diante desse levantamento constatou-se, também, que esses movimentos desenvolviam campanhas em âmbito nacional e que possuíam domínios hospedados na internet (*sites*¹⁶), além

¹⁶ Movimento Vem Pra Rua: <https://goo.gl/2WnL1I>; Movimento Brasil Livre: <http://mbl.org.br/>
Frente Brasil Popular: <https://goo.gl/peoQeD>

de perfis em redes sociais digitais que reverberavam o trâmite do impeachment da Presidenta Dilma Rousseff (PT). A partir da localização dos *sites* e redes sociais dos movimentos, iniciou-se, no dia (30/03/2016), a observação diária da atualização e inserção de conteúdo nessas redes. Foi possível verificar que muitas informações, como notícias e cartazes, eram, por vezes, deletadas pelos administradores das redes sociais. Além disso, o número de grupos não oficiais aumentava com o decorrer do tempo. Por esse fato, os *sites* dos movimentos foram eleitos para a análise, por manterem uma constância na atualização dos dados e no armazenamento de informações antigas. Diante disso, foi dado início ao desenvolvimento desta pesquisa, com a coleta dos dados nos *sites* da FBP, MBL e VPR.

O recorte definido (temporal) inicia-se em dezembro de 2015 (mês que marca a admissibilidade do pedido pelo Presidente da Câmara dos Deputados à época, Eduardo Cunha) e estende-se até o final do mês de agosto, com a deflagração do impeachment pelo Senado Federal, no dia 31. Foi possível perceber, no entanto, que a não ser pelas editoriais de notícias, as demais informações não eram alteradas com frequência. A partir de tal constatação, o foco desta pesquisa voltou-se para o exame das notícias inseridas pelos grupos nos *sites*, pois elas revelaram ser a melhor maneira de se avaliar, aprofundadamente, o comportamento e as relações mantidas pelos grupos com outros atores (mídias) durante o processo de impeachment.

Iniciada a coleta e a análise preliminar das notícias nos *sites*, foi possível notar que os grupos inseriam/citavam um grande número de *links* – direcionando os visitantes para outras páginas na internet. A partir disso, todas as notícias (entre os dias 02 de dezembro de 2015 e 31 de agosto de 2016) foram coletadas, bem como os *links* (direcionados para outras páginas na internet), com o intuito de identifica-los. Os dados foram inseridos em tabelas do *Excel* e, posteriormente, transferidos para o *software gephi*, com a finalidade de se identificar as relações que os movimentos mantinham com outros atores (mídias) na rede.

Descritos os procedimentos realizados para definir o *corpus* e os modelos teórico-metodológicos adotados para a realização da pesquisa, apresenta-se, na segunda parte dessa dissertação, as particularidades do objeto estudado, tais como o contexto em que se inserem os grupos favoráveis (MBL e VPR) e os grupos contrários ao impedimento da Presidenta Dilma Rousseff (FBP), os *sites* desenvolvidos por eles e o histórico das mobilizações convocadas através dessas plataformas.

II - O PROCESSO DE IMPEACHMENT E O ATIVISMO NA INTERNET

A segunda parte da pesquisa dedica-se a apresentar o objeto de pesquisa, composto pelos *sites* desenvolvidos pelo MBL, pelo VPR e pela FBP. Busca-se, também, descrever a influência que o contexto político, econômico e social do Brasil gerou sobre o comportamento dos movimentos sociais analisados nesta pesquisa.

No capítulo 4, são apresentadas as informações referentes ao surgimento dos grupos e o desenvolvimento dos *sites*, tais como: datas de registro, lançamento dos domínios, alteração e/ou manutenção dos registros e padronização dos dados inseridos nas plataformas.

No capítulo 5, são descritos o histórico das manifestações de rua, o contexto político-social do Brasil, o percurso do governo Dilma Rousseff e a previsão jurídico-legal do processo de impeachment. As manifestações de rua, promovidas pelos grupos através dos *sites* e de redes sociais geraram uma série de debates, de caráter público, sobre a permanência ou a saída da Presidenta, bem como sobre outras questões de interesse coletivo. Os atos e protestos realizados, foram impulsionados pelo contexto político-social do Brasil, constituído por escândalos de corrupção - amplamente noticiados -, somados a acirrada eleição presidencial realizada no Brasil no ano de 2014. Sendo assim, importa, no âmbito dessa pesquisa, construir uma percepção acerca dos efeitos gerados por esses eventos e sobre modo de operação desses movimentos sociais, em seus respectivos *sites* na internet.

4 OBJETO DE PESQUISA: OS SITES DE CONVOCAÇÃO E MOBILIZAÇÃO

Este capítulo dedica-se a apresentação do objeto de pesquisa, constituído pelos *sites* na internet do Movimento Brasil Livre (MBL), do Movimento Vem Pra Rua (VPR) e da Frente Brasil Popular (FBP), grupos que se posicionaram contra e a favor do impeachment de Dilma Rousseff, respectivamente, entre os anos de 2014 e 2016. É preciso apontar, no entanto, que a investigação do *site* de apenas um grupo contrário ao impeachment (FBP) não revela prejuízo na paridade da análise, visto que a Frente Brasil Popular é constituída por outras 68 organizações.

O MBL, o VPR e a FBP desempenharam a função de convocar e mobilizar a sociedade civil durante este período e, receberam, grande visibilidade por parte de mídias nacionais e internacionais, dada a proporção alcançada pelas manifestações organizadas, convocadas pela internet. Esses movimentos tiveram expressão importante durante todo o processo de impeachment da Presidenta da República, destacando-se pelo rico e extenso material de campanha disponibilizado em suas respectivas plataformas (*sites*).

Apesar disso, faz-se necessário sublinhar algumas diferenças entre as dinâmicas e práticas organizacionais adotadas por cada um deles. O MBL e o VPR surgem após as chamadas “Jornadas de 2013” e tem em comum o desenvolvimento de estratégias de convocação e mobilização, bem como a construção de repertórios articulados no ambiente *online*. A FBP, por sua vez, é o resultado de um amplo “agrupamento” de entidades tradicionais que já estavam presentes em cenários de luta no Brasil e que, em 2015, dada a ofensiva dos movimentos favoráveis ao impeachment, passa a desenvolver campanhas no ambiente digital.

Nos tópicos seguintes, serão apresentadas algumas informações iniciais a respeito dos grupos, as características dos *sites* e as peculiaridades da atuação *online* de cada um deles.

4.1 Movimento Brasil Livre

Fundado no dia 01 do mês de novembro de 2014, o MBL destacou-se no Brasil após desenvolver e colocar em prática, uma série de estratégias de comunicação (*online* e *off-line*), para convocar e mobilizar a sociedade civil em torno de seu maior projeto: destituir a Presidenta da República Dilma Rousseff.

O nome do grupo remete a ideia de um Brasil que está preso e que, portanto, precisa ser libertado. De acordo com matéria jornalística ¹⁷publicada pelo portal de notícias Terra, o nome do grupo foi criado por jovens que integram a organização Estudantes Pela Liberdade (EPL) – sendo a extensão brasileira de uma organização americana, o *Students for Liberty*, que recebe financiamento de entidades internacionais para divulgar as causas do liberalismo¹⁸.

A construção do imaginário de que o Brasil possui um ou mais inimigos (PT, partidos e movimentos de esquerda) é a característica principal das seções disponíveis para navegação na plataforma (*site*) desenvolvida pelo grupo.

De acordo com o *Registro.br*¹⁹, o primeiro domínio (*site*) do grupo foi inscrito no dia 16/01/2015 e podia ser acessado através endereço virtual www.movimentobrasillivre.org. O foco principal do grupo no *site* era viabilizar um sistema de venda de produtos (canecas, camisetas, bandeiras), além de receber doações para financiar os gastos com as manifestações de rua. O portal também disponibilizava o acesso aos cartazes de convocação do movimento, que podiam ser editados (com o nome da cidade e Estado do manifestante) para serem distribuídos *online* em redes sociais e impressos para as manifestações de rua. Promovidos através de redes sociais, como o *Facebook*, textos e notícias desenvolvidos pelos líderes²⁰ do MBL também eram publicados no *site*.

Durante o ano de 2015, o *site* passa por algumas transformações – de *layout* e de conteúdo- e no dia 14/10/2015, o grupo passa a divulgar um novo endereço para acesso ao *site*, através do domínio www.mbl.org. Em entrevista ²¹concedida a BBC, um dos líderes do movimento, Kim Kataguiri, disse que o grupo se inspirou nas estratégias de comunicação digital desenvolvidas pelo MPL (Movimento Passe Livre) em 2013.

É através do *site*, que o MBL desenvolve as principais estratégias de convocação e mobilização – propagando uma ideologia de caráter neoliberal - para alcançar seu objetivo principal: alterar o cenário político se alinhando, ideologicamente, a forças políticas e entidades privadas, para viabilizar o impeachment no Brasil.

¹⁷ Portal Terra- <https://goo.gl/GftsZa>

¹⁸ Conceito de Liberalismo no Dicionário de Política - <https://goo.gl/DUjNa8>

¹⁹ O Registro.br é um departamento do NIC.br responsável pelas atividades de registro e manutenção dos nomes de domínios no Brasil.

²⁰ Líderes do MBL- Kim Patroca Kataguiri, Fernando Holiday, Renan Antônio Ferreira dos Santos e Arthur Moledo do Val.

²¹ BBC Brasil - <https://goo.gl/V71jNE>

4.2 Movimento Vem Pra Rua

O VPR surge no mês de outubro de 2014, apresentando demandas relacionadas ao combate à corrupção no Brasil. No entanto, no mês de março do ano de 2015, passa a inserir em sua pauta a meta de destituir a Presidenta da República Dilma Rousseff, através da convocação e organização de manifestações populares. Coordenou junto com o MBL, as maiores manifestações de rua da história do Brasil, através de uma forte campanha a favor do impeachment da Presidenta da República, cujo *slogan* era “*Não vai ter golpe, vai ter impeachment*”. É importante destacar que o nome do movimento é uma apropriação e uma referência ao hino “*Vem Pra Rua*” utilizado pelo MPL (Movimento Passe Livre), durante as chamadas “Jornadas de Junho”, no ano de 2013.

De acordo com o *Registro.br*, o primeiro domínio utilizado pelo grupo foi inscrito no dia 29/10/2014 e podia ser acessado através do endereço eletrônico www.vempraru.org. Tal domínio foi utilizado durante toda a campanha presidencial (o grupo apoiou o candidato Aécio Neves nas eleições de 2014) e foi, posteriormente, desativado. O endereço foi alterado em março de 2015, após a descoberta de que o *site* foi registrado pelo diretor executivo da Fundação Estudar, Fábio Tran. A fundação pertence ao empresário Jorge Paulo Lemann, dono de grandes empresas como a Ambev e a rede de *fast food* Burger King no Brasil. Ao ser inquirida por jornalistas²² a respeito de ser um possível financiador dos protestos coordenados pelo Vem Pra Rua, a fundação se disse "apartidária" e atribuiu o caso a uma "iniciativa isolada" de um ex-funcionário. Após a polêmica, o grupo passou a adotar um novo endereço *online*: www.vempraru.net. O porta-voz principal do VPR é Rogério Chequer. Em entrevista concedida para a Revista Veja²³ no dia 11 de março de 2015, o empresário diz que se inspirou nas estratégias de movimentos sociais argentinos e europeus para criar o VPR.

Diferente do *site* MBL, o *site* do VPR manteve as mesmas características do endereço eletrônico registrado anteriormente. Pode-se dizer que o *site* do Vem Pra Rua é o mais sofisticado em termos de *layout* e variedade de conteúdo. O grupo também comercializa produtos (camisetas e canecas) em uma loja eletrônica mantida no *site*, além de disponibilizar uma série de ferramentas interativas para o visitante. A principal delas, responsável por

²² IstoÉ- <https://goo.gl/S9pXkk>

²³ Revista Veja- <https://goo.gl/8T5Aqq>

aumentar de forma considerável o acesso ao *site*, foi o *Mapa do Impeachment*. Em entrevista²⁴ ao jornal Zero Hora, no mês de março de 2016, a assessoria de imprensa do grupo disse que a média de visitantes únicos ao *Mapa do Impeachment* cresceu em decorrência das reviravoltas no cenário político nacional, registrando média diária de 220 mil acessos únicos. Após declarar apoio ao impeachment de Dilma Rousseff, o VPR alterou de forma substancial o foco dos conteúdos disponibilizados no *site* na internet.

4.3 Frente Brasil Popular

O dia 10 de agosto de 2015 marca o primeiro ato público da FBP. O grupo é o resultado da união de uma série de organizações e sindicatos tradicionais no Brasil. Surge, principalmente, em resposta a ofensiva dos grupos pró-impeachment, atuando como frente de apoio a permanência de Dilma Rousseff na Presidência da República.

O grupo possui o mesmo nome da coligação partidária liderada pelo PT em 1989, na primeira disputa presidencial da recém retomada democracia brasileira. Naquela época, a Frente coordenava e participava de dois turnos. “No primeiro turno das eleições presidenciais, esta frente aglutinou setores organizados em torno do PT, do PCdoB e do PSB e foi capaz de atrair também o PCB, o PDT, o PMDB e o PSDB no segundo turno” (PT NACIONAL, 2017). Segundo pesquisa realizada junto ao *Registro.br*, o domínio www.frentebrasilpopular.com.br foi criado no mesmo dia da divulgação de sua fundação pública. O *site*, no entanto, é lançado nas redes sociais e torna-se disponível para acesso no dia 11 de novembro de 2015. Diferente dos demais grupos, o endereço eletrônico da FBP não foi alterado.

A FBP é formada por 68 organizações (Quadro 5) e, se uniu, desenvolvendo estratégias para convocar e realizar manifestações contra o impeachment de Dilma Rousseff. A CUT²⁵ (Central Única dos Trabalhadores) e a UNE²⁶ (União Nacional dos Estudantes) constituem e participam ativamente da organização, inclusive divulgando as datas dos atos em suas plataformas na internet (*sites* e redes sociais).

²⁴ Zero Hora-<https://goo.gl/X4Rgwg>

²⁵ Site da Central Única dos Trabalhadores (CUT) - <http://www.cut.org.br/>

²⁶ Site da União Nacional dos Estudantes (UNE) - <http://www.une.org.br/>

QUADRO 5 – Organizações que integram a Frente Brasil Popular

1. ABGLT – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais
2. Abrasco – Associação Brasileira de Saúde Comunitária
3. Adere – Movimento dos Assalariados Rurais
4. A Marighella
5. ANA – Associação Nacional de Agroecologia
6. Associação de Advogados da União pela Democracia
7. ANPG - Associação Nacional dos Pós-Graduandos
8. Ainda MG
9. ATRAF (Associação dos Trabalhadores de Franca)
10. Barão de Itararé
11. CBJP – Comissão Brasileira de Justiça e Paz
12. CEBES - Centro Brasileiro de Estudos de Saúde
13. CEBRAPAZ (Centro Brasileiro de Solidariedade e Luta pela Paz)
14. CMP (Central de Movimentos Populares)
15. CONAM (Confederação Nacional das Associações de Moradores)
16. CONAQ – Movimento Nacional dos Quilombolas
17. CONEN (Confederação Nacional de Entidades Negras)
18. Consulta Popular
19. CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura)
20. CPT - Comissão Pastoral da Terra
21. CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil)
22. CUT (Central Única dos Trabalhadores)
23. ESTOIM
24. FETRAF Brasil
25. Fora do Eixo
26. FNDC (Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação)
27. Fórum Político Interreligioso
28. FEAB (Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil)
29. Federação dos Metalúrgicos do RS
30. Fórum 21
31. FUP (Federação Única dos Petroleiros)
32. Grupo ACONTECE – Arte e Política LGBT
33. INESC
34. Igrejas
35. INMA (Instituto Nacional do Meio Ambiente)
36. Juventude Revolução
37. Levante Popular da Juventude
38. Marcha Mundial das Mulheres
39. Mídia Ninja
40. MCP (Movimento Camponês Popular)
41. MTD (Movimento das Trabalhadoras e dos Trabalhadores por Direitos)
42. MLT (Movimento de Luta por Terra)
43. MMC (Movimento de Mulheres Camponesas)
44. MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens)
45. MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores)
46. MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra)
47. MOTU (Movimento dos Trabalhadores Urbanos)
48. MAM (Movimento Nacional Pela Soberania Popular Frente à Mineração)

49. MNLCN - Movimento Nacional de Luta Contra o Neoliberalismo e Pelo Socialismo
50. Movimento Nacional de Rádios Comunitárias
51. Movimento da Reforma Sanitária Brasileira
52. Movimento das Pescadoras e Pescadores do Brasil
53. Movimento Fé Brasil
54. Nação Hip Hop Brasil
55. Pastorais Sociais
56. Rede de Médicas/os Populares
57. RENAP (Rede Nacional de Advogados Populares)
58. Sindsesp SP
59. Sindieleiro MG (Sindicato dos Eletricitários de Minas)
60. SENGE-Rio (Sindicato dos Engenheiros do Estado – RJ)
61. Sindute MG (Sindicato Único de trabalhadores em Educação de Minas Gerias)
62. UBES (União Brasileira de Estudantes Secundaristas)
63. UBM (União Brasileira de Mulheres)
64. UJS (União da Juventude Socialista)
65. UNEGRO (União de Negros Pela Igualdade)
66. UNE (União Nacional de Estudantes)
67. UNMP (União Nacional por Moradia Popular)
68. Via campesina

Fonte: site Frente Brasil Popular

Pode-se dizer que as estratégias de comunicação *online* e *off-line* das organizações participantes refletem no modo como opera a FBP, principalmente na reprodução e divulgação de conteúdo. Ou seja, o vínculo estabelecido por tais organizações na internet funciona como uma rede que se retroalimenta de informações.

Diferente dos *sites* dos grupos pró-impeachment, a FBP não disponibiliza no *site* loja virtual para a comercialização de produtos ou mensagens solicitando doações. Entre os recursos disponibilizados no *site* da FBP para os visitantes, pode-se destacar o Mapa da Democracia, ferramenta de diálogo entre sociedade civil, deputados e senadores durante o processo de impeachment. Além disso, as agendas de atos e manifestações de rua, notícias e artigos, muitos deles produzidos por organizações que a compõe, podem ser acessados.

5 O CONTEXTO POLÍTICO-SOCIAL DO BRASIL

Este capítulo busca descrever o contexto em que emergem os movimentos sociais, responsáveis por desenvolver os *sites*, estudados nessa pesquisa. Para tanto, alguns eventos importantes são apresentados. Inicialmente, expõe-se o cenário em que surgem as manifestações de rua, que marcaram o processo de impeachment. Em seguida, são descritas informações a respeito do contexto político-social do Brasil, tais como: a trajetória do governo de Dilma Rousseff e a previsão jurídico-legal do impeachment pela constituição brasileira.

5.1 As manifestações de rua

As manifestações de rua pró e contra o impeachment de Dilma Rousseff podem ser percebidas como um reflexo das práticas desenvolvidas pelos movimentos sociais em suas respectivas plataformas (*sites*) e redes sociais na internet. As dinâmicas adotadas pelos grupos (convocação e mobilização) nas redes, foram um importante instrumento de sustentação e manutenção dos vínculos com os manifestantes antes e, durante, todo o trâmite processual que culminou com o afastamento da Presidenta reeleita no ano de 2014.

O VPR é o primeiro grupo a realizar campanhas de convocação na internet para as manifestações de rua, ainda durante o segundo turno da campanha para Presidência da República²⁷, no ano de 2014. A primeira manifestação aconteceu no dia 16 do mês de outubro de 2014, na cidade de São Paulo, contra a corrupção e em apoio ao candidato Aécio Neves (PSDB), principal oponente de Dilma Rousseff (PT) nas eleições presidenciais. Nessa ocasião, pode-se registrar a atuação de manifestantes com faixas e bandeiras que solicitavam a destituição da Presidenta Dilma Rousseff. Outras duas manifestações foram realizadas pelo grupo em 2014, nos dias 22 e 25 do mês de outubro, respectivamente.

A primeira²⁸ manifestação liderada pelo MBL foi realizada em âmbito nacional, no dia 01/11/2014, cinco dias após a reeleição de Dilma Rousseff. Nessa ocasião, o instituto de pesquisa Data Folha informou que cerca de 2.500 pessoas participaram da manifestação na Avenida Paulista. A principal alegação para o protesto, era uma possível fraude das eleições

²⁷ A votação para o primeiro turno das eleições presidenciais ocorreu no dia 05 dez. 2014. A votação do segundo turno, disputado por Dilma Rousseff (PT) e Aécio Neves (PSDB), foi realizada no dia 26 dez. 2014.

²⁸ Registro primeira manifestação pelo impeachment - <https://goo.gl/u5oLCB>

presidenciais e o pedido imediato da anulação do mandato da Presidenta, que se iniciaria em janeiro de 2015. Bandeiras com os dizeres: “Impeachment já”, “Fora PT” e “90% do PIB não elegeu Dilma” eram carregadas pelos manifestantes.

Outros dois atos foram registrados em 2014. Na manifestação²⁹ do dia 15 de novembro, cerca de 6 mil pessoas reunidas na Avenida Paulista, região central da cidade de São Paulo, chegaram a reivindicar não apenas o impeachment de Dilma, mas também a intervenção militar. No dia 06 de dezembro, um novo ato marca a parceria entre o MBL e o VPR nas manifestações de rua realizadas em todo o Brasil. A manifestação³⁰ com maior número de participantes, também foi realizada na Avenida Paulista/SP e, reuniu, de acordo com a polícia militar, cerca de 8 mil pessoas, entre elas, políticos de oposição ao governo Dilma Rousseff.

Em 2015, o número de manifestações favoráveis ao impeachment tem um aumento expressivo. As mais importantes, pelo número de cidades engajadas e pessoas reunidas, ocorreram nos dias 15 de março, 12 de abril, 16 de agosto e 13 de dezembro de 2015. No entanto, o ato³¹ do dia 15 de março, chama a atenção pelo número de pessoas presentes. Os organizadores contabilizaram a presença de cerca de 2 milhões e 400 mil pessoas. A polícia militar, por sua vez, chegou a informar³² o comparecimento de 1 milhão de pessoas na Avenida Paulista. Já o Instituto Datafolha, divulgou contagem³³ informando que 210 mil pessoas se manifestaram pelo impeachment de Dilma Rousseff nessa ocasião.

Os dias 13 e 18 de março de 2015 são marcados pela realização nacional de atos³⁴ dos grupos contrários ao afastamento da Presidenta. No dia 13, cerca de 175 mil participantes foram às ruas e, pelo menos 120 mil participantes estiveram presentes na Avenida Paulista, no dia 18. Outras manifestações importantes foram registradas durante todo o ano de 2015, nos dias 07 e 15 de abril, 20 de agosto, 26 de setembro, 03 de outubro, 08 e 16 de dezembro.

Em 2016, as manifestações seguem seu curso. Após a admissibilidade do processo de impeachment pela Câmara dos Deputados, são registradas 08 manifestações organizadas e promovidas pelos grupos pró-impeachment: 13 e 18 de março, 16 e 17 de abril, 09 e 11 de maio, 31 de julho e 31 de agosto. A principal delas, realizada no dia 13 de março, chegou a reunir

²⁹ Notícia EBC- manifestantes pedem intervenção militar - <https://goo.gl/pR4auh>

³⁰ Notícia O Globo – Ato reúne manifestantes contra Dilma - <https://goo.gl/G71PZK>

³¹ El País – manifestação nacional pelo impeachment - <https://goo.gl/xCZ5zq>

³² Exame – 1 milhão de pessoas na Av. Paulista - <https://goo.gl/Yg27Ye>

³³ Datafolha: manifestação 15/03/2015 - <https://goo.gl/Qz87Zf>

³⁴ Uol – manifestações Pró-Dilma - <https://goo.gl/KusdZ3>

cerca de 3 milhões ³⁵de pessoas. No dia 09 de maio, os grupos voltam a se manifestar com mais força, após a decisão do Presidente interino da Câmara dos Deputados, Waldir Maranhão (PP-MA), de anular as sessões de votação da admissão do processo de impeachment.

A FBP, por sua vez, organizou e realizou atos nos dias 13, 18, 30 e 31 de março. Em abril, protestos foram registrados nos dias 04,05,10, 16, 17 e 21. No mês de maio, mais manifestações foram realizadas: nos dias 01,10,11, 15 e 22. Também foram registrados atos nos dias 31 de julho, 09, 29 e 31 de agosto.

É importante apontar, no entanto, que uma disputa de discursos se instalou a respeito do número de manifestações realizadas e do registro de participantes presentes nos atos. É importante sublinhar, neste contexto, que o número de apoiadores em manifestações pode ser tomado como um indício de sucesso ou fracasso de grupos que defendem causas de interesse público.

A contagem de público nas manifestações promovidas pelo MBL, pelo VPR e pela FBP foi noticiada por diferentes veículos de comunicação. Enquanto algumas mídias contrastavam estimativas medidas pela PM (polícia militar) com os resultados de institutos de pesquisa especializados e com a percepção dos organizadores, outras privilegiavam apenas a divulgação de uma fonte. Apesar disto, a expressão do debate acerca do número de manifestações e de participantes que aderiram aos eventos demonstra a força e a importância desses atos que, influenciados pelo cenário político e social, afetaram o curso do processo de impeachment.

5.2 A cronologia dos acontecimentos

As chamadas “Jornadas de Junho³⁶ de 2013” tornaram-se um exemplo, tomado pelos brasileiros, para reivindicar direitos e se posicionar diante de políticas públicas através da organização *online* de manifestações sociais. Os protestos, realizados em várias cidades do país, tinham por objetivo exigir soluções aos governantes a respeito dos aumentos nas tarifas de transporte público, à corrupção e aos gastos com a realização da Copa das Confederações em 2014 no Brasil, entre outras reivindicações. Nessa ocasião, uma pesquisa³⁷ do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope), encomendada pela Confederação Nacional

³⁵ Notícia Estadão - <http://www.estadao.com.br/aovivo/manifestacao-contradilma>

³⁶ Jornadas de Junho de 2013 -<https://goo.gl/8a6sR5>

³⁷ Pesquisa CNI-IBOPE - <https://goo.gl/NVhTqT>

da Indústria (CNI), mostrou que 89% da população era favorável às manifestações. O jornal *Folha de São Paulo*³⁸ noticiou, na mesma época, que os primeiros protestos ultrapassaram o número de pessoas presentes no movimento “cara-pintadas”, responsável por pressionar o impeachment do ex-Presidente Fernando Collor em 1992.

Como foi apontado, no ano de 2014 foi instalado um grande debate sobre os gastos do governo com a Copa das Confederações no Brasil. Os protestos articulados na internet, também resultaram na tomada das ruas pela população, repercutindo a mesma lógica de reunião e organização de pessoas do ano anterior. No ano de 2015, as manifestações populares seguiram um novo curso e o foco se tornou o combate à corrupção no país. A operação Lava-Jato³⁹ envolvendo a estatal Petrobrás, deflagrada pela Polícia Federal no dia 17 de março de 2014, mobilizou os poderes – Polícia Federal, Ministério Público, Tribunais Estaduais e Federais –, despertando a atenção da imprensa de diversos países, de atores políticos e da população brasileira. A investigação ainda em curso (no fechamento desta pesquisa), tem julgado e condenado agentes de empresas privadas e atores políticos, inclusive alguns ligados ao Partido dos Trabalhadores (PT), ao Governo Lula e Dilma Rousseff.

Nos meses de março e abril⁴⁰ de 2015, manifestantes descontentes com a reeleição da Presidenta, já se organizavam para demonstrar sua insatisfação com o resultado das urnas em várias partes do país. Nessa ocasião, além do surgimento de movimentos pró-impeachment na internet, são registradas as primeiras manifestações de rua em que as pessoas solicitam o afastamento da ex-chefe de estado. A apregoada dificuldade de Dilma Rousseff para se comunicar⁴¹, somada à crescente descrença da população em relação às medidas adotadas pelo governo para minimizar a crise (como o ajuste fiscal), também deram origem ao surgimento dos chamados “panelaços”- forma de protesto criada e disseminada nas redes sociais durante os pronunciamentos da Presidenta - situação que já desenhava as barreiras que o Governo Federal deveria superar para reparar falhas do mandato anterior e reconquistar a confiança da população.

³⁸ Jornal Folha de São Paulo - <https://goo.gl/DBLL4E>

³⁹ Ministério Público Federal (operação Lava-Jato) - <http://lavajato.mpf.mp.br/entenda-o-caso>

⁴⁰ Revista Veja - Manifestantes descontentes com a reeleição de Dilma Rousseff-<https://goo.gl/LrFiEY>

⁴¹ Estadão - <http://politica.estadao.com.br/blogs/legis-ativo/a-afonia-e-o-colapso-do-segundo-governo-dilma/>
Agência Brasil - <https://goo.gl/DpjTHn>

No dia 07 de outubro de 2015, o TCU⁴² (Tribunal de Contas da União) rejeita as contas prestadas pelo Governo Federal relativas ao exercício administrativo do ano de 2014, por entender que o balanço apresentado, continha irregularidades que feriam preceitos constitucionais, a Lei Orçamentária e a Lei de Responsabilidade Fiscal. As chamadas “pedaladas fiscais” foram a principal motivação para a reprovação. Com as contas reprovadas, se intensificaram os argumentos de opositoristas e de movimentos descontentes com o governo para reforçar pedidos de impeachment contra a Presidenta, até que no dia 02 de dezembro de 2015, o Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), autoriza a abertura de processo de impedimento da Presidenta Dilma Rousseff. Enfrentando a possibilidade de ter seu mandato cassado (por ocultação de grandes quantias em dinheiro em contas na Suíça), Eduardo Cunha teria, de acordo com o Governo Federal, acatado o pedido de impeachment por vingança, isso porque o PT manifestou publicamente seu apoio à cassação do parlamentar.

Os juristas Hélio Pereira Bicudo, Janaína Paschoal e Miguel Reale Junior, com o apoio dos movimentos sociais Brasil Livre, Vem Pra Rua e Movimento Contra a Corrupção protocolaram, no dia 15 de outubro de 2015, o pedido de impeachment⁴³ onde argumentavam que a Presidenta teria cometido as chamadas “pedaladas fiscais”. Para o TCU⁴⁴ (Tribunal de contas da União), essa prática se configura quando há irregulares e atrasos de repasses do Tesouro Nacional aos bancos públicos oficiais. Além disso, de acordo com os juristas que solicitaram a admissibilidade do processo de impeachment, a Presidenta teria agido de forma irregular ao editar, nos anos de 2014 e 2015, decretos sem número⁴⁵ que resultaram na abertura de créditos suplementares, sem autorização do Congresso Nacional. Após esse episódio, ainda no final do ano de 2015, o STF (Superior Tribunal Federal) decide deslegitimar o curso do processo iniciado pela Câmara dos Deputados e regulamentar o rito para o recebimento e julgamento de impeachment de Dilma Rousseff. Para tanto, analisaram os procedimentos jurídicos adotados durante o julgamento do impeachment do Ex-presidente da República e atual Senador, Fernando Collor de Melo (PTB-AL), estabelecendo normas e metas a serem seguidas pela Câmara do Deputados e pelo Senado Federal. Nessa ocasião, a imprensa nacional e

⁴² Site TCU - <http://portal.tcu.gov.br/cidadao/cidadao.htm>

⁴³ Íntegra do pedido de Impeachment - <http://download.uol.com.br/noticias/texto-impeachment.pdf>

⁴⁴ Análise de Contas do Governo pelo TCU - <https://goo.gl/t7eQcG>

⁴⁵ Legislação sobre decretos em número - <https://goo.gl/4X9J6P>

internacional acompanhava em tempo real os detalhes do processo, transmitindo informações pela TV Justiça, por vários outros canais televisivos e também pela internet.

No entendimento dos Ministros do Tribunal, a comissão especial da Câmara que iria analisar o impeachment só poderia ser formada por indicação de líderes de partidos, sem chapas avulsas, ao contrário do que havia sido proposto pelo Presidente da Casa, Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Além de invalidar a formação da chapa avulsa no processo de impeachment, o Supremo também determinou que a eleição dos membros da comissão especial ocorresse por votação aberta. Isso porque em 2015, uma chapa montada pela oposição teve votação fechada. Os Ministros do Supremo Tribunal decidiram, ainda, que o Senado Federal deteria o poder de recusar a instauração do processo de impeachment, mesmo após a aprovação da Câmara, por ao menos 2/3 de seus membros (342 dos 513 deputados).

Com o recesso do judiciário, na transição do ano de 2015 para 2016, o debate sobre o impeachment de Dilma foi retomado com mais força, principalmente pelo avanço das investigações da operação Lava-Jato, que ganhou destaque na imprensa nacional e internacional, por acusar esquemas de corrupção envolvendo atores políticos próximos da Presidenta da República. Em 2016, os trabalhos são retomados e, no dia 17 de março, a Câmara dos Deputados define a comissão que iria julgar o impeachment, sendo a Presidenta Dilma Rousseff oficialmente notificada do processo. A partir desse momento, foi estipulado o prazo de 10 sessões para a defesa da Presidenta. Nos dias 30 e 31 de março do mesmo ano, a comissão especial formada na Câmara dos Deputados, recebe para debate os juristas autores do processo de impeachment, bem como os defensores da Presidenta. Em seguida, no dia 04 de abril, o advogado geral da União apresenta a defesa escrita da Presidenta. Encerrando os trabalhos internos da comissão especial no dia 06 de abril, o relator Jovair Arantes apresenta e lê o parecer favorável ao impeachment, após acirradas discussões.

No dia 17 de abril é aberta a sessão no plenário da Câmara, que aprova a admissibilidade do pedido de impeachment com o seguinte placar: 367 deputados favoráveis ao parecer do Deputado Jovair Arantes; 137 contrários; 07 abstenções e 02 faltas. No dia 26 do mesmo mês, após o recebimento do processo de impeachment enviado pela Câmara dos Deputados, o Senado Federal elege a comissão para analisar o pedido de impeachment – comissão eleita por 21 senadores titulares e 21 senadores suplentes. A sessão da comissão especial de impeachment no Senado ouve os juristas autores do pedido no dia 28 de abril. No dia seguinte, 29 de abril, a sessão da comissão especial de impeachment no Senado recebe o advogado geral da união, José

Eduardo Cardoso, para a defesa de Dilma. No dia 04 de maio de 2016, após intenso debate, o relator Antônio Anastasia, também apresenta um parecer favorável ao processo de impeachment. A deliberação sobre a admissibilidade do impeachment se inicia no dia 11 de maio. No dia 12 do mesmo mês, o Senado decide por maioria (55 votos a favoráveis e 22 contrários) pela admissibilidade do processo de impeachment. A partir disso, a Presidenta Dilma Rousseff foi oficialmente afastada do cargo por 180 dias, assumindo interinamente o Vice-Presidente, Michel Temer.

No dia 31 de agosto de 2016, após intensos debates no Senado Federal, Dilma Rousseff sofre o impeachment. Duas votações foram realizadas em plenário: a primeira que estabeleceu o afastamento definitivo por 61 votos a 20 e, a segunda, determinou o direito da Presidenta de concorrer a cargos públicos sem sofrer a sanção de ilegitimidade por 8 anos. O processo de impeachment se finda 9 meses após ser autorizado pelo Ex-Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha⁴⁶. No dia 01 de setembro de 2016, o governo interino de Michel Temer torna-se o oficial e definitivo.

5.3 O governo Dilma Rousseff

Fundado na década de 80, o PT (Partido dos Trabalhadores) tornou-se, ao longo do tempo, um dos mais importantes e representativos partidos políticos do Brasil. Ele é o resultado da aglutinação de movimentos sindicais, como por exemplo, a Conferência das Classes Trabalhadoras (CONCLAT), que veio a ser o embrião da Central Única dos Trabalhadores (CUT), grupo ao qual pertenceu o Ex-Presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva, com antigos setores da esquerda brasileira (PT NACIONAL, 2016).

Pode-se dizer que a trajetória bem-sucedida do governo Lula influenciou fortemente a trajetória política de Dilma Rousseff - que foi Ministra de Minas e Energia e da Casa Civil durante a gestão do Ex-Presidente, entre os anos de 2002 e 2010. A proposta de dar continuidade ao plano de governo - em curso nos anos anteriores - ampliando programas sociais ⁴⁷que se tornaram populares como o *Bolsa Família*, *Minha Casa, Minha Vida* e *Prouni* também foram cruciais para o sucesso da campanha de Dilma Rousseff a Presidência da República.

⁴⁶ Durante o processo de impeachment Eduardo Cunha renuncia ao mandato. Em outubro de 2016, tem sua prisão decretada pela força-tarefa da operação Lava-Jato por crime de corrupção.

⁴⁷ Programas Sociais Governo Federal - <http://www.programadogoverno.org/>

No dia 13 de junho de 2010, o Partido dos Trabalhadores (PT), oficializa a candidatura de Dilma Vana Rousseff ⁴⁸ para cargo de Presidenta da República Federativa do Brasil. No dia 31 de outubro do mesmo ano, após disputar as eleições que se definiriam no segundo turno, Dilma Rousseff (PT) elegeu-se com 56,05% ⁴⁹ dos votos válidos, (55.752.092 votos) contra 43,95% (43.710.422) de seu opositor José Serra (PSDB). A candidatura de Dilma recebeu o apoio da coligação “*Para o Brasil Seguir Mudando*”, constituída pelos partidos PRB / PDT / PT / PMDB / PTN / PSC / PR / PTC / PSB / PC do B.

A primeira Presidenta da República brasileira ⁵⁰ toma posse no dia 1º de janeiro de 2011, com a responsabilidade de manter a satisfação que os brasileiros nutriam em relação ao governo anterior, fato que pode ser evidenciado pela pesquisa ⁵¹ divulgada pelo instituto Data Folha no dia 20 de dezembro de 2010, em que aponta a avaliação ótima e/ou boa por parte de 83% dos brasileiros adultos em relação ao governo Lula.

O primeiro mandato de Dilma Rousseff é marcado por avanços e crises ⁵². Sobre os avanços é possível citar, por exemplo, a ampliação de programas sociais existentes e o lançamento de novos programas como o *Brasil Carinhoso* ⁵³ e o *Mais Médicos* ⁵⁴. A Presidenta também enfrentou instabilidades em seu governo, como a necessidade de substituir alguns ministros envolvidos em denúncias de corrupção, os escândalos de corrupção na estatal Petrobrás, a queda do PIB e as manifestações de junho contra aumento das tarifas de ônibus e contra os gastos para a realização da Copa das Confederações no Brasil, em 2013.

Uma pesquisa ⁵⁵ divulgada pelo instituto Data Folha, apontou que o governo Dilma chegou a alcançar o índice de 65% de aprovação popular em março de 2013, maior média verificada entre as pesquisas realizadas durante o primeiro mandato da Presidenta. Em junho do mesmo ano, a aprovação de Dilma tem queda brusca e atinge a margem de 30% de aprovação. Ao final do mandato da Presidenta, o instituto divulgou nova pesquisa realizada em 21 de outubro de 2014, em que 42% dos entrevistados consideravam sua administração ótima ou boa.

⁴⁸ Primeira mulher a se tornar Presidente da República do Brasil, Dilma Vana Rousseff é economista e nasceu no dia 14 de dezembro de 1947, na cidade de Belo Horizonte (MG). Fonte: www.planalto.gov.br

⁴⁹ TSE: trajetória Dilma Rousseff - <https://goo.gl/CvCEwF>

⁵⁰ Biblioteca da Presidência da República - <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/>

⁵¹ Data Folha: avaliação do governo Lula- <https://goo.gl/Zq5GDx>

⁵² Senado Federal: balanço primeiro mandato de Dilma- <https://goo.gl/tcSyih>

⁵³ Programa Brasil Carinhoso - <http://www.fnde.gov.br/programas/brasil-carinhoso>

⁵⁴ Programa Mais Médicos - <http://maismedicos.gov.br/conheca-programa>

⁵⁵ Pesquisa Data Folha - <https://goo.gl/LmYQXv>

No dia 26 de outubro de 2014, Dilma disputa novamente as eleições para a Presidência da República pela coligação “*Com a Força do Povo*”, composta pelos partidos PT / PMDB / PSD / PP / PR / PROS / PDT / PC do B / PRB e é reeleita com 51,57% dos votos válidos em concorrência que também se definiu no segundo turno, contra o candidato Aécio Neves (PSDB), que alcançou 48,36% dos votos na disputa eleitoral. Dilma toma posse no dia 1º de janeiro de 2015, mas continua a enfrentar turbulências no governo, geradas pelos escândalos envolvendo a estatal Petrobrás.

Em fevereiro de 2015, a Presidenta atinge a marca de 23% de popularidade na avaliação dos entrevistados de uma pesquisa⁵⁶ realizada pelo instituto Datafolha. A mesma pesquisa também constatou que 52% das pessoas acreditavam que Dilma sabia do esquema de corrupção na Petrobrás e que permitiu que tal esquema ocorresse. Em abril de 2015, uma pesquisa do CNI/Ibope⁵⁷ mostrou que apenas 12% dos brasileiros avaliavam o governo como ótimo ou bom. Em junho do mesmo ano, o Datafolha divulga pesquisa⁵⁸ em que a rejeição do governo Dilma atinge a marca de 65%, enquanto que a aprovação resulta em 10% das avaliações.

Somado ao grande número de manifestações no país⁵⁹, o baixo índice de popularidade de Dilma Rousseff se arrastou até o final de 2015, período que marca a admissibilidade do processo de impeachment pelo Presidente da Câmara dos Deputados à época, Eduardo Cunha. O tópico seguinte dedica-se a abordar as especificidades relativas ao rito do processo de impeachment no Brasil e a lei que o prevê. Além disso, será apresentada, de maneira sintetizada, a aplicabilidade desse processo no caso da Presidenta Dilma Rousseff.

5.4 O Processo de impeachment

O impeachment no Brasil é previsto pela Constituição Federal de 1988 e regido pela lei⁶⁰ 1.079 do dia 10 de abril, de 1950. Essa lei é responsável por definir os crimes de responsabilidade e regular o processo de julgamento do Presidente e do Vice-Presidente da República. A previsão legal do impeachment é estabelecida pelo inciso I do artigo 51 da Constituição Federal de 1988, que determina ser de competência da Câmara dos Deputados

⁵⁶ Pesquisa Datafolha - <https://goo.gl/DpJNiW>

⁵⁷ Pesquisa CNI/Ibope - <https://goo.gl/D41gZ8>

⁵⁸ Pesquisa Datafolha - <https://goo.gl/M4TT7v>

⁵⁹ Manifestações 2015 - <https://goo.gl/Bj0rk8>

⁶⁰ Constituição Federal: lei do impeachment- http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L1079.htm

apenas a autorização, por dois terços de seus membros, do processo de impeachment. Nesses termos, uma outra etapa tem início no Senado Federal, responsável pelo efetivo processamento e julgamento do Presidente da República.

O pedido de impeachment em desfavor da Presidenta Dilma Rousseff foi protocolado no dia 15 de outubro de 2015, na Câmara dos Deputados, pelos juristas Hélio Bicudo, Janaina Paschoal e Miguel Reale Junior, sendo acolhido pelo Presidente da casa no dia 02 de dezembro de 2015. No documento⁶¹ de 65 páginas, os denunciantes argumentam que a Presidenta cometeu crime de responsabilidade. A realização de manobras contábeis para maquiagem de gastos além dos limites legais e a autorização de abertura de créditos suplementares para o orçamento sem aprovação do Congresso Nacional, são apontadas como as principais violações.

Para embasar as acusações, os solicitantes do pedido recorreram ao artigo de nº 4 da lei 1.079/50, que estabelece como crime de responsabilidade,

[...] os atos do Presidente da República que atentarem contra a Constituição Federal, e, especialmente, contra: I - A existência da União; II - O livre exercício do Poder Legislativo; do Poder Judiciário e dos poderes constitucionais dos Estados; III - O exercício dos direitos políticos, individuais e sociais; IV - A segurança interna do país; V - A probidade na administração; VI - A lei orçamentária; VII - A guarda e o legal emprego dos dinheiros públicos; VIII - O cumprimento das decisões judiciais (BRASIL, 1988).

Ainda de acordo com os juristas, a Presidenta teria infringido principalmente os itens V – a probidade na administração e VI- a lei orçamentária. A probidade na administração, descrita no artigo de nº 9 da lei 1.079/50 é citado pelos autores do documento nos termos dos itens 3 e 7. Como se vê,

3) não tornar efetiva a responsabilidade dos seus subordinados, quando manifesta em delitos funcionais ou na prática de atos contrários à Constituição; 7) proceder de modo incompatível com a dignidade, a honra e o decoro do cargo (BRASIL, Lei 1.079/50).

No que se refere à lei orçamentária, descrita pelo artigo de nº 10 da mesma lei, são apontados os seguintes itens:

4) infringir, patentemente, e de qualquer modo, dispositivo da lei orçamentária; 6) ordenar ou autorizar a abertura de crédito em desacordo com

⁶¹ Íntegra do pedido de impeachment - <http://www.zerohora.com.br/pdf/17802008.pdf>

os limites estabelecidos pelo Senado Federal, sem fundamento na lei orçamentária ou na de crédito adicional ou com inobservância de prescrição legal (BRASIL, Lei 1.079/50).

Outras acusações também foram relatadas no texto, tais como os prejuízos à Petrobras com a compra da refinaria de Pasadena e a Operação Lava Jato. Além disso, as manifestações de rua favoráveis ao impeachment foram citadas no documento. Os denunciantes alegavam que o grande número de pessoas presentes nos protestos pelo afastamento de Dilma Rousseff, em 2015, ultrapassou o contingente de pessoas que se mobilizou durante o impeachment do ex-Presidente da República, Fernando Collor de Melo, em 1992, o que demonstrava a necessidade de uma “renovação da democracia” a partir da admissibilidade do pedido.

A intensa atuação dos movimentos sociais favoráveis ao impedimento de Dilma Rousseff em 2014 e 2015, também é usada como base argumentativa dos juristas Hélio Bicudo, Janaina Paschoal e Miguel Reale Junior, no documento entregue a Câmara dos Deputados. Tal alegação é apenas um dos indícios do impacto gerado pelas ações promovidas pelos movimentos sociais, durante o processo de impeachment. Os *sites* dos movimentos sociais na internet, tornaram-se a principal via para a convocação e a mobilização de pessoas durante esse período. É possível dizer, também, que eles foram cruciais para o sucesso das mobilizações simultâneas que ocorreram nas ruas de muitas cidades do Brasil. O capítulo seguinte, tem por objetivo apresentar o histórico e as especificidades desses *sites*.

III - AS ESTRATÉGIAS DE CONVOCAÇÃO E MOBILIZAÇÃO NOS SITES

A terceira parte da dissertação destina-se às análises do objeto de pesquisa (material informativo nos *sites* dos movimentos sociais favoráveis e contrários ao impeachment). Como apontado no capítulo dedicado ao método de pesquisa, será acionada a ACD com o enfoque no modelo tridimensional de Fairclough (2001) – análises textuais, das práticas discursivas e das práticas sociais – para responder aos objetivos postos por essa dissertação.

Para a análise textual (dimensão primeira do modelo de Fairclough), o enfoque volta-se aos manifestos publicados nos *sites*. Será realizada a análise do vocabulário - significados das palavras e metáforas - empregado pelos grupos para convocar e mobilizar as pessoas. As metáforas conceituais representam as escolhas argumentativas dos movimentos sociais, aqui entendidas como veículos que transportam sentidos ideológicos e políticos. De acordo com Fairclough (2003), as ideologias podem ser compreendidas como representações particulares de mundo, que estão atreladas às identidades dos sujeitos e que, se descortinam, através da ação social (momento discursivo).

O MBL, o VPR e a FBP possuem históricos e dinâmicas de atuação específicas. Apesar de ser possível dividi-los em dois grandes grupos, a favor e contra o impeachment, eles se diferenciam em relação a organização interna, à publicidade de dados e às relações político-partidárias que mantêm, o que possibilitará a realização das análises de suas práticas discursivas. As dinâmicas do ambiente digital afetam a produção, a distribuição e o consumo do conteúdo inserido pelos grupos nas plataformas. A instancia de produção, reprodução e consumo desse conteúdo é especialmente importante para a análise pois, a partir dela, será possível avaliar o modo como os grupos relacionam com outros atores (mídias). Uma das propostas de Fairclough (2001), para a análise das práticas discursivas, é a reflexão sobre a intertextualidade (manifesta) e a interdiscursividade (intertextualidade constitutiva), que focalizam a produção de um texto. Será possível observar, por exemplo, que os três movimentos em análise recorrem a citação de outras mídias (de forma direta e indireta), principalmente a partir da inserção de *links*, para construir seus discursos nos *sites*. Ou seja, cada *link* inserido pelos grupos nos *sites* ecoa outra voz que é eleita para ser admitida, negada ou confrontada.

Para verificar as conexões construídas pelos grupos nos *sites* com outros atores será acionada a ARS. O método será aplicado para analisar, a partir da projeção de *grafos*, as redes

estabelecidas pelos movimentos com outros atores nas editorias de notícias do *site*. Para tanto, recorre-se ao *software gephi*.

Para analisar as práticas sociais dos grupos, são acionados o método histórico-descritivo e a pesquisa documental, com o intuito de realizar uma síntese histórica acerca dos acontecimentos e fatos que influenciaram e determinaram o curso do processo de impeachment da Presidenta Dilma Rousseff no Brasil (conjuntura de atuação dos grupos).

Apresenta-se, também, as motivações dos movimentos sociais envolvidos no processo de impeachment. De acordo com Fairclough (2010, p.225), “o conceito de “prática social” permite o movimento entre as perspectivas da estrutura social, de um lado, e da ação social e da agência, de outro, ambas necessárias à pesquisa social e à análise” A partir disso, realiza-se uma reflexão acerca de como as práticas dos grupos são, em maior ou menor grau, afetadas por práticas cristalizadas na estrutura social – e como os grupos contestam ou reproduzem tais práticas - através da análise de seus discursos (modos de representar), gêneros (modos de agir) e estilos (modos de ser).

Sendo assim, os *sites* dos movimentos favoráveis (MBL e VPR) e do movimento contrário (FBP) serão submetidos às análises, orientadas pelas categorias anteriormente indicadas no capítulo 3, quais sejam: 1). *A construção social da realidade política do Brasil empreendida pelos movimentos sociais* (no âmbito do texto, avaliando o significado das palavras e das metáforas empregadas); 2). *O discurso-outro como estratégia dos movimentos sociais* (abordando a interdiscursividade e a intertextualidade no âmbito da prática discursiva) e 3) *Ideologia e política no contexto de ação dos movimentos sociais* (no âmbito da prática social).

6 O MOVIMENTO BRASIL LIVRE

Este capítulo é dedicado ao mapeamento do *site* do MBL (Movimento Brasil Livre). A intenção é compreender as dinâmicas de comunicação desse grupo, explorando as seções disponibilizadas para os visitantes. A partir disso, serão realizadas as análises (ACD e ARS) do conteúdo veiculado no *site*.

6.1 Identificação do site

O *site* do MBL é o mais simples dentre os *sites* analisados, em termos de *layout* e seções para acesso de visitantes. Em sua página inicial, é possível encontrar as seguintes seções: *Home*, *Participe*, *Loja*, *Contribua* e *Propostas do MBL* (ver figura 02).

FIGURA 2 - Página Inicial MBL



Fonte: site Movimento Brasil Livre, acesso em 10dez. 2015

Ao clicar na seção *participe*, é disponibilizado ao visitante um vídeo de apresentação do grupo, em que os líderes do movimento aparecem discursando ao lado de manifestantes. Nesta mesma seção, os visitantes recebem orientações sobre o que significa participar do movimento e como proceder para se tornar um integrante do grupo. Para tanto, são oferecidos aquilo que o grupo denomina como sendo os “benefícios” oferecidos aos participantes, quais sejam: 1) a participação em debates, 2) a votação em propostas, 3) diretrizes que definem o movimento, 4) o acesso e a troca de ideias com outros participantes, 5) a participação em concursos de vídeos e artigos que, podem ser reproduzidos pelo movimento, 6) a assistência de





coordenadores estaduais e nacionais para a promoção de eventos e 7) a formação dos mobilizados através de cursos presenciais e *online*. Tais propostas visam vincular o potencial membro ao grupo. O visitante que desejar receber tais benefícios deverá, no entanto, contratar mediante pagamento, um plano mensal para participar (Figura 03). São três os planos oferecidos, o primeiro denominado *Agente da Cia* (R\$30,00), o segundo denominado *Irmãos Koch* (R\$100,00) e o terceiro denominado *Mão Invisível* (R\$250,00). Os benefícios e o acesso às atividades grupo podem variar de acordo com o plano escolhido pelo potencial militante.

Na seção *loja*, é possível acessar um mercado virtual ⁶², onde são vendidas camisetas e canecas personalizadas com palavras de ordem e frases a favor do impeachment. Na seção *doação*, é disponibilizado ao visitante o seguinte comunicado:

[...] o Brasil que trabalha e produz disse basta à corrupção e decidiu tomar as rédeas do seu destino. É nesse papel de condutor e protagonista que necessitamos de sua contribuição. Não podemos deixar que a militância de esquerda que sairá às ruas, somada ao impulso fisiológico do “centrão”, transformem esse momento único de reconstrução nacional em mais do mesmo: Estado inchado, corrupção, covardia e adesismo. Não! Precisamos de uma cidadania vigorosa e atuante, transformando o inchado e inoperante estado brasileiro em um instrumento político que de fato transforme a realidade do país. Vencer uma batalha não significa abandonar a guerra! Após a queda do PT é preciso derrotar suas ideias e suas práticas. É preciso impor reformas que reduzam o estado, reduzam os impostos e aumentem a liberdade. É preciso libertar o Brasil! O MBL fará sua parte e continuará sendo um instrumento a serviço do novo Brasil. Temos certeza de que poderemos contar com sua contribuição nesse excitante momento do país (MBL, 2016).

⁶² Loja Virtual MBL - <http://loja.mbl.org.br/>

FIGURA 3 - Planos filiação MBL

  Agente da CIA R\$30,00	 Irmãos Koch R\$100,00	 Mão Invisível R\$250,00
Direito a voto nos posicionamentos do MBL	Direito a voto nos posicionamentos do MBL	Direito a voto nos posicionamentos do MBL
Carteirinha de associado MBL	Carteirinha de associado MBL	Carteirinha de associado MBL
Kit de Adesivos	Kit de Adesivos	Kit de Adesivos
1 Livro a cada semestre + 1 livro ao final do ano para presentear um amigo	2 Livros a cada semestre + 1 livro ao final do ano para presentear um amigo	2 Livros a cada semestre + 1 livro ao final do ano para presentear um amigo
Discuta suas ideias na Comunidade Online de Debate do MBL	Discuta suas ideias na Comunidade Online de Debate do MBL	Discuta suas ideias na Comunidade Online de Debate do MBL
Faça amigos que pensam igual a você na sua cidade	Faça amigos que pensam igual a você na sua cidade	Faça amigos que pensam igual a você na sua cidade
Participe ativamente das mudanças políticas da sua cidade e do Brasil	Participe ativamente das mudanças políticas da sua cidade e do Brasil	Participe ativamente das mudanças políticas da sua cidade e do Brasil
Possibilidade de publicar artigos e vídeos no Facebook e website do MBL	Possibilidade de publicar artigos e vídeos no Facebook e website do MBL	Possibilidade de publicar artigos e vídeos no Facebook e website do MBL
	Participação gratuita no Campeonato Nacional de Debates do MBL	Participação gratuita no Campeonato Nacional de Debates do MBL
	Consultoria e assistência na formação de MBL local	Consultoria e assistência na formação de MBL local
	Curso de formação online de Líderes MBL	Curso de formação online de Líderes MBL
		Análises conjunturais políticas e econômicas

Fonte: site Movimento Brasil Livre, acesso em 06 jun. 2016.

O site do movimento ainda conta com a seção *propostas do MBL*, que oferece acesso a um documento composto por sete páginas, com o registro do que o grupo chama de *propostas de políticas públicas*, com pautas voltadas para a educação, a saúde, a sustentabilidade, a economia, a justiça, o transporte e o urbanismo. A página inicial também disponibiliza uma série de notícias (Figura 04), produzidas pela redação do próprio movimento.

FIGURA 4 - Notícia MBL

DILMA É UM ZUMBI POLÍTICO. SEUS ÚLTIMOS 3 DIAS PROVAM ISSO.

Posted by MBL Redação - 22 horas ago - Posted in Sem Categoria

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

- Temer Deveria Ouvir Mais Sid Vicious E Menos Romero Jucá
6 de junho de 2016
- UOL Recebeu Do Governo 20x Mais Que Todos Os Blogueiros Petistas Somados. Esse É O Maior Escândalo De Midia De Todos!
5 de junho de 2016
- Dilma É Um Zumbi Político. Seus Últimos 3 Dias Provam Isso.
5 de junho de 2016
- Veganos Matam Formigas Diariamente E Outros Dilemas Existenciais
5 de junho de 2016

Fonte: site MBL, acesso em 06 jun. 2016.

Note-se que, apesar de se enquadrar ao gênero notícia, a figura apresentada acima incorpora um gênero narrativo de caráter ficcional. O hibridismo de gêneros discursivos pode ser observado na maioria das publicações disponibilizadas no *site*. Para trazer credibilidade para as notícias são citados, ainda, trechos de matérias jornalísticas de *sites* como o G1 (grupo globo) e da revista Veja, estratégias que serão apresentadas no âmbito da análise nas seções 6.3 e 6.3.1 deste capítulo.

O MBL possui grande diversidade de material em seu *site*, fato que possibilitará atender, de maneira criteriosa, aos objetivos propostos por essa dissertação. No tópico seguinte, será analisado o vocabulário utilizado pelo grupo, a partir da análise do significado das palavras (potencial e criativo) e das metáforas conceituais identificadas nos textos inseridos no *site*.

6.2 O texto e a produção de sentidos

Os textos podem transmitir sentidos distintos, de acordo com o contexto e com a cultura daqueles que os produz e os interpreta. Conscientemente ou não, os produtores de um texto podem exprimir sentidos que, muitas vezes, não são captados de forma clara e completa por seu interlocutor, por estarem encobertos ou camuflados.

Alguns sentidos importantes, presentes em um texto, podem escapar aos olhos do leitor, porque sofreram algum tipo de manipulação, ou porque algum termo metafórico passou despercebido. De acordo com Fairclough (2001, p. 241) “quando nós significamos coisas por meio de uma metáfora e não de outra, estamos construindo nossa realidade de uma maneira e não de outra. As metáforas estruturam o modo como pensamos e o modo como agimos, nossos sistemas de conhecimento e crença, de uma forma penetrante e fundamental”.

No tópico anterior (identificação do *site*), foram apresentadas as seções com o conteúdo disponibilizado pelo grupo. Na página inicial, alguns elementos chamam a atenção e devem ser destacados. A frase: *Seja membro do movimento que está mudando o Brasil*, sobreposta a imagem de manifestantes vestindo verde e amarelo, empunhando bandeiras da mesma cor, oferece pistas e orienta o visitante do *site* a inferir que o movimento se apropria de uma elaboração nacionalista.

De acordo com Marilena Chauí (2004) o verdeamarelismo está atrelado a ideologia da “questão nacional”. E, enquanto signo, “foi elaborado no curso dos anos pela classe dominante brasileira como imagem celebrativa do país” (CHAUI, 2004, p.32). De acordo com a autora:

Cada um de nós experimenta no cotidiano a forte presença de uma representação homogênea que os brasileiros possuem do país e de si mesmos. Essa representação permite, em certos momentos, crer na unidade, na identidade e na indivisibilidade da nação e do povo brasileiros, e, em outros momentos, conceber a divisão social e a divisão política sob a forma dos amigos da nação e dos inimigos a combater, combate que engendrará ou conservará a unidade, a identidade e a indivisibilidade nacionais (CHAUI, 2004, p. 07).

A representação da nação e dos brasileiros de que fala a autora é também reproduzida pelo grupo, que transmite a imagem de um Brasil unido, em prol do progresso e do combate ao governo do PT. Esse partido político é responsabilizado no texto, pelos recentes escândalos de corrupção política que tomaram o país.

Na seção *participe*, ainda na página inicial, o MBL orienta os interessados a participar do grupo a doar valores e/ou adquirir planos de filiação, através do uso persuasivo do discurso. De acordo com Thompson (1998, p.23) “quando as formas simbólicas estão sujeitas a valorização econômica, tornam-se mercadorias”. Tal prática pode ser vista como um sintoma da ideologia do grupo, que coloca à disposição dos visitantes (consumidores) do *site*, um “mercado de ideias”.

O argumento utilizado pelo grupo para receber apoio financeiro também está assentado na ideia de combate. Um combate que o grupo enfrentará pelo povo brasileiro. Na seção *loja*, a frase que salta aos olhos do leitor: “*Vencer uma batalha não significa abandonar a guerra! Após a queda do PT é preciso derrotar suas ideias e suas práticas*” deixa claro o esforço discursivo empreendido pelo grupo para demonizar os partidos políticos de esquerda e o PT (Partido dos Trabalhadores). Através de tal frase, é possível estabelecer uma conexão com o que Lakoff e Johnson (2002) denominam como “metáforas da guerra”.

De acordo com os autores, expressões provenientes do vocabulário de guerra, como por exemplo, *atacar uma posição, indefensável, estratégia, nova linha de ataque, vencer, ganhar terreno* etc., formam uma maneira sistemática de expressar os aspectos bélicos do ato de discutir (LAKOFF E JOHNSON, 2002, p. 49). Nesses termos, Fairclough (2001, p.242) explica que a militarização do discurso ilustra muito bem, a eficácia das metáforas na estruturação da realidade de uma forma particular. Ou seja, o que motiva a atuação do MBL (nos termos da metáfora da guerra) é destituir a Presidenta Dilma Rousseff, democraticamente eleita e em exercício à época do discurso proferido.

O tópico seguinte é dedicado a análise do discurso do manifesto do MBL, publicado no *site* e em outras plataformas digitais (redes sociais).

6.2.1 O discurso do manifesto

O manifesto do Movimento Brasil Livre (MBL) foi publicado e distribuído no *site* e nas redes sociais no dia 04 de novembro de 2014. É preciso destacar, no entanto, que o dia 01 de novembro marca oficialmente o início das atividades do grupo como movimento social. Para melhor situar o leitor, o manifesto foi dividido em quatro partes para a análise: (1-Apresentação); (2-Argumento A); (3-Argumento B) e (4-Demandas). Além disso, recebem destaque no texto, as palavras de caráter metafórico, sublinhadas em (*itálico*).

Na primeira passagem, a força persuasiva da representação de Brasil unido, fraterno, sem diferença de classe social, de cor e de gênero (debatido na seção anterior), transparece quando a vemos em ação:

1 – Apresentação

Somos adultos, adolescentes e idosos; somos brancos, negros, pardos, amarelos e até meio rosados; somos empresários, empregados, autônomos estudantes e funcionários públicos; somos ricos, pobres, classe-média; somos homens e mulheres. Somos BRASILEIROS.

É possível perceber, no excerto de nº 01, que os brasileiros são definidos por antecipação como um todo homogêneo, sem conflito de classes. O significado potencial de tal representação é característica da ideologia do grupo. A definição de brasileiros como classe indistinta, plural e harmônica é o referente do pronome “*nós*” trazido no texto. Para Chauí (2004, p.38), “o verdeamarelismo assegura que aqui não há lugar para luta de classes e sim para a cooperação e a colaboração entre o capital e o trabalho”.

O esforço empreendido pelo grupo ao empregar a frase: “(*...*) *até meio rosados...*” reforça tal constatação. De acordo com Fairclough, a primeira pessoa do plural, “*nós*”, é importante nos termos do significado identificacional. Tal significado é responsável por representar e construir grupos e comunidades.

De acordo com Dutra (1997, p.170), a ideia de defesa da pátria está entrelaçada com a ideia de defesa do povo, ou seja, “a identificação emocional, primária, com a pátria é

responsável pela ideia de que a causa do Brasil é a causa dos seus filhos, que a destruição do Brasil é a destruição da família e dos lares, que os inimigos do Brasil são nossos inimigos”. No trecho apresentado abaixo, a ideia de união é outra vez retomada pelo grupo:

2- Argumento A:

E nos importamos com os rumos do nosso país. Acreditamos que um governo deve servir para unir o seu povo, e não criar divisões artificiais. Deve tratar as pessoas como cidadãos, e não como súditos ou peças descartáveis de um jogo de tabuleiros a serem manipuladas e manobradas.

É possível perceber, que os argumentos do excerto de nº 2, são construídos com o auxílio de algumas metáforas conceituais. A palavra “súdito”, representa a metáfora da escravidão e remete à ideia de um governo autoritário, que escraviza e subjuga a população brasileira. A frase “*peças descartáveis de um jogo de tabuleiros*”, por sua vez, faz alusão a metáfora do jogo e tem por objetivo desqualificar a administração de Dilma Rousseff, representando o governo petista como um “jogador”, que não está preocupado com o país. No fragmento abaixo, outras metáforas também são acionadas.

3- Argumento B:

Lutamos e torcemos a favor do Brasil independente de qual seja o governo. Não importa a cor ou sigla do timoneiro, estamos todos no mesmo barco. Mas EXIGIMOS MUDANÇAS. Chega de corrupção, chega de impunidade. Chega de desrespeito às instituições democráticas e ao império da lei.

No excerto de nº 3, é possível notar, mais uma vez, o jargão do discurso nacionalista e a metáfora da guerra- *lutar por um Brasil melhor*. Também é possível identificar a emoção no discurso através da apropriação de alguns clichês - formas linguísticas cristalizadas que são facilmente reproduzidas por outras pessoas. O exercício da democracia é aqui entendido como o combate à corrupção e, implicitamente, o combate ao PT.

A escolha de certas palavras pode, também, revelar o modo de ser e de se relacionar de quem enuncia em determinado contexto. De acordo com Fairclough (2001), através da modalidade (função interpessoal da linguagem), pode-se analisar o grau de comprometimento

do enunciador em uma atividade comunicativa. Nesses termos, o verbo imperativo “exigir” utilizado na terceira pessoa do plural na frase *EXIGIMOS MUDANÇAS*, demonstra o esforço do MBL em universalizar a sua perspectiva particular, exercendo sua autoridade para se comprometer e requerer algo em nome de outras pessoas. A modalidade objetiva impressa no trecho também demonstra a convicção do grupo, em termos de força e de poder.

A palavra *Timoneiro*, por sua vez, faz alusão à metáfora náutica. Nesses termos, a comparação que se faz é a da nação como um barco. Os sentidos construídos pela frase - *Não importa a cor ou sigla do timoneiro, estamos todos no mesmo barco*- apontam para uma articulação da noção de pertencimento dos brasileiros em relação à nação. A ideia é a de que no barco não há espaço para desunião ou para quem rema contra os interesses do país. No excerto que se segue é possível identificar, ainda, algumas acusações pressupostas que não são expressas explicitamente. O texto conta com a capacidade de inferência do interlocutor, como pode ser observado no fragmento abaixo.

4- Demandas:

O QUE QUEREMOS? IMPRENSA LIVRE E INDEPENDENTE, sem verbas ou regulamentações governamentais que influenciem seus posicionamentos. TRANSPARÊNCIA E LISURA nas investigações de todos os crimes contra a Petrobrás, patrimônio de todos os brasileiros. AUDITORIA EXTERNA das urnas eletrônicas utilizadas nas eleições. INVESTIGAÇÃO SOBRE A ATUAÇÃO DOS CORREIOS NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS. RESPEITO A SEPARAÇÃO DE PODERES E À ORDEM CONSTITUCIONAL. FIM DOS SUBSÍDIOS DIRETOS E INDIRETOS À DITADURAS.

As sentenças que compõe o excerto de nº 4, em forma de listagem, contam com a capacidade interpretativa do interlocutor de preencher alguns vazios. Parte de um acordo entre quem enuncia e quem recebe a mensagem. O discurso empreendido pelo grupo supõe que o leitor está por dentro da informação da qual faz menção. De acordo com Fairclough (2003), os significados apresentados em um texto tomados como tácitos, são o reflexo da busca por hegemonia, ou seja, pela universalização de perspectivas particulares.

A relação protagonista x antagonista é por fim desenhada, a partir da observação do trecho final do manifesto. Implicitamente, pode-se perceber o esforço do grupo em demonizar, de forma velada, a gestão da Presidenta Dilma Rousseff. A ideia acionada pelo grupo é: 1) a de

que os posicionamentos da imprensa brasileira são influenciados e controlados pelo governo em exercício à época; 2) que as investigações dos crimes envolvendo a estatal Petrobrás não são transparentes e que não há boa-fé por parte do governo, que influencia tais investigações; 3) que as eleições que reelegeram Dilma Rousseff foram fraudadas; 4) que os correios foram orientados pelo PT a não distribuir o material informativo e de campanha do PSDB (concorrente do PT durante as eleições de 2014); 5) que o governo não respeita a constituição brasileira e que exerce sua função de forma autoritária e 6) que o auxílio financeiro, oferecido durante os mandatos do PT a outros governos de esquerda, poderia ter sido investido no Brasil.

Pode-se perceber que o manifesto do MBL é, de forma geral, orientado em termos da ideia de confronto e de deslegitimação do governo Dilma Rousseff. Implicitamente, os sentidos estabelecidos pelas palavras e pelas metáforas no discurso, representam a imagem que o movimento possui do governo e quer construir sobre o governo. O discurso é empreendido nos termos de uma estruturação antagonista x protagonista que, segundo Fairclough (2003, p.54), tem por objetivo definir o “bom” em contraste com o “mau”. O protagonista representado no manifesto é o MBL, aquele que solucionará os problemas do país com o auxílio da população brasileira (unida, em prol da ordem e do progresso) e o antagonista é o governo Dilma Rousseff, responsável pelos problemas que afetam o país (corrupção, autoritarismo e atraso).

6.3 Práticas discursivas: o interdiscurso nas redes

O MBL recorre a outras fontes de informação para construir seus argumentos, através da citação/linkagem com outros atores (mídias), em sua editoria de notícia. Entre os dias 02 de dezembro de 2015 e 31 de agosto de 2016, o MBL publicou na editoria de notícias de seu *site* um total de 191 notícias, referenciando 123 *links* de outras mídias. Para examinar tais relações, foi estabelecido um mapeamento baseado na abordagem ego, centrada na rede pessoal (*site*) do MBL e dos vínculos estabelecidos por ela (conexões) com outras mídias na rede, via *links*. “A abordagem centrada no ego (ou rede pessoal) é aquela que parte de um nó determinado e, a partir das conexões deste, em um determinado grau de separação, a rede é traçada. É, assim, um conjunto de nós definidos a partir de um ator central” (RECUERO, 2009, p. 69). Nesse caso, a coleta foi realizada em apenas um grau (ego e conexões do ego) pois interessa para essa análise, mapear quais são as mídias que o MBL cita em seu respectivo *site* e em que níveis tais

referências são realizadas. Os dados foram inseridos em planilhas do *Excel* e, posteriormente, transferidos ao *software Gephi*, projetando um *grafo*.

Para observar a rede, formada pela conexão entre o *site* do MBL e as mídias referenciadas por ele, a propriedade eleita para a análise é a *Centralidade dos atores*– que tem por objetivo medir a centralidade de grau – determinando o nível de conexão dos nós (atores) na rede. Ou seja, medindo a quantidade de conexões que cada nó (mídia) recebe (*indegree*) do *site* do MBL. (LEMIEUX & OUIMET, 2004). No *grafo* (Figura 5) a seguir, é possível visualizar quais são essas mídias (pontos) e em que graus as conexões são estabelecidas pelo movimento MBL:

No *grafo* projetado, estão representadas 123 arestas (laços/ligações). O tamanho e a tonalidade dos nós na rede referem-se às mídias com um número maior de conexões. Ou seja, as mídias (nós) maiores e com tonalidade mais intensa são aquelas que foram mais citadas no *site* do MBL. No quadro a seguir, são apresentadas as mídias mais referenciadas (mais de uma citação), em número de *links* enviados pelo *site* do MBL:

QUADRO 6 - Dados projetados pela rede do MBL

Mídias	Centralidade Número de citações recebidas (<i>indegree</i>)
1. <i>Youtube</i>	20
2. O antagonista	14
3. Folha de SP	10
4. O Globo	10
5. Veja	8
6. Estadão	6
7. Globo.com	4
8. UOL	4
9. MBL	4
10. Leonardo Quintão	3
11. Spotniks	2
12. Implicante.org	2

Fonte: elaborado pela autora

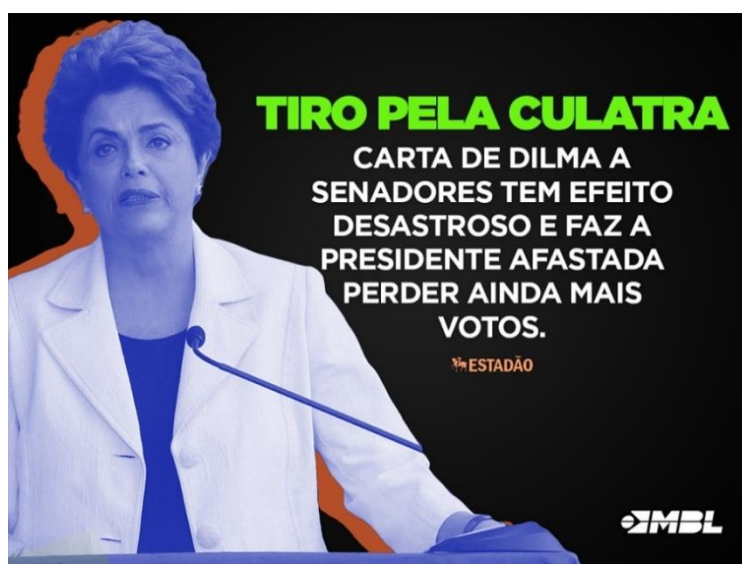
Como se vê, o *Youtube* é a mídia mais citada pelo grupo. Todos os *links* direcionam o visitante ao canal do MBL nessa rede social. Os conteúdos (vídeos), de modo geral, referem-se às manifestações realizadas pelo movimento. A auto-referência é prática do grupo no *site*, que publica *links* com eventos (manifestações) para as outras redes sociais (*Facebook* e *Twitter*) que possui. A maior parte das notícias, que contém denúncias contra o Partido dos Trabalhadores e o governo Dilma Rousseff, por sua vez, são referenciadas pelo O Antagonista, seguido pelos portais de notícia Folha de São Paulo, O Globo, Veja, Estadão e Globo.com. Os jornais independentes Spotniks e Implicante.org completam essa lista. Já a referência ao portal UOL é realizada para ser contestada. O MBL se defende de matérias publicadas que denunciam o financiamento de partidos políticos ao movimento. Já as redes sociais e o *site* do Deputado

Federal Leonardo Quintão (PMDB), são referenciados como tática de pressão ao partido que o parlamentar integra. O MBL vincula o político, ao líder do PMDB na Câmara dos Deputados, Leonardo Picciani, responsável por articular votos favoráveis ao impeachment de Dilma Rousseff junto a bancada que compõe o partido. No contexto dessa pesquisa, tais relações (de poder) importam, porque dizem respeito as práticas que orientam a construção do discurso dos membros do MBL.

6.3.1 O discurso-outro no site do movimento

Nesta seção, quatro cartazes produzidos e veiculados pelo MBL em seu *site* durante o processo de impeachment de Dilma Rousseff, serão submetidos às análises a partir de suas dimensões intertextuais e interdiscursivas, propostas por Fairclough (2001). Tais análises tem por objetivo revelar as maneiras de agir e interagir do grupo no âmbito da pratica discursiva. O MBL recorre a conteúdos de grandes conglomerados de comunicação no Brasil para legitimar a sua argumentação, questão já identificada na identificação do *site*, através da citação de trechos de matérias jornalísticas do *site* G1, de revistas como Veja e IstoÉ e do jornal Estadão (Figura 6), em destaque a seguir:

FIGURA 6 - Cartaz de campanha MBL

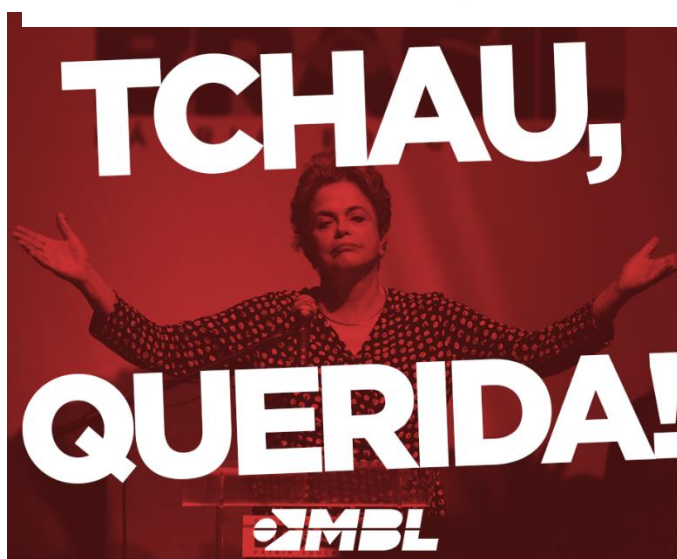


Fonte: MBL, acesso em 29 jun. 2016.

No cartaz apresentado, o gênero notícia incorporado ao discurso é criativamente reformulado nos termos da mensagem dirigida. A mídia de massa (jornal Estadão) é referenciada como fonte que legitima o discurso do MBL. O discurso de Dilma, por sua vez, é acionado (referência à carta dirigida aos senadores antes do julgamento do impeachment) para ser contestado. Percebe-se, ainda, a força da autoridade da mídia (hegemônica) em contraste com a voz de Dilma, que no texto é referida apenas para ser negada.

As vozes presentes nos discursos dos grupos também podem carregar uma historicidade oriunda de discursos já proferidos ou publicados em outras ocasiões e em outras mídias. A campanha “*Tchau, querida*” é um exemplo a ser destacado. O MBL produz e publica a imagem de Dilma Rousseff (Figura 7), de braços abertos, no cartaz.

FIGURA 7 - Cartaz de campanha MBL



Fonte: Movimento Brasil Livre, acesso em 12 mai. 2016.

O fragmento “Tchau Querida” remete o leitor (contextualizado) ao grampo de uma conversa telefônica – amplamente divulgada pelas mídias de massa brasileiras - entre a Presidenta Dilma e o Ex-Presidente Lula, no mês de março de 2016. O MBL se apropria, de maneira consciente do texto (conversa telefônica) entre Lula e Dilma, para construir um novo texto (campanha) que ecoa de forma irônica, com o objetivo de estimular no leitor a ideia de que a Presidenta da República não está apta a permanecer no cargo e, portanto, deve se despedir. No exemplo destacado acima, pode-se perceber a “incorporação” que um texto faz de outro texto “sem que o último esteja explicitamente sugerido: pode-se responder a outro texto na forma como se expressa o próprio texto, por exemplo” (FAIRCLOUGH, 2001, p.136).

É possível, também, destacar como alguns temas de interesse público são utilizados na transmissão de informações, durante processo de impeachment. Matérias que afetam de alguma maneira a coletividade, como saúde, educação e empregabilidade, estão diretamente entrelaçadas com as ações de um governo. Diante disso, o grupo aciona tais temas, através da divulgação de notícias e cartazes (Figura 8), e recorre a outras vozes (oficiais ou não) para persuadir o leitor sobre o processo:

FIGURA 8 - Cartaz de campanha MBL



Fonte: MBL, acesso em 29 ago. 2016.

Note-se que o MBL também recorre ao IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia Estatística) para trazer legitimidade a informação que transmite. Dado o contexto político do Brasil, é possível inferir que o grupo não está interessado em apenas chamar a atenção para o número de desempregados no país (matéria de interesse público) e oferecer uma alternativa para o problema. Nesse exemplo, o MBL apresenta os dados com o intuito de contestar outros argumentos (vozes ocultas no texto) – que defendem a ideia de que Dilma é vítima de um golpe. Nesses termos, a ironia torna-se a principal estratégia identificada no cartaz.

A ideia transmitida é também orientada para a responsabilidade da Presidenta em relação ao alto índice de desemprego no Brasil, incitando o leitor a entender (dado o contexto), que a situação de empregabilidade dos brasileiros só será alterada caso o impeachment ocorra. Após o pronunciamento da OAB (ordem dos advogados do Brasil), favorável ao impeachment,

o MBL utiliza estrategicamente a informação em novo anuncio (Figura 9), em destaque a seguir:

FIGURA 9 - Cartaz de campanha MBL



Fonte: MBL, acesso em 18 mar. 2016.

No exemplo acima, a cooperação e a anuência são a marca do texto. Pode-se perceber que a OAB (voz de autoridade) é acionada para legitimar a posição e as ações do MBL em relação ao governo Dilma. Nesses termos, pode-se afirmar que o discurso de outros atores, tais como mídias, governo, entidades públicas e privadas é acionado pelo grupo de forma recorrente. Em certas ocasiões para contestar visões de mundo e, em outras, para atribuir valor às ações que empreendem e defendem (como o impeachment de Dilma Rousseff).

6.4 As práticas sociais: ideologia, hegemonia e política

As práticas sociais articulam discursos que podem ser reproduzidos ou contestados pelos agentes sociais, de forma consciente ou não. Para a ACD, as redes de práticas sociais são responsáveis por mediar a relação entre discurso e estrutura social – em uma dinâmica de constituição e afetação recíprocas.

Fairclough (2001) propõe que as práticas sociais de grupos ou organizações podem ser acessadas através do texto que, por sua vez, é mediado por suas práticas discursivas. Isso

significa que, ao observar o modo de agir e interagir (produção, distribuição e consumo de textos) de um grupo ou organização, pode-se acessar as pistas relativas ao campo de práticas que os orienta ideologicamente. A prática social “tem várias orientações - econômica política cultural, ideológica -, e o discurso pode estar implicado em todas elas” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 94)

Nesse sentido, é possível estabelecer uma dinâmica de compreensão em que os discursos, gêneros e estilos articulados e apropriados pelo MBL em seu *site*, podem ser o resultado (criativo, contestador, transformador ou reproduzidor) de práticas sociais mais amplas de outros campos – resultantes de uma relação dialética com o contexto (estrutura e eventos) de ordem política, econômica e social. Como foi apontado na descrição do objeto de pesquisa, o contexto em que emerge o MBL é o de crise política e econômica no Brasil, em que eventos como a operação Lava-Jato, responsável por descortinar uma série de escândalos de corrupção, tornaram-se objeto de debate público no país. Tal cenário, se configurou como uma oportunidade para que o grupo se posicionasse e desenvolvesse estratégias para promover mudanças de ordem política – se apropriando das práticas de outros coletivos - o que pôde ser observado a partir de pistas observadas na análise do texto do manifesto e, principalmente, naquelas observadas na análise das interações e referências discursivas mantidas pelo grupo, através do *site* na internet.

No manifesto, o MBL cria uma identidade coletiva para o grupo através da representação de um Brasil plural e unido, sem distinção de classe, gênero e raça, que possui grande potencial e força para combater o inimigo, representado no discurso pelo governo Dilma Rousseff e pelo PT. Para tanto, demoniza-se a imagem da Presidenta Dilma Rousseff e responsabiliza-se o PT pelos escândalos de corrupção e pelos problemas econômicos e sociais enfrentados pelo país. O MBL cria, assim, uma representação de si, que reflete os interesses e a ideologia que o orienta. Retomando Fairclough (2003), as ideologias podem ser compreendidas como representações particulares de mundo que estão atreladas as identidades dos sujeitos e, que, se descortinam através da ação social (momento discursivo).

A partir das análises das interações discursivas construídas pelo MBL com outras mídias, foi possível constatar que o grupo se alinha, ideologicamente, com os discursos da mídia de massa brasileira (hegemônica). Quanto às práticas discursivas empregadas pelo grupo, pode-se destacar, também, a adoção de ordens de discurso do mercado publicitário – em que se tenta construir e manter uma relação de consumidor com o potencial integrante mobilizado.

O discurso do MBL alinha-se, também, a uma política de caráter neoliberal, que tem por objetivo defender ideais como a meritocracia, o livre mercado e a não participação do Estado nos assuntos econômicos do país. O neoliberalismo “passou a dominar a cena política e tem resultado na desorientação e no desgaste das forças econômicas, políticas e sociais comprometidas com alternativas radicais. Tem contribuído, assim, para o fechamento do debate público e para o enfraquecimento da democracia” FAIRCLOUGH (2010, p. 230).

Os ideais impressos nas práticas do MBL se contrapõe de maneira substantiva com as políticas sociais implementadas pelo governo do PT e pela Presidenta Dilma Rousseff, sendo as práticas do grupo coerentes com a ideologia que defende e com as demandas que buscou alcançar.

Foi possível notar que, ao se apropriar das TICs, o MBL desenvolveu a plataforma (*site*) para aumentar a visibilidade de suas demandas (explorando as ferramentas do ambiente digital). Ao publicizar seus projetos - que estavam em desacordo com o governo constituído - o grupo trouxe uma série de conflitos de ordem político-ideológicas à tona, com o objetivo de doutrinar opiniões que fortalecessem a escolha pelo impeachment. A crítica que se faz é que o MBL se posicionou como defensor de um “interesse público” mas deixou transparecer, através de seus argumentos, um interesse maior em defender os seus projetos particulares. Através do *site* e de outras dinâmicas, o grupo também influenciou outros atores, gerando efeitos importantes na ordem política e social estabelecida.

7 O MOVIMENTO VEM PRA RUA

A proposta deste capítulo é realizar a identificação do *site* do VPR, além de submeter o conteúdo disponível na plataforma aos métodos ACD e ARS, na mesma dinâmica de organização do capítulo anterior, dedicado ao MBL.

7.1 Identificação do site

O *site* do movimento *Vem Pra Rua* possui as seguintes seções para navegação: *Home*, *Sobre Nós*, *Notícias*; *Manifesto*; *Imprensa*; *Colaboração*; *Produtos*; *Releases*; *Artigos*; *Mapa do Impeachment* e *Contato*, (*Figura 10*).

FIGURA 10 - Página inicial Movimento Vem Pra Rua




Fonte: site Vem Pra Rua, acesso em 06 jun. 2016.

Na seção *Sobre Nós*, são apresentados argumentos relativos às motivações e as formas de engajamento que orientam o movimento, onde são respondidas as seguintes questões: *Quem Somos? O que queremos? Formas de Manifestação*.

Na seção *Notícias* do *site* do VPR (*Figura 11*), é possível identificar uma lista de publicações de diferentes jornais e revistas do país. Notícias de O Globo, Estadão, Folha de São Paulo, Veja e G1 são as fontes mais citadas no portal. Além disso, estão disponíveis nesta seção, as notícias produzidas pelo próprio movimento em forma de cartazes, que podem ser compartilhadas nas redes sociais.

FIGURA 11 - Notícia VPR



FORA PT!
Jun 1, 2016 5:44 PM

Precisamos, mais uma vez, nos engajar e trabalhar firme para que o impeachment da Dilma se confirme no Senado. Temos uma boa ferramenta pra isso: o Mapa do Impeachment. Ali no site estão reunidos todos os dados dos senadores que votarão contra o impeachment e os indecisos. Esses, especialmente, são nosso alvo. É fácil de entrar e navegar. Mande mensagens, e-mails, telefone para os senadores indecisos e mostre que não queremos Dilma de volta.

f Compartilhar

Fonte: site Vem Pra Rua, acesso em 06 jun. 2016.

Ao clicar em *Imprensa*, uma série de *links* com publicações de mídias de massa são disponibilizadas. Todos os *links* dirigem o visitante da plataforma aos *sites* dos jornais e revistas listados nesta seção. Já a seção *Colaboração*, disponibiliza um formulário de contato e o número de *WhatsApp* do grupo, além de um texto com orientações para aqueles que se interessam em fazer doações. Os visitantes do *site* podem, ainda, acessar a linha de *produtos* do movimento, através de um e-mail divulgado na página. Na seção *Releases*, estão disponíveis as informações a respeito das manifestações que já ocorreram em ordem cronológica, com dados sobre o número de participantes e os pontos de encontro definidos para a realização dos atos. Em *Artigos*, estão reunidos os comunicados do principal líder do movimento (Rogério Chequer), a respeito dos acontecimentos envolvendo o processo de impeachment de Dilma Rousseff.

A última seção disponível na página inicial é o *Mapa do Impeachment* (Figura12), que apesar de integrar o *site* do movimento, possui um *link* de direcionamento para página autônoma.

FIGURA 12 - Notícia VPR



Fonte: site Vem Pra Rua, acesso em 06 jun. 2016

Além de disponibilizar informações a respeito da organização dos protestos, pode-se perceber que o VPR abre espaço para que o visitante do *site* atue como “agente transformador” do resultado do processo de impeachment. O Mapa do Impeachment foi lançado no dia 24 de fevereiro de 2016 para viabilizar o acesso do visitante da plataforma aos dados atualizados sobre os deputados e senadores que apoiam, que estão indecisos ou que são contra o afastamento da Presidenta da República. De acordo com Rogerio Chequer,

[...] através desta plataforma, a sociedade brasileira terá pela primeira vez um instrumento para se manifestar sempre que houver uma votação relevante no Congresso Nacional. Os políticos não mais poderão se esconder da opinião pública e isso mudará a forma dos brasileiros exercerem a Democracia (Vem Pra Rua, 2016).

Ainda de acordo com informações do *site*, a ferramenta foi criada para que os cidadãos pressionem os congressistas a votarem a favor do impeachment. Para tanto, o portal disponibiliza todos os canais de acesso aos parlamentares, como endereço de *e-mail*, telefone dos gabinetes e contas nas redes sociais (*Facebook, Twitter, Instagram e Youtube*). Para tanto, foram reunidos os dados da Câmara, do Senado, do Tribunal Superior Eleitoral, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Registro.br.

7.2 O texto e a produção de sentidos

As palavras são investidas de significados potenciais. Isso quer dizer que tais significados – que possuem uma natureza socialmente instável - podem ser contestados e orientados de forma particular e criativa por aqueles que produzem e interpretam um texto. De acordo com Resende e Ramalho (2011, p.75), a instabilidade dos significados potenciais das palavras pode gerar “lutas entre atribuições conflitantes de significado – e a variação semântica é vista como um fator de conflito ideológico, pois os significados podem ser política e ideologicamente investidos”. Nesse sentido, pode-se dizer que o discurso é constituidor da vida social e, conseqüentemente, mantém uma relação ativa com a realidade, construindo diferentes significados para ela (FAIRCLOUGH, 2001, p.66).

Apesar de compartilhar da mesma posição do MBL (pró-impeachment), o VPR representa o momento político brasileiro de maneira particular. Ou seja, o modo como ele se apropria dos recursos linguísticos e das TICs para mobilizar as pessoas pode ser visto como um sintoma das relações que constrói, de suas crenças e da maneira como se comporta diante dos eventos.

No tópico anterior (identificação do *site*), foram apresentadas as seções com o conteúdo disponibilizado pelo VPR. Na página inicial, as cores verde e amarelo recebem destaque. Pode-se perceber, em uma primeira observação, pessoas empunhando bandeiras do Brasil e cartazes. Os manifestantes na imagem apresentada tomam como referência, de forma criativa, a placa de trânsito “Proibido Estacionar” em cartazes com a caricatura de Dilma Rousseff, fazendo clara alusão ao desejo pelo impeachment. Sobreposta a tal imagem, está a frase: “*VemPraRua demonstrar sua indignação conosco, nossa bandeira é a ética na política e um estado desinchado*”. Os elementos (imagens, cores e discurso) orientam o visitante do *site* a inferir que o grupo se apropria, tal como o MBL, de uma elaboração nacionalista. A representação nacionalista tem raiz na história do Brasil e exerce uma função social autoritária. Essa e em outras questões serão analisadas a partir do texto do manifesto do VPR, disponível na próxima seção.

7.2.1 O discurso no manifesto

O manifesto do Movimento Vem Pra Rua (VPR) foi publicado no *site* no dia 16 de outubro de 2014. O texto foi utilizado para divulgar as ações do grupo em diferentes plataformas na internet, além de ter sido reproduzido por mídias alternativas e de massa. Em termos de organização, a mesma dinâmica de análise empregada no capítulo anterior (no item dedicado a análise do discurso do manifesto do MBL) foi adotada.

A análise foi dividida em fragmentos numerados (1- apresentação); (2- argumento); e (3- demandas). Além disso, estão destacadas no texto, as palavras de caráter metafórico sublinhadas, em *(itálico)*. No trecho de apresentação (1) é possível identificar um discurso de caráter liberal. A ideia acionada pelo VPR é a de que os interesses do grupo são os interesses de todos os cidadãos brasileiros e que este está acima dos interesses dos partidos políticos.

1-Apresentação:

O Vem Pra Rua é um movimento suprapartidário, democrático e plural que surgiu da organização espontânea da sociedade civil para lutar por um Brasil melhor.

Embora de forma diferente do MBL, o discurso do VPR também reforça a ideia de união, que é própria do discurso nacionalista – “*Brasileiros de todas as regiões do país, de todas as classes sociais e de todas as idades*”. O trecho que se segue deixa clara tal articulação:

2- Argumento:

Brasileiros de todas as regiões do país, de todas as classes sociais e de todas as idades passaram a se mobilizar, desde o final de 2014, contra a grave situação econômica, política e social pela qual passamos. Preocupados com os rumos que tomava a política brasileira, sequestrada que estava e está por gente incompetente, despreparada e sem compromissos com o país, alarmados com os casos de corrupção de proporção cada vez mais gigantesca, que consomem nossas riquezas e energias como Nação, e indignados com o agravamento da crise econômica – com suas consequências sociais –, nós, cidadãos brasileiros, não podemos deixar que a política seja feita apenas nos gabinetes: já era hora de a política tomar as ruas! Foi por isso que o Vem Pra Rua levou, juntamente com outros movimentos da sociedade civil, mais de

2 milhões de pessoas às ruas de todo o Brasil em 4 grandes manifestações contra a corrupção e o desgoverno que ameaçam nossa sociedade.

No excerto de nº 2, a metáfora do mundo do crime “política brasileira sequestrada” é acionada pelo grupo. Tal metáfora constrói, de maneira implícita, a ideia de que quem se aproveita da classe popular demagogicamente e de forma criminosa é o PT. Nesse trecho, a ideia de Brasil unido é retomada. O “nós” acionado pelo grupo se flexiona em relação a um outro ator: a corrupção. No entanto, é possível notar no próximo fragmento que, apesar do grupo ocultar a referência ao governo - não o citando de forma direta -, ela pode ser captada pelo interlocutor:

3 – Demandas:

O QUE QUEREMOS? Nós do Vem Pra Rua queremos um Brasil livre da corrupção, uma política feita com ética e um Estado desinchado e eficiente. Queremos um Brasil verdadeiramente democrático e justo, e não há democracia nem justiça com corrupção, incompetência e autoritarismo. Uma sociedade democrática não pode ser refém de um governo ou de partidos autoritários, que sequestram bandeiras e causas da população, cassam a palavra e os anseios das pessoas e julgam-se acima do bem e do mal. Uma sociedade justa não pode aceitar a impunidade dos poderosos da República, sejam eles políticos ou governantes, empresários ou banqueiros, pois ninguém pode atuar à margem da lei. Combater a corrupção, erguer a bandeira da ética na política e defender um Estado capaz de servir a sociedade, e não o contrário, é o caminho para um Brasil democrático e justo.

No excerto de nº 3, as palavras que compõe as frases “refém de um governo” e “sequestram bandeiras” novamente remetem o leitor ao caráter metafórico do mundo do crime. O governo é representado como criminoso e exerce o papel de domínio sobre os cidadãos, que tem seus ideais (bandeiras) tomados de forma violenta.

A expressão metafórica *caça*, por sua vez, identifica o governo Dilma em termos de ações animais. De acordo com Lakoff e Johnson (2002, p.65), é natural e típico da cultura ocidental a ideia de que o ser humano tem o controle sobre os animais. Nesses termos, pode-se inferir a partir da frase “cassam a palavra e os anseios das pessoas” um governo que estabelece uma relação de sujeição, irracionalidade e de controle sobre a população brasileira. Ou seja, o

governo Dilma é representado como autoritário e é responsabilizado por oprimir os cidadãos brasileiros. Retomando a perspectiva de Lakoff e Johnson (2002), a metáfora da guerra também é identificada no texto: “*Combater a corrupção*” e “*Defender um Estado*”. A corrupção é apontada como uma contravenção que deve ser banida – não importando quem seja o ator que atua à margem da lei: “*sejam eles políticos ou governantes, empresários ou banqueiros*”.

Os efeitos de sentido das frases que se seguem, reforçam a ideia apresentada pelas metáforas. Os sentidos negativos atribuídos aos envolvidos com a corrupção (referência a operação Lava-Jato) são também acionados e, de maneira implícita também o são, em relação ao governo Dilma Rousseff – “*não há democracia nem justiça com corrupção, incompetência e autoritarismo*”.

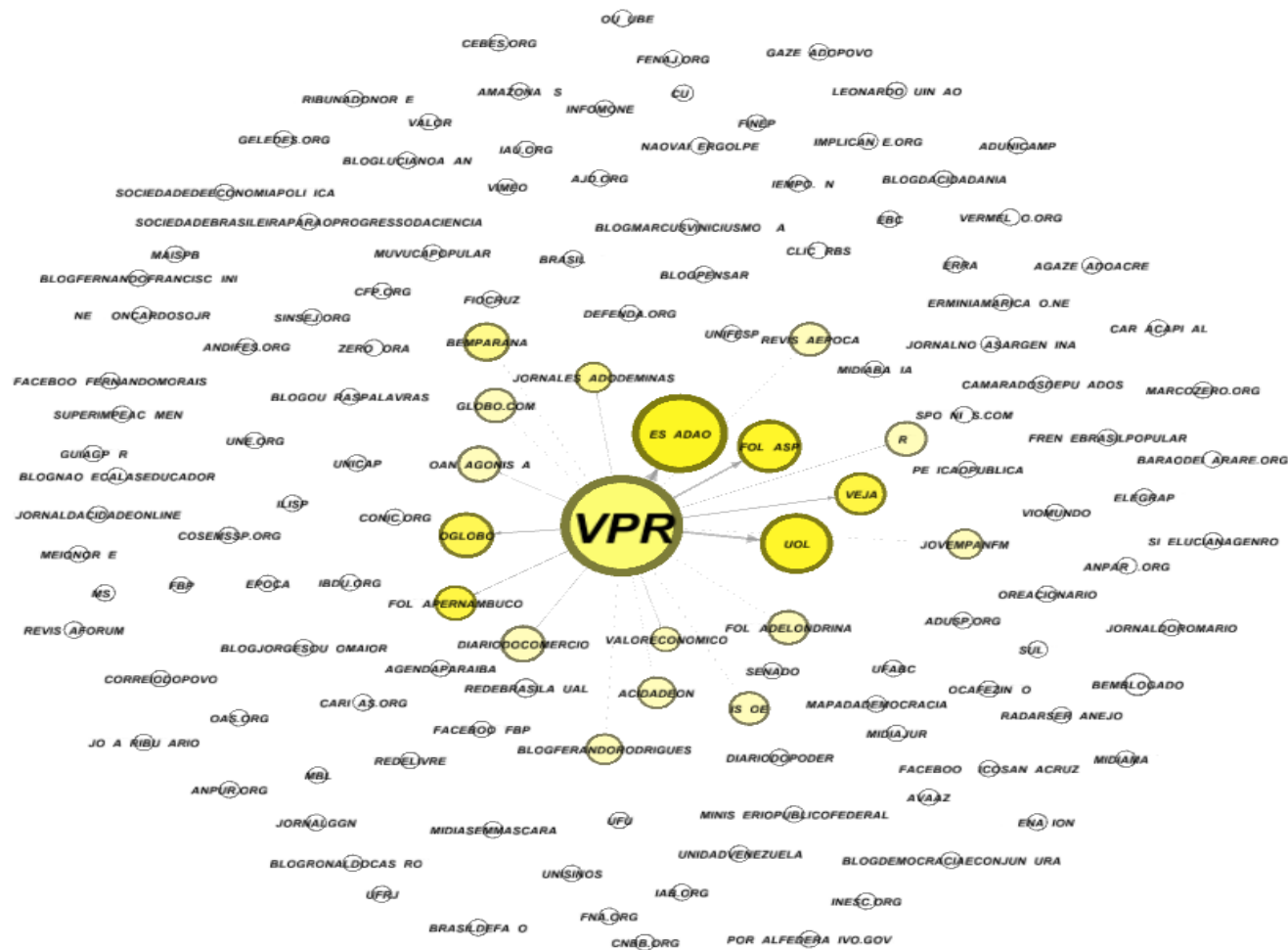
As três demandas trazidas pelo grupo 1) *Um Brasil livre*; 2) *uma política feita com ética*; 3) *um estado desinchado e eficiente*; deixam claro o posicionamento liberal do grupo e a insatisfação com a gestão política da Presidenta Dilma Rousseff. O grupo ainda constrói uma ideia de democracia assentada na diferença. Ou seja, no texto pode-se captar os valores que se contrapõe a concepção de democracia: “*Não há democracia nem justiça com corrupção, incompetência e autoritarismo. Uma sociedade democrática não pode ser refém de um governo ou de partidos autoritários, que sequestram bandeiras e causas da população, cassam a palavra e os anseios das pessoas e julgam-se acima do bem e do mal*”. Nesse sentido, para o VPR, a democracia não pode existir em um país em que um governo (referência a gestão Dilma) é autoritário e incompetente.

7.3 Práticas discursivas: o interdiscurso nas redes

Tal como o MBL, o VPR também recorre a outras fontes de informação para construir seus argumentos, através da citação/linkagem com outros atores (mídias), em sua editoria de notícia. Entre os dias 02 de dezembro de 2015 e 31 de agosto de 2016, o VPR publicou na editoria de notícias de seu *site* um total de 50 notícias, referenciando 50 *links*, em cada uma delas. Tal como realizado na seção dedicada a análise do *site* do MBL, foram mapeadas as relações mantidas pelo grupo em seu respectivo *site* com outras mídias. A abordagem é de natureza ego-centrada, realizada em apenas um grau (ego e conexões do ego). Foi estabelecida a partir da rede pessoal (*site*) do VPR e dos vínculos estabelecidos por ela (conexões) com outras mídias na rede, via *links*.

Interessa para essa análise, mapear quais são as mídias que o VPR cita em seu respectivo *site* e em que níveis tais referências são realizadas. Os dados coletados para esta análise também foram inseridos em planilhas do *Excel* e, posteriormente, transferidos ao *software Gephi*, projetando um *grafo*. Para observar a rede, formada pela conexão entre o *site* do VPR e as mídias referenciadas por ele, a propriedade eleita para a análise é a *Centralidade dos atores*– para medir a centralidade de grau– determinando o nível de conexão dos nós (mídias) na rede. Ou seja, medindo a quantidade de conexões que cada nó (mídia) recebe (*indegree*) do movimento social em análise. (LEMIEUX & OUIMET, 2004). No *grafo* a seguir (Figura 13), é possível visualizar quem são essas mídias e em que graus tais relações são estabelecidas.

FIGURA 13 - Grafo do Movimento Vem Pra Rua



Fonte: elaborado pela autora

No *grafo* projetado estão representadas 19 arestas (laços/ligações). Isso significa que os *links* disponibilizados pelo grupo (50), fazem referência a 19 atores. O tamanho e a tonalidade dos nós na rede fazem referência às mídias que receberam um número maior de conexões. Ou seja, os atores (nós) maiores e com tonalidade mais intensa são aqueles que foram mais citados no *site* do MBL. No quadro a seguir, são apresentadas as mídias mais referenciadas (mais de uma citação), em número de *links* enviados pelo *site* do MBL:

QUADRO 7 - Dados projetados pela rede do VPR

Mídias	Centralidade Número de citações recebidas (<i>indegree</i>)
1. Estadão	8
2. Folha de SP	6
3. UOL	7
4. Veja	4
4. O Globo	4
6. Folha de Pernambuco	3
7. Diário do Comércio	2
8. Jornal Estado de Minas	2
9. O Antagonista	2

Fonte: elaborado pela a autora

As mídias referenciadas nos *links* das publicações do VPR possuem uma característica comum: elas noticiam as práticas do movimento. A maior parte das publicações das mídias listadas relatam informações a respeito da organização de manifestações e da reverberação desses atos. Além disso, o conteúdo também diz respeito às ferramentas e dispositivos desenvolvidos pelo VPR (*online* e *off-line*), para convocar e mobilizar a sociedade a se posicionar de modo favorável ao impeachment de Dilma Rousseff. O portal de notícias Estadão é a mídia que possui mais conexões com o movimento. Além das práticas do VPR, as notícias disponibilizadas relatam informações sobre os escândalos de corrupção envolvendo a estatal Petrobrás, a operação Lava-Jato e o apoio formal de empresas nacionais ao impeachment (Fiesp e outras).

7.3.1 O discurso-outro no site do movimento

Essa seção dedica-se a análise de quatro cartazes de campanha inseridos pelo VPR, em seu *site*, durante o processo de impeachment de Dilma Rousseff. Tal como o MBL, o VPR também cita de forma direta notícias das mídias de massa. No primeiro exemplo, apresentado nesta etapa, destaca-se como os discursos estampados em capas de revistas veiculadas em momentos anteriores, são trazidos pelo movimento para fazer alusão ao contexto em questão: as delações de atores políticos envolvidos em escândalos de corrupção.

É possível perceber, no cartaz em destaque (Figura 14), que os acontecimentos envolvendo o impeachment do ex-presidente Fernando Collor são comparados, estrategicamente, aos acontecimentos ligados ao governo Dilma. A argumentação por analogia tem por objetivo sublinhar as semelhanças entre os dois governos e orienta o leitor a acreditar que o destino de Dilma será o mesmo de Collor.

FIGURA 14 - Cartaz de campanha VPR



Fonte: Vem Pra Rua

O VPR também se apropria da frase utilizada na campanha do MBL a favor do impeachment de Dilma Rousseff, articulando-a com outros elementos. No cartaz de campanha do grupo (Figura 15), as pessoas são convocadas a bater panelas durante o pronunciamento de Dilma em redes televisivas. Essa prática tornou-se rotineira por parte das pessoas que estavam insatisfeitas com o governo, desde o recebimento do pedido de impeachment, pela Câmara dos Deputados.

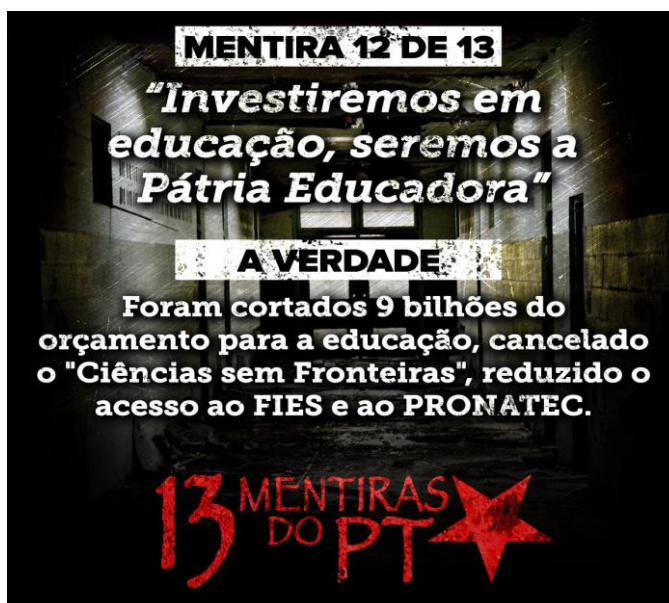
FIGURA 15 - Cartaz de campanha VPR



Fonte: site Vem Pra Rua

O VPR também aciona o discurso da própria Presidenta Dilma relacionado ao tema educação (de interesse público), para contradizê-la e desqualifica-la (Figura 16):

FIGURA 16 - Cartaz de campanha VPR



Fonte: site Vem Pra Rua

Nesse exemplo, a palavra mentira é vinculada ao discurso do governo e a palavra verdade ao discurso do movimento, que parece alertar e orientar o leitor sobre as desvantagens em manter Dilma no poder. É possível notar, também, um esforço por parte do grupo em “traduzir” o que foi dito pela Presidenta através de tal dinâmica.

Na medida em que a sociedade civil passa a se posicionar – via adesão em atos *online* e *off-line* promovidos pelo grupo – e que o processo de impeachment passa a receber a atenção das mídias de massa, algumas organizações vêm a público para se manifestar sobre o momento político, participando do debate coletivo sobre o tema. A partir disso, os movimentos passam a divulgar o apoio dessas entidades a causa que defendem, o que pode ser verificado no exemplo (Figura 17), a seguir:

FIGURA 17 - Cartaz de campanha VPR



Fonte: site Vem Pra Rua

A Fiesp (Federação Nacional das Indústrias de São Paulo) não apenas se posicionou publicamente em relação ao processo de impeachment de Dilma Rousseff, como também investiu fortemente em campanhas direcionadas ao afastamento da ex-chefe de Estado, através da publicação de anúncios, em jornais de grande circulação no país, bem como através de uma

plataforma⁶³ na internet. Além disso, a entidade se mostrou disponível para debater o tema com a sociedade civil em suas redes sociais na internet, trazendo informações e dados sobre o processo, deixando claro o seu apoio aos movimentos favoráveis ao impeachment. Percebe-se, a partir disso, um dos indícios do desencadeamento de um processo de comunicação pública. Ou seja, “a partir do momento que um dos sistemas de comunicação desencadeia o debate sobre um assunto de interesse público, entende-se que os demais sistemas serão provocados a se manifestar” (WEBER, 2007, p. 23).

7.4 Prática social: ideologia, hegemonia e política

As práticas do VPR (crenças, relações sociais e discursos) podem ser observadas como o reflexo de práticas sociais mais amplas, historicamente situadas (FAIRCLOUGH, 2001). A estrutura social, a conjuntura política brasileira e o aprendizado a respeito de outros eventos (mobilizações sociais) impulsionou o VPR em direção a um projeto de mudança social.

Tal projeto alinha-se, de maneira importante, ao projeto do MBL. Apesar de não se declarar de forma favorável ao impeachment na ocasião de seu surgimento, as análises (das interações discursivas, do manifesto e das manifestações organizadas) deixam claro o posicionamento político (conservador) do grupo, que apoiou o oponente de Dilma Rousseff (PT), Aécio Neves (PSDB), nas eleições de 2014.

No manifesto, o grupo constrói uma realidade acerca dos acontecimentos políticos em que atribui, implicitamente, os problemas econômicos e sociais do país ao governo do PT. Além disso, o grupo se apresenta como a alternativa para a construção uma espécie de “retomada do país”, em diálogo com uma coletividade, também construída retoricamente, para criar uma identidade nacional. É possível afirmar, ainda, que o contexto político se reflete nas escolhas das palavras e na produção do texto do manifesto. Isso significa que um leitor descontextualizado não está apto a interpretar os significados impressos ali. Pode-se inferir, a partir disso, que a influência das estruturas sociais foi determinante para o desenvolvimento das práticas do movimento. Do mesmo modo que, ao atuar durante o processo de impeachment

⁶³ Campanha Fiesp na internet - <http://www.naovoupagaropato.com.br/>

através de seus projetos mobilizadores e dos eventos promovidos, o VPR tornou-se capaz de afetar tais estruturas. Isso acontece porque:

Os processos de produção e interpretação são socialmente restringidos num sentido duplo. Primeiro, pelos recursos disponíveis dos membros, que são estruturas sociais efetivamente interiorizadas. Normas e convenções, como também ordens de discurso e convenções para a produção, a distribuição e o consumo de textos do tipo já referido e que foram constituídos mediante a prática e a luta social passada. Segundo, pela natureza específica da prática social da qual fazem parte, que determina os elementos dos recursos dos membros a que se recorre e como (de maneira normativa, criativa, aquiescente ou opositiva) a eles se recorre (FAIRCLOUGH, 2001, p. 109).

Através do *site*, no âmbito de suas práticas particulares, o grupo atuou estrategicamente se apropriando dos recursos das TICs para convocar e mobilizar as pessoas, antes e durante o processo de impeachment. Para tanto, reproduziu e se apropriou de referências das mídias de massa (hegemônicas) para construir argumentos, em desfavor do governo da Presidenta Dilma. Além disso, desenvolveu ferramentas digitais como o Mapa do Impeachment, para incitar os cidadãos a pressionar os parlamentares com capacidade de voto, a se posicionar de modo favorável ao impeachment. É possível sublinhar, a partir dessas dinâmicas, a importância e o poder do uso estratégico dessas plataformas digitais, em campanhas de convocação e mobilização social.

Através do *site*, o grupo construiu argumentos e relações para influenciar outros atores. Tal como o MBL, o VPR se posicionou como defensor de um “interesse público” para atender aos seus projetos particulares. A política implantada e desenvolvida pelos governos do PT distancia-se dos ideais e das percepções do grupo (de empresários) sobre os limites da atuação do Estado na economia brasileira. Ao apoiar e receber apoio de organizações privadas poderosas e de partidos rivais ao PT, o grupo acabou por demonstrar que a corrupção não era o principal motor que os impulsionava a lutar por mudanças políticas e sociais no Brasil. Fica claro, no entanto, que um dos principais fatores que estimulou o VPR a desenvolver campanhas a favor do afastamento da Presidenta foi o desejo pela retomada do poder de forças políticas conservadoras que os representa ideologicamente.

8 A FRENTE BRASIL POPULAR

Este capítulo é dedicado ao mapeamento do *site* da Frente Brasil Popular e, tem por objetivo, oferecer uma visão geral das estratégias do grupo empreendidas no ambiente *online*. A dinâmica estabelecida será a mesma dedicada as análises dos *sites* do MBL e do VPR, apresentada nos capítulos anteriores. Inicialmente é realizada a identificação do *site* e, em seguida, são realizadas as análises do texto (manifesto) e das interações discursivas sob a luz da metodologia proposta pela ACD e pela ARS.

8.1 Identificação do site

Ao acessar o *site* da Frente Brasil Popular, pode-se verificar a disposição de algumas seções para navegação na página inicial (Figura 18), são elas: *Quem somos*; *Internacional*; *Notícias*; *Logo*; *Publicações* e *Multimídia*.

FIGURA 18 - Página inicial FBP



Fonte: site Frente Brasil Popular, acesso em 20 mai. 2016.

Ao clicar em *Quem Somos*, são disponibilizados ao usuário mais cinco subseções: 1) compromissos da militância; 2) contato; 3) logomarca oficial; 4) manifesto ao povo brasileiro e 5) organizações participantes. Na subseção *organizações participantes*, o grupo apresenta as entidades que, com iniciativas semelhantes, se uniram para formar a FBP, entre elas, movimentos sindicais e da juventude, sem-teto e Igreja Católica.

Na subseção *compromissos com a militância*, o grupo propõe um programa com dez metas a serem seguidas pelos participantes. Destaca-se a meta de nº 08, por estar diretamente ligada a resistência ao impeachment:

Buscaremos a unidade de ação com as iniciativas semelhantes a Frente Brasil Popular, especialmente para denunciar e derrotar a ofensiva das forças conservadoras e golpistas, que visam não apenas derrubar e sabotar o governo democraticamente eleito, nem tampouco impor a este governo o programa dos que foram derrotados nas eleições presidenciais de 2014, mas principalmente produzir um retrocesso histórico nas liberdades, direitos e conquistas do povo brasileiro (FRENTE BRASIL POPULAR, 2016).

Na subseção *contato*, o visitante tem acesso a um endereço físico e a um formulário para envio de mensagens. Na sequência, é disponibilizada para impressão e compartilhamento, a *Logomarca oficial da Frente Brasil Popular*.

A seção *Internacional* (Figura 19) é dedicada a publicação de notas, informativos e notícias de governos e de agências internacionais que apoiam a permanência de Dilma Rousseff na Presidência da República.

FIGURA 19 - Notícia seção Internacional

Principal jornal alemão denuncia o golpe no Brasil

O golpismo midiático já começa a ser percebido e denunciado na imprensa internacional



Crédito: Reprodução/ O Cafezinho



Nota de solidariedade da CTC de CUBA



Organizações sociais cubanas enviam carta em defesa de Dilma Rousseff



Nota da Frente Brasil Popular



Frentes preparam 1º de Maio por direitos, e indústria já pede mudanças

Fonte: site Frente Brasil Popular, acesso em 06 jun. 2016.

Na seção *Notícias*, quatro subseções podem ser visualizadas: 1) artigos; 2) destaques; 3) internacional e 4) notícias. Em *artigos*, estão reunidas as opiniões de militantes do PT e de

partidos de esquerda, professores, intelectuais e especialistas das mais diversas áreas a respeito do que o impeachment significa para o país. Em *destaques*, estão disponíveis as notícias e os comunicados mais importantes sobre as manifestações de rua e suas reverberações. A subseção *internacional*, por sua vez, cumpre o mesmo papel da seção *Internacional*, já destacada na página inicial do *site*.

As *notícias* do movimento são assinadas por centrais sindicais, organizações que integram o movimento e pela própria equipe de comunicação da *Frente Brasil Popular*. Além disso, publicações da UNE (União Nacional dos Estudantes), MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra) e CUT (Central Única dos Trabalhadores) são publicadas no *site* com certa frequência.

Ao clicar em *Logo*, o usuário tem acesso à logomarca do movimento em alta definição para *download*. Na seção *Publicações*, outras cinco subseções podem ser acessadas: 1) atos, protestos e mobilizações; 2) cartilhas; 3) faixas; 4) jornal Frente Brasil Popular e 5) Logomarca oficial Frente Brasil Popular.

A primeira subseção (Figura 20) reúne, especialmente, algumas iniciativas criativas desenvolvidas pelo movimento, como o *Tabloide contra o Golpe* (um jornal informativo com cinco páginas disponível para impressão); a *Campanha Não vai ter Golpe* (selos e logos para impressão); o *Gibi Querem dar um Golpe em Você* (espécie de revista em quadrinhos com quatro páginas); e a *Jornada Nacional* (que reúne informações sobre mobilizações nacionais).

FIGURA 20 – Subseção atos, protestos e mobilizações



Fonte: site Frente Brasil Popular, acesso em 06 jun. 2016.

Na segunda subseção *Cartilha*, é possível acessar um documento organizado, também disponível para impressão, contendo o regimento do movimento, sua estrutura orgânica, os compromissos da militância, a história da plataforma e suas orientações políticas.

Na subseção *Faixas*, são encontradas - com opção para compartilhamento em redes sociais e também para impressão – um material de campanha com os dizeres “*Em defesa da Democracia*”, “*Não vai ter Golpe*” e “*Fora Cunha*”. Na subseção *Jornal da Frente Brasil Popular* (Figura 21), o usuário tem acesso ao jornal digital do movimento.

FIGURA 21 - Jornal Frente Brasil Popular



Fonte: site Frente Brasil Popular, acesso em 06 jun. 2016.

As subseções *galeria de áudio*, *galeria de vídeo* e *galeria de foto* integram a seção *Multimídia*, onde estão disponibilizadas gravações e entrevistas de líderes e integrantes da CUT, da UNE e do MST, de artistas e apoiadores do governo Dilma, fotos de coberturas dos protestos e dos acampamentos pela democracia, além imagens de *memes*⁶⁴ para serem utilizados como forma de mobilização em compartilhamentos nas redes sociais.

⁶⁴ É um conceito criado por Richard Dawkins (1979). Um Meme pode ser definido como “uma entidade capaz de ser transmitida de um cérebro para outro”. Os memes também podem ser “compreendidos como potencializados pela rede e parte da dinâmica social desses ambientes” (RECUERO, 2005).

Com o mesmo propósito do *Mapa do Impeachment, O Mapa Da Democracia*⁶⁵ tornou-se uma das ferramentas divulgadas, com certa frequência, pelo grupo. A plataforma foi lançada no dia 27 de março de 2016 e tinha por objetivo pressionar os deputados indecisos a se posicionar de modo contrário ao impeachment na Câmara. De acordo com informações⁶⁶ publicadas no portal da *Frente Brasil Popular*, o *Mapa da Democracia* foi desenvolvido para fortalecer a luta contra o “golpe”, termo usado pelos agentes contrários ao impedimento para qualifica-lo:

[...] a batalha em defesa da democracia e para derrubar o golpe está em andamento. A imprensa, setores do judiciário e os partidos que perderam a eleição em 2014 querem que você acredite que o impeachment é inevitável, mas o que acontece é exatamente o contrário. O jogo não está fácil para quem quer o impeachment porque a decisão de convencer 342 deputados a rasgar a Constituição não é simples, né mesmo? Ainda tem muitos deputados indecisos porque não querem entrar para história com a marca de golpista. Para barrar o golpe é preciso que 172 deputados digam não ao impeachment e defendam a Constituição na sessão marcada com esse fim. É com esses deputados que queremos dialogar e para isso precisamos da sua ajuda. (FRENTE BRASIL POPULAR, 2016)

Fica claro que a FBP possui grande organização e desenvolve ferramentas criativas para alcançar seus objetivos. Diante disso, a proposta das seções seguintes é analisar como o movimento articula tais ferramentas e discursos para convocar e mobilizar a população brasileira contra o processo de impeachment de Dilma Rousseff.

8.2 O texto e a produção de sentidos

Os produtores de um texto podem construir realidades universais acerca de um evento particular (formas de hegemonia). Eles também podem atribuir, de forma criativa, significados alternativos para as palavras, transformando-as e recontextualizando-as em seus discursos. Na identificação do *site*, algumas palavras utilizadas pelos demais grupos (VPR e MBL) também são empregadas pela FBP, mas com sentidos diferentes. Ou seja, é possível constatar que os sentidos das palavras entram em disputa dentro de lutas amplas (FAIRCLOUGH, 2001).

⁶⁵ Mapa da Democracia - <http://www.mapadademocracia.org.br/>

⁶⁶ Frente Brasil Popular - <https://goo.gl/GEwoqo>

Ao acessar o *site* da FBP, o visitante tem acesso às frases: “*Não vai ter golpe, vai ter luta*” e “*Clique aqui e conheça a agenda contra o golpe*”. A metáfora da guerra “*luta*” é acionada pelos três movimentos. No entanto, os significados atribuídos a tal palavra são distintos, se forem considerados os posicionamentos ideológicos dos grupos (produtores dos textos em que tal palavra aparece) sobre o evento social (impeachment). O discurso, notavelmente, vem de encontro com a demanda principal do grupo: enfraquecer a ofensiva do MBL, do VPR e de grupos correlatos contra o processo de impeachment.

Diferentemente dos demais *sites* analisados (VPR e MBL), em que as cores verde e amarelo são predominantes, um mosaico de cores compõe a página inicial do grupo. É possível inferir, a partir disso, que o grupo deseja representar uma ideia de diversidade. Tal representação também fica clara nas demandas do grupo publicadas em seu manifesto, o que pode ser verificado a seguir.

8.2.1 O discurso do manifesto

Essa seção é dedicada a análise do manifesto da FBP. Publicado no dia 08 de setembro de 2015, o texto também circulou em diferentes plataformas na internet. O discurso do grupo tornou-se objeto de debate público – por representar o levante das entidades de esquerda – que se uniram para resistir e atuar contra a ofensiva dos movimentos pró-impeachment, que já vinham atuando no Brasil há mais de um ano.

Para melhor situar o leitor, a análise foi dividida em trechos numerados (1- apresentação e argumento); (2- demandas A); (3- demandas B) e (4- demandas C). Além disso, estão destacadas no texto, as palavras de caráter metafórico, sublinhadas em (*itálico*).

No trecho de apresentação (1), é possível notar que diferente dos movimentos MBL e VPR, o discurso empregado pela FBP possui um caráter progressista.

1-Apresentação e Argumento:

Vivemos um momento de crise. Crise internacional do capitalismo, crise econômica e política em vários países vizinhos e no Brasil. Correm grave perigo os direitos e as aspirações fundamentais do povo brasileiro: ao emprego, ao bem-estar social, às liberdades democráticas, à soberania nacional, à integração com os países vizinhos. Para defender nossos direitos e aspirações, para defender a democracia e outra política econômica, para defender

a soberania nacional e a integração regional, para defender transformações profundas em nosso país, milhares de brasileiras e de brasileiros de todas as regiões do país, cidadãos e cidadãs, artistas, intelectuais, religiosos, parlamentares e governantes, assim como integrantes e representantes de movimentos populares, sindicais, partidos políticos e pastorais, indígenas e quilombolas, negros e negras, LGBT, mulheres e juventude, realizamos esta Conferência Nacional onde decidimos criar a Frente Brasil Popular.

É possível observar no excerto de nº 1 que a primeira pessoa do plural “nós” no discurso, significa o contrário do “nós” acionado pelos demais movimentos. Vê-se aí, o conflito social escancarado e a exploração de explorados por exploradores. Pode parecer, no entanto, que o discurso se assemelhe com os dos demais grupos, mas a FBP classifica e nomeia quem são os milhares de brasileiros de que fala: movimentos populares, sindicais, partidos políticos e pastorais, indígenas e quilombolas, negros e negras, artistas, intelectuais etc. No trecho seguinte, a FBP apresenta os seus objetivos:

2) Demandas A:

Nossos objetivos são: defender os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras: melhorias das condições de vida, emprego, salário, aposentadoria, moradia, saúde, educação, terra e transporte público! Lutamos contra o atual ajuste fiscal e contra todas as medidas que retiram direitos, eliminam empregos, reduzem salários, elevam tarifas de serviços públicos, estimulam a terceirização, ao tempo em que protegem a minoria rica. Defendemos uma política econômica voltada para o desenvolvimento com distribuição de renda. Lutamos contra a especulação financeira nacional e internacional, que transfere para uma minoria, por vias legais ou ilegais, através da corrupção e de contas bancárias secretas, parte importante da riqueza produzida pelo povo brasileiro! Lutamos por uma reforma tributária que — por meio de medidas como o imposto sobre grandes fortunas e a auditoria da dívida — faça os ricos pagarem a conta da crise.

A primeira pessoa do plural “nós” apresentada no excerto de nº 2 se refere ao povo brasileiro trabalhador (aquele que produz). No discurso, é possível identificar a demonstração do conflito de classes representados pela ideia do “nós versus ricos”. A palavra democracia é

relacionada a luta por uma série de políticas progressistas, que são exaustivamente enumeradas, o que pode ser observado na passagem a seguir:

3) Demandas B:

Ampliar a democracia e a participação popular nas decisões sobre o presente e o futuro de nosso país. Lutamos contra o golpismo — parlamentar, judiciário ou midiático — que ameaça a vontade expressa pelo povo nas urnas, as liberdades democráticas e o caráter laico do Estado! Lutamos por uma reforma política soberana e popular, que fortaleça a participação direta do povo nas decisões políticas do País, garanta a devida representação dos trabalhadores, negros e mulheres, impeça o sequestro da democracia pelo dinheiro e proíba o financiamento empresarial das campanhas eleitorais! Lutamos contra a criminalização dos movimentos sociais e da política, contra a corrupção e a partidarização da justiça, contra a redução da maioria penal e o extermínio da juventude pobre e negra das periferias, contra o machismo e a homofobia, contra o racismo e a violência que mata indígenas e quilombolas!

A mesma metáfora utilizada pelo MBL é utilizada pela FBP com um sentido diferente no excerto de nº 3: “Impeça o sequestro da democracia pelo dinheiro”. Nessa frase, as forças que querem o impeachment (golpe) são representadas como criminosas, sobretudo porque elas estão sequestrando a democracia. Na última passagem, o grupo da continuidade ao destaque de suas demandas:

4) Demandas C:

Promover reformas estruturais, para construir um projeto nacional de desenvolvimento democrático e popular: reforma do Estado, reforma política, reforma do poder judiciário, reforma na segurança pública com desmilitarização das Polícias Militares, democratização dos meios de comunicação e da cultura, reforma urbana, reforma agrária, consolidação e universalização do Sistema Único de Saúde, reforma educacional e reforma tributária! Lutamos pela democratização dos meios de comunicação de massa e pelo fortalecimento das mídias populares, para que o povo tenha acesso a uma informação plural, tal como está exposto na Lei da Mídia Democrática. 4. Defender a soberania nacional. O povo é o dono das riquezas naturais, que não podem ser entregues às transnacionais e seus sócios! Lutamos em defesa da soberania energética, a começar pelo Pré-Sal, a Lei da Partilha, a Petrobrás, o

desenvolvimento de ciência e tecnologia, engenharia e de uma política de industrialização nacional! Lutamos pela soberania alimentar e em defesa do meio ambiente, sem o qual não haverá futuro. Lutamos contra as forças do capital internacional, que tentam impedir e reverter a integração latino-americana. Convidamos a todas e a todos que se identificam com esta plataforma a somar-se na construção da Frente Brasil Popular. O povo brasileiro sabe que é fácil sonhar todas as noites. Difícil é lutar por um sonho. Mas sabe, também, que sonho que se sonha junto pode se tornar realidade.

Tal como os demais movimentos analisados nessa dissertação, a metáfora da guerra é também apropriada pelo grupo, questão observada no excerto de nº4. No entanto, a incidência em que tais metáforas aparecem é mais expressiva. As palavras “*lutar*” e “*defender*” são recorrentes. A não ser pela passagem *lutar contra o golpismo* (termo metafórico), a luta representada pelo grupo se refere a luta por políticas públicas e não a uma luta contra partidos, como se vê nos manifestos dos grupos favoráveis ao impeachment.

8.3 Práticas discursivas: o interdiscurso nas redes

Tal como os demais movimentos, a FBP também recorre a outras fontes de informação para construir seus argumentos, através da citação/linkagem com outros atores (mídias), em sua editoria de notícia. Entre os dias 02 de dezembro de 2015 e 31 de agosto de 2016, a FBP publicou na editoria de notícias de seu *site* um total de 123 notícias, referenciando 204 *links*. Tal como realizado nas seções dedicadas à análise de notícias dos demais grupos, foram mapeadas as relações mantidas pela FBP em seu respectivo *site* com outros atores.

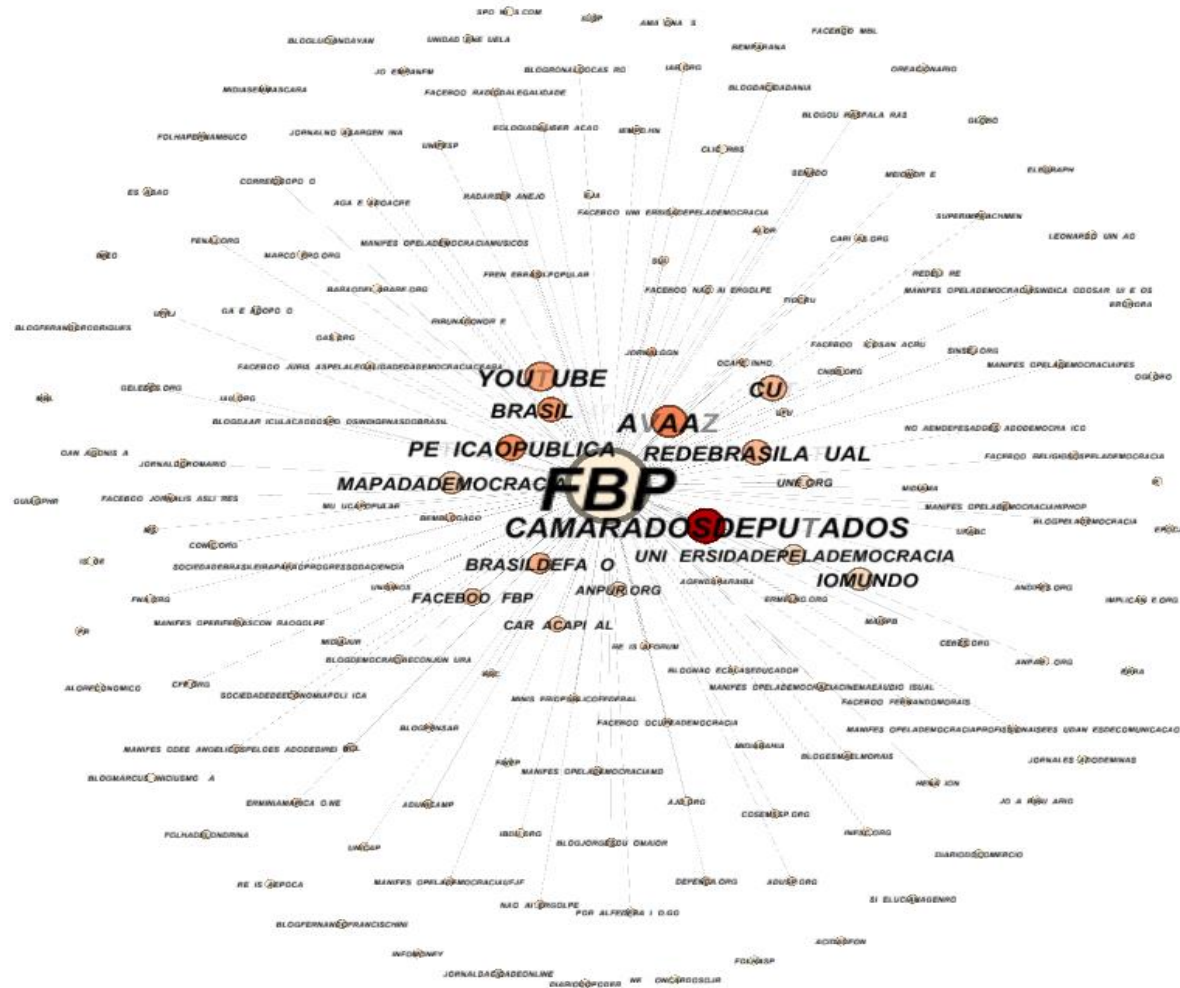
Interessa para essa análise, identificar quais são os atores que a FBP cita em seu respectivo *site* e, em que níveis, tais referências são realizadas. Para tanto, os dados coletados (notícias e *links*) no *site* do grupo também foram inseridos em planilhas do *Excel* e, posteriormente, transferidos ao *software Gephi*, projetando o *grafo*. A abordagem direcionada é de natureza ego-centrada, realizada em apenas um grau (ego e conexões do ego). Foi estabelecida a partir da rede pessoal (*site*) da FBP e dos vínculos estabelecidos por ela (conexões) com outros atores na rede, via *links*.

Para observar a rede, formada pela conexão entre o *site* da FBP e as mídias referenciadas por ele, a propriedade eleita para a análise é a *Centralidade dos atores*— para medir a

centralidade de grau— determinando o nível de conexão dos nós (mídias) na rede. Ou seja, medindo a quantidade de conexões que cada nó (mídias) recebe (*indegree*) do movimento constituído pela FBP (LEMIEUX & OUIMET, 2004).

No *grafo* a seguir (Figura 22), é possível visualizar de maneira clara quem essas mídias e em que graus tais relações são estabelecidas.

FIGURA 22 - Grafo da Frente Brasil Popular



Fonte: elaborado pela autora

No *grafo* apresentado, estão representadas 202 arestas (laços/ligações). O tamanho e a tonalidade dos nós na rede referem-se ao número de conexões recebidas por cada mídia. Ou seja, as mídias (nós) maiores e com tonalidade mais intensa são aquelas que foram mais citadas no *site* da FBP. No quadro a seguir, são apresentadas as mídias mais referenciadas (mais de uma citação), em número de *links* enviados pelo *site* da FBP:

QUADRO 8 - Dados projetados pela rede da FBP

Mídias	Centralidade Número de citações recebidas (<i>indegree</i>)
1. Câmara dos Deputados	19
2. AVAAZ	10
3. Petição Pública	9
4. Brasil 247	8
4. Youtube	7
6. Brasil de Fato	8
7. CUT	5
8. Jornal GGN	5
9. Rede Brasil Atual	5
10. Bem Blogado	4
11. Facebook FBP	4
12. Carta Capital	3
13. Site FBP	3
14. Mapa da Democracia	3
15. Revista Fórum	3
16. Vermelho.org	3
17. Anpur.org	2
18. EBC	2
19. Facebook Ocupe a Democracia	2
20. Manifesto pela democracia	2
21. Ministério Público Federal	2
22. O cafezinho	2
23. Sul 21	2
24. Une.org	2

25. Unisinos	2
26. Universidades pela democracia	2
27. VIOMUNDO	2

Fonte: elaborado pela autora

A mídia que recebeu mais conexões por parte da FBP foi a Câmara dos Deputados. Dos 19 *links* enviados para a página da Câmara, 17 foram inseridos em apenas 01 notícia. Os *links* são direcionados às páginas pessoais dos parlamentares, onde são disponibilizadas informações como *e-mail* e telefone para contato. A estratégia do grupo, era convocar os visitantes da página a pressionar os deputados que não haviam declarado votos, ou estavam indecisos em relação ao impeachment de Dilma Rousseff. As demais notícias dizem respeito a tramitação de projetos de lei de autoria de parlamentares do PMDB, ligados ao governo interino do Presidente Michel Temer.

O AVAAZ (rede de ativistas para mobilização *online*) é a segunda mídia mais citada pelo grupo. Os *links* direcionam os visitantes do *site* a uma série de petições públicas. A maioria delas, criadas por estudantes, professores, sindicatos e artistas em defesa da democracia. O ator Petição Pública, terceiro mais citado pela FBP, figura na rede com a mesma função do AVAAZ. Estratégias similares também são acionadas através da divulgação de *links* com documentos que solicitam assinaturas, como o Manifesto pela Democracia e de *sites* e redes sociais interativos - que visam informar os visitantes a respeito do processo de impeachment e pressionar parlamentares - como o Mapa da Democracia, Universidade pela Democracia e o *Facebook* Ocupe a Democracia. A referência ao ator Unisinos, por sua vez, direciona o visitante a publicação de uma carta aberta contra o golpe e em defesa da democracia.

A reverberação da resistência ao impeachment por parte de entidades, organizações e profissionais de diferentes áreas, que realizaram atos e manifestos, é referenciada através de notícias publicadas pelos atores Brasil 247, Jornal GGN, Brasil de Fato, Sul 21, Anpur.org, Vermelho.org, O Cafezinho, Bem Blogado e VIOMUNDO. Já a Revista Fórum, é acionada para compor o argumento do grupo a respeito de denúncias envolvendo linchamentos de manifestantes que se pronunciaram contra o impeachment de Dilma Rousseff, em manifestações na Avenida Paulista.

Os *links* que direcionam o visitante para a página da EBC, trazem notícias a respeito de debates sobre a democracia promovido por universidades, sobre medidas tomadas durante o

governo interino de Michel Temer, entre outras questões de interesse público. As notícias de referência a Carta Capital trazem informações a respeito do Ex-Presidente Lula. Já o direcionamento ao *site* do Ministério Público Federal, leva o visitante ao acesso de documentos com denúncias envolvendo o relator do processo de impeachment, Antônio Anastasia (PSDB/MG), nas chamadas “pedaladas fiscais”.

Organizações que integram a FBP, tais como a CUT (Central Única dos Trabalhadores) e a UNE, também recebem direcionamento de *links* publicados no *site*. As publicações dizem respeito aos eventos (manifestações) a serem realizadas e aos trâmites do processo de impeachment. O grupo ainda faz referência às redes sociais dessas organizações (*Facebook*, *Youtube*).

8.3.1 O discurso-outro no site do movimento

Esta seção dedica-se as análises de três notícias e um cartaz de campanha veiculados no *site* da FBP. Nos capítulos dedicados as análises dos *sites* dos movimentos pró-impeachment, foi possível perceber que há uma grande incidência de citações e inserção de *links* de veículos de grande circulação (mídias de massa). A FBP, por sua vez, se restringe a citação e divulgação de *links* das organizações que a integra e de mídias alternativas para sustentar seus discursos.

O grupo articula, de forma variada, múltiplas vozes nos textos, elegendo o que deverá ter destaque ou não, de acordo com os argumentos que querem defender. Na notícia abaixo (Figura 23), a entrevista do jornal *online* SUL 21 é citada pelo grupo e recebe destaque. Esse é um caso clássico de uma relação intertextual manifesta que pode ser captada na superfície do texto: nota-se que o título entre aspas é a reprodução do discurso de Graça Costa, secretária nacional da CUT, organização que integra o movimento.

FIGURA 23 - Notícia FBP

'Agenda do impeachment prevê ataque massivo a direitos trabalhistas'

Leia a entrevista que Graça Costa concedeu ao site SUL 21



Crédito: Guilherme Santos/Sul21

Fonte: site Frente Brasil Popular

A partir da divulgação e da apropriação da frase “Tchau Querida” pelos movimentos favoráveis ao impeachment, a Frente Brasil Popular lança campanha (Figura 24) em resposta a atuação desses grupos com a frase “Volta Querida”, o que pode ser verificado a seguir:

FIGURA 24 - Campanha FBP



Fonte: site Central Única dos Trabalhadores

Retomando Fairclough (2001), pode-se dizer que a prática criativa é rapidamente acomodada dentro de uma historicidade inerente à concepção intertextual:

[...] o conceito de intertextualidade toma os textos historicamente. Transformando o passado - convenções existentes e textos prévios no presente. Isso pode ocorrer de maneira relativamente convencional e normativa: os tipos de discurso tendem a transformar em rotina formas particulares de recorrer a convenções e a textos e a naturaliza-las. Contudo, pode ocorrer, criativamente, com novas configurações de elementos de ordens de discurso e novos modos de intertextualidade manifesta (FAIRCLOUGH, 2001, p.115).

A partir da perspectiva de Fairclough, pode-se constatar que a campanha com a frase (*Volta Querida*) é adotada de maneira criativa para contrapor a ação dos demais grupos e apoiar a permanência de Dilma no cargo. A FBP também utiliza matérias de interesse público (Figura 25) em seus argumentos:

FIGURA 25 - Notícia FBP



Limite de gastos anunciado por Temer vai destruir a educação e a saúde do Brasil

Se proposta valesse desde 2006, país teria deixado de investir R\$ 500 bilhões nesses dois setores



Crédito: ARQUIVO/EBC

Fonte: site Frente Brasil Popular

A questão abordada pelo grupo é a saúde e a educação. É possível notar que o anúncio do limite de gastos proposto por Michel Temer (Presidente interino, na ocasião) é o destaque da notícia, que tem como fonte a EBC (Empresa Brasileira de Comunicação). O grupo faz um apelo ao leitor, através da projeção das perdas que o país teria, caso a Presidenta não pudesse dar prosseguimento ao mandato. Tais perdas são referenciadas através de números, o que “garante ao dito representado um elevado estatuto de verdade, já que culturalmente se atribui a dados numericamente apresentados um alto grau de legitimidade”. (RESENDE E SANTOS,

2012, p. 157). A FBP também dará ênfase ao apoio recebido pelas organizações que a integra e de organizações internacionais (Figura 26), o que pode ser verificado a seguir:

FIGURA 26 - Notícia FBP



Fonte: site Frente Brasil Popular

A divulgação de cartas e notas de solidariedade em apoio a Dilma Rousseff por parte de organizações internacionais pode ser contrastada com o fato de a FBP não citar, ou referenciar, publicações das mídias de massa brasileiras. Ou seja, é possível inferir que o movimento atua desse modo porque não recebe visibilidade positiva por parte dessas mídias, ou porque essas mídias veiculam informações que não se alinham à compreensão do grupo acerca do processo de impeachment. A resistência diante das práticas e das posições tomadas por essas mídias, pode ser reveladora para a compreensão das dinâmicas e das estratégias de convocação empregadas pela FBP.

8.4 Prática social: ideologia, hegemonia e política

As práticas sociais da FBP se constituem em uma relação dialética com as estruturas sociais e com os eventos discursivos que as circundam. Isso significa que o grupo está “posicionado em relação a lutas hegemônicas e aberto para ser investido ideológica e politicamente por uma rede de práticas” (FAIRCLOUGH, 2001, p.246).

Diferente dos demais movimentos analisados nessa dissertação, o modo como a FBP se posiciona diante do histórico e do repertório de lutas das organizações que a compõe, merece

ser destacado. Essas organizações surgem no Brasil antes mesmo do desenvolvimento das TICs. No entanto, a maioria delas adequou-se ao que Fairclough (2001, p. 264), denomina como sendo uma “tecnologização do discurso”, ou seja, a “expansão do discurso estratégico para novos domínios”. Nesses termos, é possível considerar que o conteúdo do *site* da FBP é também o resultado da influência e das estratégias de comunicação empreendidas através das práticas particulares dessas organizações.

As entidades sindicais e demais organizações que se uniram para constituir a FBP assumiram uma função extremamente importante na campanha em prol da permanência da Presidenta Dilma Rousseff. A representatividade no cenário de lutas do Brasil - construída historicamente através de outras campanhas – propiciou ao movimento desenvoltura e segurança para organizar uma forte resistência aos ataques dos movimentos e partidos que defendiam o impeachment.

Apesar do aprendizado adquirido, chama a atenção o fato de que o conhecimento consolidado sobre mobilizações anteriores é posto em prática tardiamente. As manifestações de rua, as campanhas no *site* e nas redes sociais do grupo, são instauradas cerca de um ano após o levante dos movimentos pró-impeachment. A hipótese a que se pode aproximar é a de que a conjuntura política, constituída por escândalos de corrupção e pelo ciclo de manifestações promovidos pelo MBL e pelo VPR, enfraqueceram a imagem de Dilma Rousseff, corroborando para uma desarticulação e para uma desmotivação do PT e das entidades que nutrem simpatia pelo partido.

No entanto, é preciso salientar que o *site* traz as marcas importantes da presença de tais organizações: através da interação discursiva com as notícias e publicações produzidas pelos atores que as integra. Diferente dos grupos pró-impeachment, a FBP resiste ao discurso das mídias de massa (hegemônicas) – evitando a sua reprodução até mesmo para contestá-los. Pode-se inferir, a partir disso, que o grupo não se alinha ideologicamente aos discursos e às verdades construídas por tais mídias a respeito do processo de impeachment e de Dilma Rousseff. De acordo com Fairclough (2001, p. 28) “as hegemonias em organizações e instituições particulares, e no nível societário, são produzidas, reproduzidas, contestadas e transformadas no discurso”. Isso quer dizer que ao atuar dessa maneira – evitando referenciar as mídias de massa - a FBP também contribui para uma mudança na compreensão acerca das dinâmicas que compõe o complexo relacionamento entre movimentos sociais e mídias de massa.

A partir das análises das práticas discursivas da FBP foi possível constatar que as publicações de mídias alternativas, mídias internacionais e também de comunicados de países e organizações que assumem uma posição político-ideológica alinhada à esquerda, são referenciadas. Elas são responsáveis por configurar e legitimar a maior parte do discurso proferido pelo grupo. No manifesto, a FBP defende questões como: a manutenção de projetos sociais e a atuação do Estado no desenvolvimento de políticas econômicas e na distribuição de renda. A compreensão formulada através das análises das práticas do MBL, do VPR torna possível afirmar que os projetos defendidos pela FBP estão em desacordo com as pautas dos movimentos favoráveis ao impeachment, a respeito da realidade social e do que seria a melhor política para o país.

A união de forças progressistas representada por organizações tradicionais como a CUT (Central única dos Trabalhadores), a UNE (União Nacional dos Estudantes) e o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), parece não ter sido suficiente para que a FBP pudesse combater os argumentos de empresários, de partidos políticos e dos movimentos sociais que atuaram para favorecer o impeachment de Dilma Rousseff. Pode-se acrescentar a tal percepção, o fato das organizações que integram a FBP acompanharem o silenciamento do governo. A reação tardia diante da ofensiva da “nova direita organizada” pode ter prejudicado a visibilidade e a circulação dos argumentos que defendiam a permanência da Presidenta Dilma Rousseff no cargo.

9 O INTERDISCURSO NAS REDES DO MBL, VPR E FBP

Nos *sites* analisados pôde-se verificar as dimensões intertextuais e interdiscursivas dos discursos dos movimentos. Constatou-se que tais dimensões são acionadas de forma direta e indireta: através de citação de discursos em textos de autoria dos grupos ou através da indicação de *links* para o leitor, o que promove o estabelecimento de diálogo e relacionamento do visitante da plataforma com outras mídias na rede. Na seção seguinte, busca-se identificar se, e em que níveis, os grupos fazem referência às mesmas mídias, quando postos em interação, em uma mesma rede.

9.1 Informação e interação discursiva nas redes dos movimentos

Essa seção é dedicada a análise da interação entre as mídias acionadas, através de *links* em notícias nos *sites* dos três movimentos, entre os meses de dezembro de 2015 e agosto de 2016 (período correspondente a abertura e a finalização do processo de impeachment). Durante esse tempo, os grupos publicaram juntos, um total de 364 notícias e referenciaram 377 *links* direcionando o visitante a outros domínios (páginas) na internet, o que pode ser observado no quadro a seguir:

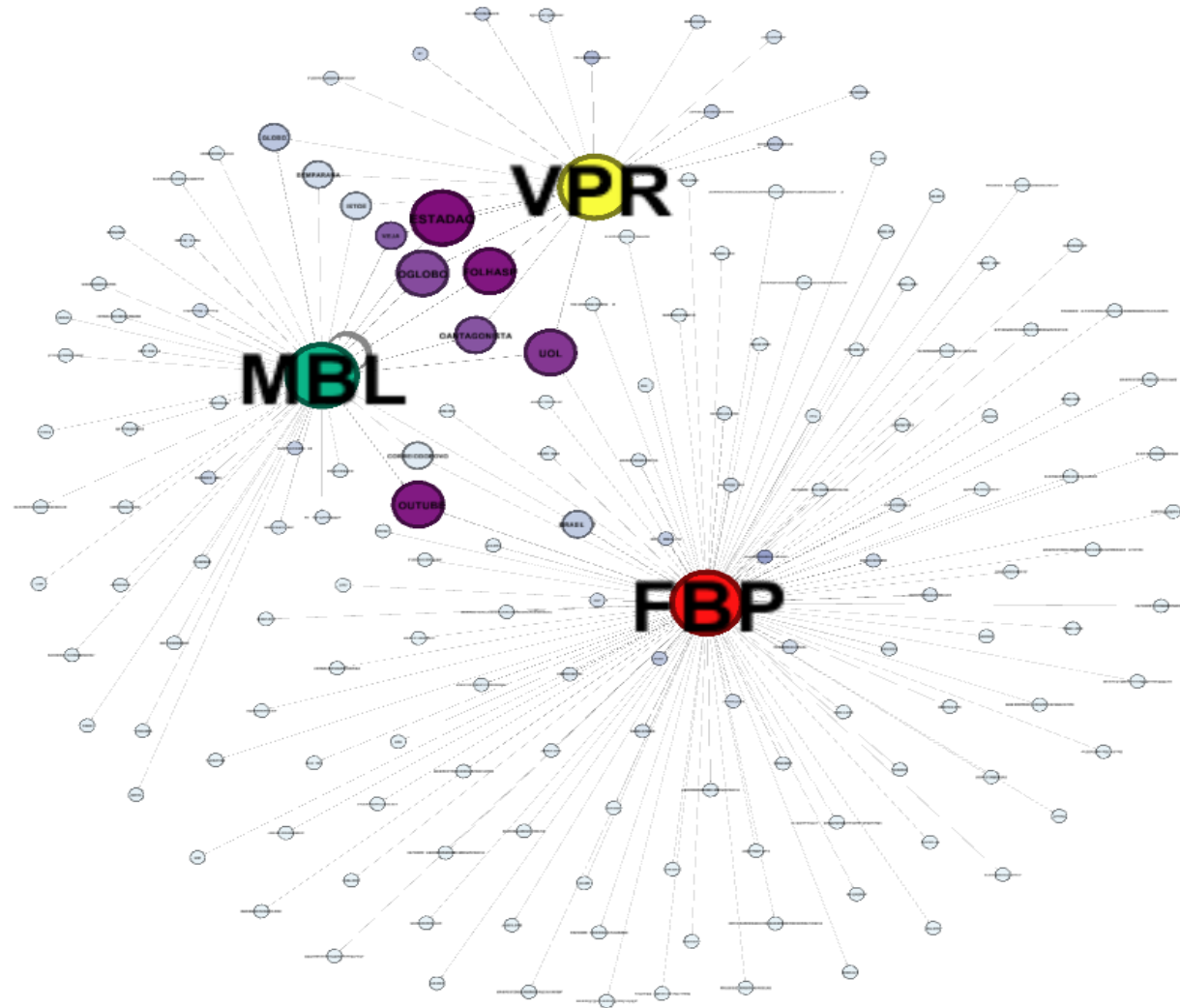
QUADRO 9 - Notícias e *links* publicados pelos movimentos

Movimento social	MBL	FBP	VPR	Total
Nº notícias	191	123	50	364
Nº links	123	204	50	377

Fonte: elaborado pela autora

Os *links* inseridos nas notícias (nos *sites* dos três grupos) foram coletados e catalogados em planilhas do *Excel* e, posteriormente, transferidos para o *software Gephi*, com o intuito de se verificar a aparência da rede, revelando as relações mantidas pelos grupos com outras mídias. Para a análise, será levada em consideração a relação mantida entre o MBL, o VPR e a FBP no que diz respeito ao acionamento de mídias em comum. A seguir, pode-se verificar o *grafo* (Figura 27) projetado:

FIGURA 27 - Grafo da interação entre os movimentos



Fonte: elaborado pela autora

No *grafo* apresentado, estão representados 159 nós e 376 arestas (laços/ligações). O tamanho e a tonalidade dos nós na rede referem-se à capacidade de influências das mídias referenciadas sobre os movimentos sociais em análise. Ou seja, as mídias (nós) maiores e com tonalidade mais intensa, são aquelas que detém maior poder de influência sobre os demais nós na rede. No quadro a seguir, são apresentados os dados referentes as 10 mídias mais influentes, de acordo com a projeção do *grafo*:

QUADRO 10 – Interações nas redes dos movimentos MBL, VPR e FBP

Mídias	PageRank Influência na rede	Centralidade Total de citações recebidas (indegree)
1.Estadão	0.007248	14
2.Folha de SP	0.007212	16
3.Youtube	0.007119	27
4.UOL	0.007082	12
5.O Globo	0.007003	14
6.O Antagonista	0.006967	16
7.Veja	0.006916	12
8. Câmara dos Deputados	0.006643	19
9. Folha de Pernambuco	0.006465	3
10. Globo.com	0.006429	5

Fonte: elaborado pela autora

Diante do quadro apresentado é possível notar que há uma diferença entre as métricas *PageRank* em relação ao número de citações recebidas (*indegree*). Ou seja, os dados mostram que as mídias mais citadas não são, necessariamente, as mais influentes na rede de interação dos grupos. Isso acontece porque o *PageRank* não leva em consideração apenas o peso dos laços direcionados a um nó (número de conexões). Isso quer dizer que os *sites* que recebem maior pontuação são aqueles que tem maior probabilidade de receber visitas. Nesse caso específico, a mídia Estadão foi acionada por dois *clusters*:⁶⁷ o MBL e o VPR. O mesmo

⁶⁷ Grupo de nós fortemente conectados. Cada movimento social (VPR, FBP e MBL) forma um grupo com essas características.

acontece com a mídia Folha de SP, que não recebeu referências da FBP, mas recebeu muitas conexões por parte dos demais movimentos. O *Youtube*, no entanto, foi referenciado pelos movimentos VPR e FBP, assumindo a terceira colocação.

O UOL, por sua vez, está em uma posição intermediária, ou seja, ele recebeu *links* dos três movimentos na rede. Isso significa que essa mídia é a única que disponibilizou informações veiculadas pelos três sites. No entanto, é preciso levar em consideração que uma referência (discurso) também pode ser realizada para ser contestada. É o caso do MBL, que cita o UOL através de *linkagem* para se defender de denúncias publicadas na página dessa mídia. As demais mídias (O Globo, O Antagonista, Veja e Globo.com) podem ser considerados autoridades. Não só porque recebem muitas referências por parte do VPR e do MBL, mas também pelo fato de que esses movimentos, juntos, reúnem uma maior quantidade de laços/ligações, o que confere um alto grau de importância a essas mídias na rede de interação dos grupos. Já a Câmara dos Deputados e a Folha de Pernambuco, aparecem com grande pontuação no *ranking* por terem recebido um alto grau de conexão por parte da FBP.

A análise empreendida, teve por objetivo não apenas verificar em que graus os movimentos sociais, investigados nessa pesquisa, acionam outras mídias para construir os seus discursos. A partir da ARS, buscou-se estabelecer uma visão panorâmica acerca de como as mídias referenciadas se posicionam (exercendo autoridade e/ou prestígio), quando postas em interação nas redes dos três grupos, simultaneamente. Foi possível identificar, a partir dos dados extraídos da rede, que o número de notícias e *links* reportados pela FBP é expressivo. No entanto, a rede de informações construída por ela no *site* é menos influente, se comparada a soma das redes de informação construídas pelo MBL e pelo VPR. Isso acontece porque os movimentos pró-impeachment citam, de forma similar, um mesmo conjunto de atores que, em sua maioria, é constituído pelas mídias de massa.

Tal constatação revela que as mídias de massa mantêm ligações fortes com os movimentos pró-impeachment e orientam, ideologicamente, as práticas desses grupos. Quer dizer, também, que elas podem exercer alguma influência, tanto sobre os movimentos que as acionam, quanto sobre as pessoas (simpatizantes) que visitam os *sites* desses grupos.

No capítulo seguinte, o resultado da análise apresentada será contrastado com o resultado das análises realizadas nos capítulos anteriores. Pretende-se, a partir disso, apontar as principais estratégias identificadas nos sites e construir uma perspectiva geral acerca das práticas e dos discursos investigados.

10 ANÁLISE GERAL:

Este capítulo tem por objetivo relacionar e descrever os resultados e as impressões obtidas a partir das análises dos *sites* do MBL, VPR e FBP na internet. As metodologias de pesquisa empregadas (método histórico-descritivo, ACD e ARS), foram determinantes para responder aos objetivos de pesquisa apresentados nesta dissertação. No tópico seguinte, são realizadas algumas considerações acerca do objeto de pesquisa e das análises relacionadas.

10.1 As práticas e os discursos nos sites: identificando as estratégias

As análises empreendidas nesta dissertação revelaram que as práticas do MBL, do VPR e da FBP em seus respectivos *sites*, são constituídas pela influência dos eventos, das estruturas sociais e das redes de práticas sociais, mais amplas, que as compõe. Ou seja, as práticas são “entidades organizacionais intermediárias entre estruturas e eventos” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 23). Isso quer dizer que as TICs e suas práticas, a conjuntura social, política e econômica, bem como os recentes ciclos de protesto no Brasil, influenciaram a emergência desses grupos e, naturalmente, os seus projetos mobilizadores.

A partir das análises documental e histórico-descritiva foi possível reconstruir as bases sob as quais os grupos atuaram. Os dados coletados sobre o histórico dos movimentos e dos *sites* evidenciaram que alguns eventos passados, como as jornadas de junho de 2013, incidiram sobre os projetos mobilizadores do VPR e do MBL. Além disso, constatou-se que o impeachment de Dilma Rousseff (evento) começou a ser construído, discursivamente, nas convocações para as manifestações de 2014, que tinham por objetivo inicial, rechaçar a corrupção e apoiar o candidato a presidência da república, Aécio Neves. As análises demonstraram que as primeiras manifestações de rua são o reflexo das campanhas construídas no ambiente digital (*sites* e redes sociais) do MBL e do VPR. Foi possível perceber, também, como os eventos políticos incidiram sobre a decisão dos grupos em organizar e realizar os demais atos. Tal dinâmica fica clara, principalmente, após a abertura do processo de impeachment. A seguir (Quadro 11), pode-se observar a cronologia das manifestações de rua durante o processo de impeachment de Dilma Rousseff.

QUADRO 11 - Síntese da Análise: as manifestações 2014-2016

MANIFESTAÇÕES A FAVOR DO IMPEACHMENT Convocação: MBL e VemPraRua			PROCESSO DE IMPEACHMENT DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF	MANIFESTAÇÕES CONTRA O IMPEACHMENT Convocação: Frente Brasil Popular		
EVENTO LOCAL	ESTIMATIVA PÚBLICO ⁶⁸ (nº de pessoas)	DATA		DATA	ESTIMATIVA PÚBLICO (nº de pessoas)	EVENTO LOCAL
2014				2014		
1. Largo do Batata/SP	300 *PM	16.10	26/10/2014 <i>Reeleição de Dilma Rousseff (Presidenta) E Michel Temer (Vice-Presidente)</i>		<i>Nenhum evento registrado</i>	
2. Av. Brigadeiro Faria Lima/SP	1.000 *PM	22/10				
3. Av. Paulista/SP	8.000 *PM	25/10				
4. Av. Paulista/SP	2.500 *PM	01.11				
5. Av. Paulista/SP	10.000*ORG 6.000 *PM	15.11				
6. Av. Paulista/SP	500 *PM	29.11				
2015				2015		
7. Nacional	2,4000*PM 3,0000*ORG	15.03	02/12/2015 <i>Câmara Federal autoriza abertura do processo de Impeachment em desfavor de Dilma Rousseff</i>	13.03	33.000 *PM 175.000*ORG	1. Nacional
				18.03	250.000*ORG	2. Av. Paulista/SP
8. Congresso Nacional/Brasília	701.000*PM 100.000*DF 1,5000*ORG	12.04		07.04	6.000 *PM 14.000 *ORG	3. Nacional
				15.04	32.000 *PM 150.000*ORG	4. Nacional
9. Nacional	500 *PM	27.05	17/04/2016 <i>Câmara Federal aprova encaminhamento de Impeachment ao Senado por 367 a 137 votos</i>	20.08	73.000 *PM 190.000*ORG	5. Nacional
10. Congresso Nacional/Brasília	879.000*PM 135.000*DF 2,0000*ORG	16.08		26.09	1.000 *PM	6. Praça da Sé/SP
11. Brasília/DF	60 *PM	21.10		03.10	5.000 *PM	7. Av. Paulista/SP
12. Brasília/DF	2.000 * PM	15.11		08.12	5.000 *PM	8. Candelária/RJ
13. Nacional	83.000 *PM 407.000*ORG	13.12		16.12	98.000 *PM 292.000*ORG	9. Nacional
2016				2016		
14. Av. Paulista/SP	3,6000*PM 500.000*DF 6,9000*ORG	13.03	11/05/2016	13.03	7.000 *PM 14.000 *ORG	10. Nacional
15. Nacional	5.000*PM 9.000 * ORG	18.03		18.03	275.000*PM 1,3000 *ORG	11. Nacional

⁶⁸ A sigla *PM refere-se a estimativa de público medida pela Polícia Militar, a sigla *ORG refere-se a estimativa de público medida por organizadores dos atos e a sigla *DF refere-se a estimativa medida pelo Instituto Data Folha. Os dados foram coletados nos sites dos movimentos MBL, VPR e FBP e nos portais Globo.com, Carta Capital, Folha de São Paulo e Zero Hora.

16. Brasília/DF	400 *PM	16.04	<i>Senado Federal aprova o afastamento da Presidenta Dilma Rousseff por 180 dias e o Vice-Presidente assume a Presidência da República interinamente</i>	30.03	2.000 *PM	12. Masp/SP
17. Nacional	318.000*PM 1,3000*ORG	17.04		31.03	159.000*PM 824.000*ORG	13. Praça da Sé/SP
18. Brasília/DF e São Paulo/SP	7.500 *PM	09.05		04.04	841 *PM	14. Brasília/DF
19. Brasília/DF	1.000 *PM	11.05				
20. Av. Paulista/SP	44.000*PM 151.000*ORG	31.07				
21. Nacional	520 *PM 200*ORG	31.08		05.04	1.000 *ORG	15. Teatro Casa Grande/RJ
				10.04	3.000 *PM	16. Brasília/DF
				16.04	1.000 *PM	17. Brasília/DF
				17.04	126.000*PM 723.000*ORG	18. Nacional
				21.04	60 *PM	19. MASP/SP
				27.04	2.000 *PM	20.
				01/05	500.000 *PM	21. São Paulo/SP
				10.05	200 *PM	22. Brasília/DF
				11.05	4.000 *PM	23. Brasília/DF
				15.05	10.000*ORG	24. Consolação/SP
				22.05	30.000 *PM	25. Largo do Batata/SP
				10.06	37.000*PM 326.000*ORG	26. Nacional
				31.07	3.000*PM 85.000*ORG	27. Nacional
				09.08	1.000*PM 31.000*ORG	28. Nacional
				29.08	2.000*PM 40.000*ORG	29. Nacional
				31.08	2.000*PM 76.000 *ORG	30. Nacional

Fonte: elaborado pela autora a partir de coletados nos sites dos movimentos MBL, VPR e FBP e nos portais Globo.com, Carta Capital, Folha de São Paulo e Zero Hora.

Pode-se dizer, diante do quadro apresentado, que os movimentos pró-impeachment foram os responsáveis por iniciar um novo ciclo de manifestações no Brasil, ainda durante a campanha eleitoral para Presidência da República, no ano de 2014. A resposta à ofensiva desses grupos, por sua vez, acontecerá apenas em 2015, com a união e a organização de movimentos e sindicatos que integram Frente Brasil Popular.

Os resultados das análises documental e histórico-descritiva demonstraram, ainda, que a FBP organizou e realizou um número maior de manifestações de rua, em comparação com os demais movimentos. As 30 manifestações (estaduais e nacionais) realizadas pela FBP, durante

o processo de impeachment, superaram as 28 manifestações contabilizadas por essa pesquisa, referentes a atuação conjunta do MBL e do VPR.

A partir dos dados apresentados, é possível inferir que o silenciamento e a atuação tardia da FBP, diante da ofensiva dos grupos pró-impeachment em 2014 e durante os meses iniciais do ano de 2015, resultaram em um maior número de mobilizados nos eventos promovidos pelo MBL e pelo VPR. Um dos fatores que pode se relacionar a tal resultado é o período em que se iniciam as campanhas da FBP no ambiente digital. O *site* do grupo, por exemplo, é lançado 1 ano e um mês após o início das manifestações lideradas pelo VPR que, em outubro de 2014, já mobilizava pessoas através de seu *site* e de suas redes sociais. Isso significa que, sem o confronto ideológico com grupos adversários, os grupos pró-impeachment puderam ampliar sua visibilidade e desenvolver suas atividades de maneira estratégica, mobilizando um número maior de pessoas para as manifestações de rua. O silenciamento da FBP, que acompanhou o silenciamento do governo Dilma, também abriu caminho para que esses grupos pudessem exercer influência sobre os públicos que não possuíam posição político-partidária definida, por exemplo. Além disso, os resultados da pesquisa documental (coleta dos dados referentes aos eventos promovidos pelos movimentos) demonstram que os grupos pró-impeachment receberam maior atenção por parte das mídias de massa, o que pode ter reduzido e/ou ofuscado a capacidade de convocação e mobilização da FBP.

É possível dizer, também, que as práticas do MBL e do VPR geraram efeitos sobre as instituições (jurídicas, políticas) e sobre os atores que as constitui. Um primeiro exemplo, que pode ser destacado, é o pedido de impeachment, acatado pela Câmara dos Deputados. Os juristas responsáveis pela redação do texto argumentam, entre outras coisas, que as mobilizações desses grupos refletiam o clamor público pela mudança de governo. Outro exemplo, diz respeito aos efeitos gerados pelas manifestações do dia 15 de março de 2016, sobre os deputados com poder de voto, durante a deliberação em que se definiu o encaminhamento do processo de impeachment ao Senado Federal, no dia 17 de abril de 2016.

As manifestações convocadas para o dia 15 de março, através dos *sites* e das redes sociais, registraram-se como as maiores (em número de pessoas nas ruas) da história do país. Nessa ocasião, o jornal Estadão chegou a noticiar que cerca de 3 milhões de pessoas foram às ruas, nos 26 Estados e no Distrito Federal. Diante disso, é possível apontar que tais eventos impactaram e influenciaram, de maneira importante, as justificativas dos deputados em seus argumentos públicos durante a votação.

A identificação das características e das particularidades desses projetos mobilizadores, foi realizada com o auxílio do segundo método eleito para realizar essa pesquisa. A análise ancorada no modelo tridimensional de Fairclough (2001), no âmbito da ACD (Análise Crítica do Discurso), teve por objetivo desvelar as estratégias empreendidas pelos grupos para convocar e mobilizar a sociedade brasileira durante o processo de impeachment de Dilma Rousseff. Fairclough (2001) apresenta um quadro tridimensional de análise que privilegia o olhar sobre o texto, as práticas discursivas e as práticas sociais – dimensões que, para ele, estão inter-relacionadas.

Os *sites* do MBL, VPR e FBP mostraram-se como um terreno fértil para aplicar a metodologia proposta por Fairclough. Através das plataformas, buscou-se compreender, também, como os textos produzidos e as práticas adotadas pelos movimentos incidiam sobre o contexto, sobre os eventos, as estruturas e as relações sociais mantidas pelos grupos com outras mídias na internet. Para tanto, foram acionadas três categorias de análise: 1). *A construção social da realidade política do Brasil empreendida pelos movimentos sociais* (no âmbito do texto, avaliando o significado das palavras e das metáforas empregadas); 2). *O discurso-outro como estratégia dos movimentos sociais* (abordando a interdiscursividade e a intertextualidade no âmbito da prática discursiva) e 3) *Ideologia e política no contexto de ação dos movimentos sociais* (no âmbito da prática social).

A análise dos manifestos (no âmbito do texto), revelaram que os grupos pró e contra o impeachment de Dilma Rousseff constroem representações particulares acerca do momento político e da realidade social brasileira - com o intuito de alcançar adeptos - orientando-os a tomada de posição política (à direita ou à esquerda).

A análise das metáforas e dos significados das palavras nos textos, evidenciaram variados investimentos de sentidos, de caráter ideológico. Pode-se dizer que esses sentidos construídos, são orientados pelos efeitos de outras práticas, adotadas pelos grupos. No entanto, é preciso dizer que, muitas vezes, as pessoas não associam as suas práticas cotidianas (naturalizadas) a investimentos ideológicos específicos. “Mesmo quando nossa prática pode ser interpretada como de resistência, contribuindo para a mudança ideológica, não estamos necessariamente conscientes dos detalhes de sua significação ideológica” (FAIRCLOUGH, 2001, p.120). Um exemplo a ser destacado, é o modo como os movimentos pró-impeachment representaram os brasileiros e a nação nos manifestos. Constrói-se uma perspectiva de país unido, fraterno, sem distinção racial e de classes, estabelecendo uma identidade coletiva para o

grupo, com o intuito de alcançar outros sujeitos. Retomando Tilly (2010, p.149) “as reivindicações de identidade consistem em declarações de que “nós” – os reivindicadores – constituímos uma força unificada a ser enfrentada”. A respeito dessa perspectiva, foi possível refletir sobre o modo como a FBP articulou sentidos em seu manifesto.

O grupo estabelece uma relação com o interlocutor construindo a ideia de “nós versus ricos”, deixando pistas sobre o posicionamento político que assume (à esquerda) e ideológico (progressista) de que se apropria. No texto, defende-se prioritariamente, os direitos da classe trabalhadora e dos grupos marginalizados (juventude pobre e negra, LGBTs, indígenas e quilombolas).

Ainda no âmbito de análise textual, foi possível identificar que os grupos utilizam uma série de metáforas similares. As metáforas da guerra (lutar, combater, defender, resistir), por exemplo, são as mais utilizadas. É importante salientar, no entanto, que os movimentos acionam as mesmas metáforas para construir sentidos diferentes nos textos mobilizadores. A luta no discurso da FBP está associada a uma luta pelos direitos das minorias e por políticas sociais, enquanto que para o MBL e para o VPR tal metáfora está associada ao enfrentamento da corrupção, do PT e do governo Dilma Rousseff.

As análises também demonstraram, no âmbito das práticas discursivas, como os repertórios dos movimentos são moldados pelo ambiente digital. Isso quer dizer que as TICs incidiram sobre a produção, distribuição e consumo dos textos. A maior parte do conteúdo dos *sites* foi desenvolvido dentro da lógica de compartilhamento e *download*. Ou seja, foi possível identificar a preocupação dos grupos com o engajamento *online* e também com as manifestações de rua. São muitos os gêneros discursivos acionados para convocar e mobilizar as pessoas, tais como cartazes, bandeiras, gibis, notícias e ferramentas de pressão, como o Mapa do Impeachment e o Mapa da Democracia, desenvolvidos para persuadir os deputados e os senadores com capacidade de voto no processo de impeachment. Outras ferramentas – desenvolvidas através do uso dos *sites* - também foram exploradas pelos grupos pró-impeachment, como a venda *online* de camisetas, bonés, canecas e bonecos⁶⁹. Tais produtos funcionaram, estrategicamente, para mobilizar recursos para as campanhas e, também, para auxiliar na incorporação da identidade construída pelo grupo aos mobilizados.

⁶⁹ Bonecos infláveis foram desenvolvidos para representar Dilma e Lula nas manifestações pró-impeachment. Alguns exemplares eram personagens fictícios (O diabo, o Pinóquio, etc.), outros presidiários e ladrões.

Para analisar as práticas discursivas do MBL, VPR e FBP buscou-se, principalmente, identificar as dimensões intertextual e interdiscursiva do conteúdo inserido nos *sites*. Foi possível perceber, a partir disso, que as notícias e os cartazes de campanha produzidos pelos movimentos são carregados de fragmentos de outros textos (citados de forma direta e/ou indireta).

A partir dos dados extraídos do recorte proposto para a análise, foi possível identificar ainda, de que maneira essas “vozes” eram acionadas. Ora para ocultar informações e pessoas, ora para identifica-las e demarcá-las. Além das vozes identificadas nas superfícies dos textos (explícitas), foi possível identificar, também, aquelas vozes implícitas, inscritas na memória de um saber anterior. Alguns jargões (frases prontas) e símbolos utilizados pelos movimentos sociais, são um exemplo disso. É possível afirmar, nesse sentido, que o mostrar e o esconder fazem parte do jogo retórico dos movimentos sociais que, de maneira criativa, imprimiram sentidos diversos nos textos, através da interação discursiva com outros eventos e atores. A respeito de tais percepções é importante destacar a contribuição da ARS (Análise de Redes Sociais), a essa investigação.

Constatou-se, nas redes dos movimentos sociais, o que Recuero (2004, p. 09) chama de interdiscurso construtivo. Ou seja, dar “voz ao outro, auxiliando na construção da rede hipertextual”. Através da análise dos *links* referenciados nas notícias publicadas pelos grupos nos *sites*, foi possível perceber que as vozes das mídias de massa foram as mais acionadas, nas notícias e nos cartazes de mobilização publicados nas plataformas digitais do MBL e do VPR. Foi possível perceber, a partir de tal análise, que a FBP resiste ao discurso das mídias de massa e das relações de poder implicadas nessa dinâmica, fazendo maior referência às mídias alternativas e às organizações que a integra, nas notícias publicadas em seu *site*.

A partir das análises das interações sociais (práticas discursivas) e da produção de sentidos empregadas pelos grupos nos textos, buscou-se, ainda, identificar a rede de práticas sociais que geram efeitos sobre as práticas particulares dos movimentos. Foi possível perceber, através do olhar sobre essas duas dimensões, o efeito do contexto, dos eventos e das estruturas sociais sobre os discursos empreendidos nos *sites*. Isso quer dizer que o modo de representar, identificar e interagir dos membros do MBL, do VPR e da FBP nos *sites*, está interligado aos elementos sociais (estruturais), que os orientou ideologicamente para agir durante o processo de impeachment.

As ideologias são construções da realidade, perpassadas por relações de poder que, podem ser reproduzidas e/ou contestadas, através dos discursos e das práticas dos membros de um grupo ou organização. A partir de tal percepção, foi possível identificar algumas “marcas” no *site* do MBL, como por exemplo, a mercantilização do discurso, através dos “planos de filiação” oferecidos, o grupo passa a “vender ideias” aos consumidores mobilizados.

A formulação de Fairclough (2001, p. 28), sobre a análise das práticas sociais, “está centrada nos conceitos de ideologia e essencialmente de hegemonia, no sentido de um modo de dominação que se baseia em alianças, na incorporação de grupos subordinados e na geração de consentimento”. A partir de tal percepção, foi possível identificar os efeitos gerados sobre os discursos dos grupos pró-impeachment, que referenciam e se apropriam das notícias das mídias de massa, para legitimar as suas ações. As análises dos dados, demonstraram também, que são poucas ou nulas as contestações discursivas realizadas pelo MBL e pelo VPR em relação a tais mídias. A FBP, por sua vez, rejeita e contesta os discursos do que denomina ser a “mídia golpista”, travando uma luta – também de caráter ideológico – e, propondo, através de suas práticas, uma mudança na lógica comunicacional das mobilizações, rechaçando a reprodução dos sentidos e da realidade construída por esses conglomerados poderosos.

Diante dos dados descritos e das considerações apresentadas neste capítulo, pode-se apontar, nos *sites* do VPR, o MBL e da FBP, as principais estratégias de convocação a seguir relacionadas: a) criação de uma identidade coletiva para o grupo, b) construção de argumentos a partir de referências midiáticas e c) criação e promoção de ferramentas de engajamento digital. Sendo distinto, no entanto, o modo como cada um dos movimentos sociais irá dirigir e colocar em prática o seu plano de ação.

Através do discurso de unidade, cria-se um sentimento de **pertencimento no mobilizado e no potencial mobilizado** em relação ao grupo que convoca. Os três grupos apropriam-se de tal estratégia, de maneira particular, a partir das ideologias e dos discursos que os orienta, à esquerda (no caso da FBP) e/ou à direita (no caso do MBL e do VPR). Nos *sites* dos grupos, tal estratégia é alimentada pela construção discursiva de um “nós”. Tal construção materializa-se nos manifestos e, de forma constante, na divulgação de cartazes e bandeiras com palavras de ordem ligadas a causa. No caso dos grupos pró-impeachment através, também, da comercialização de produtos (canecas, camisetas e adesivos), utilizados pelos participantes das manifestações de rua.

A segunda estratégia identificada relaciona-se, de maneira importante, com a busca pela **legitimação do discurso mobilizador**, através da referenciação/interação com outras mídias no ciberespaço. No caso do MBL e do VPR, com as mídias de massa brasileiras e, no caso da FBP, com as organizações que a integra e com mídias alternativas de esquerda. Foi possível notar, neste caso específico, a importância dada pelos grupos ao enquadramento positivo/negativo que recebem. Isso significa que há uma seleção estratégica das fontes de que se apropriam.

Os grupos também atuam, estrategicamente, com a **ampliação da perspectiva de participação do mobilizado e do potencial mobilizado**, através do desenvolvimento e da divulgação de ferramentas de pressão nos sites (Mapa do Impeachment e Mapa da Democracia). A ideia é engajar o visitante do site, incentivando-o a participar de ciberações nas plataformas digitais, envolvendo-o com as demandas da causa defendida e, naturalmente, com os atos organizados nas ruas.

Esse último capítulo, buscou relacionar os principais resultados dos dados extraídos das análises, que tiveram por finalidade, responder aos objetivos dessa dissertação. Na sequência, serão apresentadas algumas considerações finais.

V- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve por objetivo identificar as estratégias de convocação empreendidas pelo MBL, pelo VPR e pela FBP em suas plataformas na internet (*sites*), durante o processo de impeachment de Dilma Rousseff. A escolha do tema relacionou-se, principalmente, ao desejo de se compreender como as práticas (ciberativistas) de movimentos sociais na internet, são articuladas, afetando e sendo afetadas por elementos das estruturas sociais e por eventos de outra natureza. Dito de outra maneira, buscou-se nessa dissertação, analisar a realidade particular construída por esses grupos, através de seus projetos mobilizadores, para favorecer/incitar ou desqualificar/resistir ao impeachment de Dilma Rousseff.

A ideia de que uma elaboração discursiva tem poder para alterar um sistema político e as relações entre os sujeitos, mostrou-se realizável, a partir dos resultados dessa pesquisa, que se dirigiu, inicialmente, a uma investigação sistemática sobre 1) o papel movimentos sociais nos sistemas democráticos; 2) as teorias e os conceitos norteadores dos movimentos sociais; 3) as potencialidades e os limites do engajamento cívico na internet, incluindo-se aí, as mudanças nos repertórios dos movimentos sociais diante da configuração das práticas ativistas e ciberativistas e 4) as complexas relações entre as mídias de massa e as mídias ativistas.

O debate sobre as teorias democráticas revelou-se indispensável para se refletir sobre os significados atribuídos à democracia e sobre o modo como os movimentos analisados nessa dissertação, a empregam. O MBL, o VPR e a FBP acionam a palavra democracia, para defender suas perspectivas acerca do regime político brasileiro e das implicações do impeachment para o país. Para ajudar a compreender os enquadramentos construídos pelos grupos sobre a democracia, buscou-se, através do debate sobre as teorias democráticas, delinear as possibilidades e os desafios postos à participação política dos cidadãos, em diferentes sistemas democráticos. As referências de Bobbio (1997; 2007) e Dahl (1997; 2001), sobre as prerrogativas e os modelos de democracia (ideal x realizável), foram apresentadas para se construir um arcabouço teórico acerca das variadas concepções de democracia existentes. Para esses autores, a democracia ainda não alcançou sua plenitude para ser realizável, dada a limitação dos sistemas políticos.

Foi possível perceber, a partir das percepções de Tilly (2010; 2013) e Rosanvallon (2007), o papel e a importância das mobilizações sociais e do ativismo político no contexto democrático. Tilly, por exemplo, descreve a mobilização popular como um critério que incide

sobre os processos de democratização e, também, de desdemocratização de um país. Rosanvallon, por sua vez, relaciona a demanda por participação em um país ao frágil funcionamento de muitas democracias, defendendo a ideia de uma contra-democracia, com abertura para a intervenção da sociedade civil (vigilante e contestadora). O posicionamento dos autores citados propiciou a essa pesquisa, a compreensão de que o regime democrático brasileiro mantém, apesar de suas deficiências, uma certa porosidade para aderir a existência e a atuação de movimentos sociais no espaço público, que emergiram de forma mais intensa, a partir das jornadas de 2013.

Através da abordagem teórica, buscou-se demonstrar que a emergência de movimentos sociais no Brasil nos últimos anos deve-se, principalmente, ao modo como os sujeitos engajados se apropriaram das TICs. Apesar dos altos índices de “fractura digital”, que limita a participação das pessoas que não tem acesso à internet nas sociedades contemporâneas, buscou-se evidenciar que o ambiente digital alterou, de maneira importante, as dinâmicas de engajamento cívico, propiciando o surgimento de novos grupos, como o MBL e o VPR (pró-impeachment) e, também, ampliando a atuação daqueles que já tinham experiência em ações ativistas no espaço público brasileiro, como a FBP (contra o impeachment).

Para construir tal percepção buscou-se, nessa pesquisa, apresentar os conceitos e as teorias norteadoras dos movimentos sociais. A partir do acionamento de autores como Gohn (1997; 2013), Tilly (2010; 2013), Melucci (1989) e Tarrow (2009), estabeleceu-se uma compreensão acerca das dinâmicas que sustentam e que dirigem os grupos organizados. Muitas delas, puderam ser identificadas nos projetos mobilizadores dos movimentos sociais analisados nesta dissertação. A esse respeito, a perspectiva de Tarrow (2009, p 27), sobre as ações coletivas, alinhou-se bem a algumas práticas identificadas nos repertórios e nas campanhas do MBL do VPR e da FBP. Quais sejam: 1) exercer pressão a autoridades; 2) oferecer incentivos seletivos aos membros ou futuros membros e 3) desafiar códigos culturais através de novas práticas.

Por possuírem a capacidade de promover ações coletivas como as descritas, esses movimentos empreenderam ações que geraram efeitos na ordem social e política, durante o processo de impeachment de Dilma Rousseff no Brasil. No entanto, como apontou Gohn (1997, p.202), os movimentos sociais têm o poder de promover transformações que podem ser progressistas, conservadoras ou reacionárias, “dependendo das forças sociopolíticas a que estão articulados, em suas densas redes; e dos projetos políticos que constroem com suas ações”. Foi

possível constatar, ainda, que a habilidade para gerar efeitos sobre as instituições, os representantes políticos e a sociedade civil diz respeito a capacidade desses movimentos de se fazerem visíveis.

Apesar da autonomia oferecida pelas TICs, no que se refere ao desenvolvimento de meios de comunicação ativistas (*sites*, redes sociais etc.), muitos grupos de protesto buscam, principalmente, ser objeto de uma visibilidade positiva das mídias de massa. No caso dos movimentos analisados nessa pesquisa, foi possível identificar que para além da visibilidade, os grupos favoráveis ao impeachment buscaram, também, se apropriar do discurso dessas mídias para legitimar as ações que empreenderam.

A relação com as mídias de massa pode ser vista como uma prática estratégica de alguns grupos. No entanto, foi possível perceber que a preocupação com o enquadramento dado (positivo/negativo) ultrapassa a necessidade e a vontade dos movimentos em terem as suas demandas publicizadas. Esse é o caso da FBP, que por razões relacionadas a sua orientação ideológica e pela distorcida visibilidade a que foi submetida pelos enquadramentos das mídias de massa - durante o processo de impeachment - buscou, através do seu *site* e das redes de comunicação das organizações que a integra, convocar e mobilizar as pessoas, desafiando e recusando a reprodução de discursos das mídias de massa em suas campanhas.

Para além da complexa relação entre os movimentos sociais e as mídias de massa, fez-se necessário destacar, na segunda parte dessa dissertação, o caráter público das mobilizações sociais. Para tanto, apresentou-se a perspectiva de que os movimentos atuam enquanto “circuitos de comunicação pública” (MARQUES, 2012), porque mediam a relação entre a sociedade civil e outros atores (políticos, organizacionais, etc.) e, também, porque promovem o debate sobre assuntos de interesse público. A esse respeito, acionou-se a perspectiva de Weber (2007), que acrescentou a essa pesquisa, a compreensão de que a comunicação pública pode ser definida como uma rede de organizações públicas e privadas, em que circulam, estrategicamente, os temas de interesse público. Tais perspectivas foram acionadas para defender a ideia de que os movimentos pró e contra o impeachment de Dilma Rousseff atuaram nessa dinâmica: ao trazer a público informações sobre a corrupção, sobre o sistema democrático brasileiro, a legalidade ou a ilegalidade do afastamento da Presidenta da República, os grupos estabeleceram uma interação com outras redes, que afetadas, inseriram-se no debate.

A partir das análises dos *sites*, foi possível perceber que o repertório de campanha dos movimentos foi construído de forma estratégica.

Para convocar e influenciar os cidadãos, eles adotaram o uso de ferramentas, de maneira criativa, orientadas para esse fim. O Mapa do Impeachment desenvolvido pelo grupo VPR, por exemplo, visava através atuação direta da sociedade civil, a busca por resultados práticos na esfera política. As pessoas eram incentivadas a pressionar deputados e senadores a se posicionarem de modo favorável a admissibilidade do processo de impeachment de Dilma Rousseff. Do mesmo modo, através do Mapa da Democracia, os grupos que assumiam posição contrária ao impedimento, também incentivavam as pessoas a adotar prática semelhante. Tais iniciativas só foram possíveis, graças a interatividade viabilizada pela internet que, como aponta Castells (2013, p.67), “são um componente indispensável na prática e na organização desses movimentos tal como existem”.

As perspectivas teóricas apresentadas e as análises empreendidas demonstraram, ainda, que a apropriação dessas tecnologias afetou os projetos mobilizadores dos movimentos sociais, que adotaram práticas interativas, para alcançar seus objetivos. As metodologias aplicadas na investigação dos dados: análise documental e histórico-descritiva, ACD (Análise Crítica do Discurso) e ARS (Análise de Redes Sociais) contribuíram para que se confirmasse tal percepção.

Através da análise documental e histórico – descritiva foi possível recolher dados como: 1) a jurisprudência que fundamenta o impeachment no Brasil, 2) os resultados de pesquisas de opinião sobre a capacidade do governo Dilma e as manifestações no Brasil, elaboradas por institutos especializados, outras instituições e mídias, 3) o histórico e as mídias criadas pelos movimentos eleitos para este estudo, 4) o histórico do PT (partido dos trabalhadores), incluindo-se também, a trajetória política de Dilma Rousseff e 4) informações e notícias veiculadas por mídias de massa e alternativas sobre o contexto político social do Brasil (escândalos de corrupção, crise econômica, disputa por projetos democráticos distintos etc.). Material que ajudou a esclarecer o direcionamento dos projetos mobilizadores do MBL, do VPR e da FBP, bem como as relações de poder que os circundavam.

Para avaliar o modo de interagir, representar e identificar (o momento político, as instituições e as pessoas) dos movimentos sociais, durante o processo de impeachment, recorreu-se a ACD. A partir do modelo tridimensional de Fairclough (2001), foram estabelecidas categorias de análise para a investigação do conteúdo dos *sites* do MBL, VPR e da FBP, no âmbito do texto, das práticas discursivas e das práticas sociais. Tais análises revelaram as ordens de discurso que orientaram os membros (produtores e reprodutores de

conteúdo), as ideologias que incorporaram e os relacionamentos que construíram para representar/construir uma realidade acerca do cenário político, social e econômico do Brasil.

O aporte teórico de Fairclough (2001, 2003, 2010) permitiu que se constatasse a relação dialética entre as estruturas sociais, os eventos que marcaram o processo de impeachment e as práticas em que se inserem os movimentos sociais. Pode-se dizer, desse modo, que as práticas desses movimentos sociais foram afetadas pelos eventos (escândalos de corrupção, crise econômica, etc.) e moldadas por estruturas sociais amplas, que incidiram sobre o comportamento de seus líderes, organizadores, etc. Em contrapartida, a atuação desses grupos (*online* e *off-line*) gerou uma série de efeitos sobre organizações públicas e privadas, sobre a sociedade civil e os representantes políticos. Essas ações, responsáveis por trazer à tona uma pluralidade de discursos (de outros atores e mídias), foram importantes para que se revelassem as relações e as disputas por poder encobertas nas atividades desses movimentos sociais.

Com o auxílio da ARS, foi possível identificar e mensurar em que graus eram mantidas relações entre os grupos nos *sites*, com outros atores na internet. Constatou-se, a partir dos dados coletados, que as mídias de massa brasileiras assumiram uma posição central nos repertórios e nas redes de mobilização interativas construídas pelos grupos favoráveis ao impeachment. Por outro lado, a frente que defendeu o mandato da Presidenta Dilma, optou por não as referenciar.

Nesse sentido, é possível concluir que através da comunicação empreendida nesses *sites*, os grupos contra e a favor do impeachment exerceram, de forma clara, planos de ação para atingir espaços de visibilidade distintos (tradicionais e alternativos) com o intuito de defender suas posições político-ideológicas. Ao se comunicarem, o MBL, o VPR e a FBP atuaram de maneira estratégica, construindo representações sobre temas de interesse público (saúde, educação, economia etc.) influenciando, de maneira importante, os eventos que resultaram no impeachment de Dilma Rousseff.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, Ângela. As Teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. In: **Lua Nova**, n. 76, p. 49-86, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n76/n76a03.pdf>>. Acesso em: 22 de set. 2016.

AMARAL, Adriana. R.; FRAGOSO, Sueli; RECUERO, Raquel. **Métodos de Pesquisa para Internet**. 1. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia**: uma defesa das regras do jogo. 6. ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1997.

_____. **Estado, Governo, Sociedade**: para uma teoria geral da política. 14. ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2007.

BRAGA, Clara S.; COUTO e SILVA, Daniela B.; MAFRA, Rennan L. M. In: HENRIQUES, Márcio S. (Org.). **Comunicação e estratégias de mobilização social**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.

BRANDÃO, Elizabeth. P. Conceito de comunicação pública. In: DUARTE, Jorge. **Comunicação pública**: estado, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.html>. Acesso em: 21 fev. 2016.

BRASIL. Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950. Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento. Disponível em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/128811/lei-do-impeachment-lei-1079-50>>. Acesso em 10 de jan. 2016.

BROSSARD, Paulo. **O impeachment**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 1992.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CHAIU, Marilena. **Brasil**: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

DAHL, Robert. **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1997.

_____. **Sobre a democracia**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

DAHLGREN, Peter. The Internet, public spheres, and political communication: dispersion and deliberation. **Political Communication**, n. 22, p. 147-162, 2005.

DUTRA, Eliana. F. **O ardil totalitário: imaginário político do Brasil dos anos 30**. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Editoras UFRJ/ UFMG, 1997.

ESTEVES, João P. Novos Media e Deliberação: sobre redes, tecnologia, informação e comunicação. **Revista Media & Jornalismo**, v. 18, n. 10, 2011.

_____. **Sociologia da Comunicação**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

_____. **O Espaço Público e os Media: sobre a Comunicação entre Normatividade e Facticidade**. Contagem: Edições Colibri, 2005.

_____. Sobre a opinião pública que já não o é – ao ter deixado de ser propriamente pública e também uma opinião. **Revista Intexto**, Porto Alegre, UFGRS, n. 34, p.276-293, set/dez. 2015.

FARIAS, Deusiney. R. A. Tensões políticas na cibercultura: uma pesquisa sobre ciberativismo e campo político brasileiro. In: SEMINÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 2014, São Paulo. **Mídia, Política e Eleições**. São Paulo, 2014.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

_____. 2003. **Analysing discourse**. Textual analysis for social research. Proceedings 33rd International Systemic Functional Congress 2006 1081 London: Routledge.

_____. A dialética do discurso. Tradução de Raquel Goulart Barreto. **Revista Teias**, v. 11, n. 22, p. 225-234, mai/ago 2010.

_____; MELO, Iran. F. Análise Crítica do Discurso como método em pesquisa social científica. **Linha D'Água**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 307-329, dec. 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/47728/51460>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

GANZ, Marshall. Resources and Resourcefulness: strategic capacity in the Unionization of California Agriculture, 1959 -1966. In: **American Journal of Sociology**, v. 105, n. 4, p. 1003-1062, 2000.

GIL, Antônio. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GOMES, Wilson. A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. **Revista Fronteiras – estudos midiáticos**, v. 7, n.3, p. 214-222, 2005.

_____. MAIA, Rousiley. **Comunicação e democracia: problemas & perspectivas**. São Paulo: Paulus, 2008.

_____. **Doze Teses sobre Manifestações de Rua Como Forma de Comunicação Política**. Disponível em <<http://www.ceadd.com.br/doze-teses-sobre-manifestacoes-de-rua-como-forma-de-comunicacao-politica/>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

GOHN, Maria. G. **Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

_____. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. **Revista Mediações**, Londrina, v.5, n..1, p. 11-40, jan/jun, 2000.

_____. Manifestações de protesto nas ruas do Brasil a partir de junho de 2013: novíssimos sujeitos em cena. **Revista Diálogo Educação, Curitiba**, v. 16, n. 47, p. 125-146, jan. /abr. 2016.

_____. Comunicação, comunidades e os desafios da mobilização social. In: XXVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28, 2005, Rio de Janeiro. **Anais**. Rio de Janeiro: UERJ, 2005.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. **Metáforas da Vida Cotidiana**. (Coordenação de Tradução Mara Sophia Zanotto) Campinas, SP: Mercados de Letras; São Paulo: EDUC, 2002.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. **Lua Nova [online]**, n.76, p.11-48, 2009

MAIA, Rousiley; CASTRO, M. C. S. **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. **A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

MARCONI, Marina. A; LAKATOS, Eva. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

MARQUES, Ângela; NOGUEIRA, Érika. Estratégias de visibilidade utilizadas por movimentos sociais na internet. **Revista Comunicação Midiática**, v.07, n. 02, p.138-161, maio/ago, 2012.

_____. Comunicação pública e constituição de cenas de dissenso em contextos institucionais. **Revista Organicom**, ano 12, n. 22, p. 78-91, 1 sem. 2015.

_____; MARTINO, Luis. M. S. Reconfigurações políticas do religioso no ambiente digital: da crença particular à opinião pública. In: JESUS, E.; TRINDADE, E.; JANOTTI JR, J.; ROXO, M. **Reinvenção comunicacional da política: modos de habitar e desabitar o século XXI**. Salvador: EDUFBA; Brasília: Compós, 2016.

MELO, Cristina T. V. A análise do discurso em contraponto à noção de acessibilidade ilimitada da Internet. In: MARCUSCHI, Luiz Antônio; XAVIER, Antônio Carlos. **Hipertexto e gêneros digitais**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua Nova**, São Paulo, v. 17, p. 49-66, jun. 1989.

MORAES, Dênis. **O ativismo digital**. Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/pag/moraes-denis-ativismo-digital.html>>. Acesso em: 14 de set. 2016.

PAPACHARISSI, Zizi. **The virtual sphere 2.0: the internet, the public sphere and beyond**. Handbook of internet politics, London: Routledge, 2009.

PEREIRA, Marcus A. G. Internet e mobilização política – os movimentos sociais na era digital. **Teoria e Sociedade**, v. 2, n. 18, p. 10-33, jul./dez. 2010.

PRUDENCIO, Kelly. Comunicação e mobilização política na internet. **Extensão em Foco, Curitiba**, n. 4, p. 97-105, jul./dez. 2009.

RECUERO, Raquel. O Interdiscurso Construtivo como Característica fundamental dos Webrings. **Intexto**, Porto Alegre, v. 10, 2004.

_____. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Meridional, 2009.

_____. **Webrings: As Redes de Sociabilidade e os Weblogs**. Revista Sessões do Imaginário, da Famecos/PUCRS. Porto Alegre, v.11, p. 19-27, 2004a. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/limc/PDFs/webrings.pdf>>. Acesso em 10 jan, 2017.

_____. **Teoria das Redes e Redes Sociais na Internet: considerações sobre o Orkut, os weblogs e os fotologs**. In: XXVII Intercom - Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Porto Alegre, Anais do XVII Intercom, 2004b. Disponível em: <<http://galaxy.intercom.org.br:8180/dspace/bitstream/1904/17792/1/R0625-1.pdf>>. Acesso em 20 jan, 2017.

_____. **Contribuições da Análise de Redes Sociais Para o Estudo das Redes Sociais na Internet: o caso da hashtag #tamojuntodilma e #calaabocadilma**. Revista Fronteiras – estudos midiáticos: maio/agosto 2014.

RESENDE, Viviane; RAMALHO, Viviane. **Análise de discurso para a crítica: o texto como material de pesquisa**. Linguagem e Sociedade, v.1, Campinas: Pontes Editores, 2011.

_____. **Análise de discurso crítica**. 2ª edição. São Paulo: Contexto, 2011.

ROSANVALLON, Pierre. **La contrademocracia: la política em la era de la desconfianza**. 1ª ed. Buenos Aires: Manantial, 2007.

RUCHT, Dieter. **The quadruple ‘A’: media strategies of protest movements since the 1960s**. In: DONK, Win. V de et al. (Ed.) **Cyberprotest: new media, citizens and social movements**. London: Routledge, 2007. p. 29-56.

SANTOS, Gersiney. P.; RESENDE, Viviane. M. **Veja o fim do arco-íris - uma análise do artigo "A geração tolerância" e a construção de identidades homossexuais**. Caleidoscópio, v. 10, nº. 2, p. 153-160, 2012.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento**. Movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Vozes, 2009.

TOMAÉL, Maria Inês; MARTELETO, Regina Maria. Redes sociais: posições dos atores no fluxo da informação 10.5007/1518-2924.2006v11nesp1p75. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, p. 75-91, nov. 2007. ISSN 1518-2924. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2006v11nesp1p75>>. Acesso em: 10 jul 2017.

THOMPSON, John. B. **A Mídia e a Modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1998.

THOMPSON, John. B. **O escândalo político**: poder e visibilidade na era da mídia. Petrópolis: Vozes, 2002.

TILLY, Charles. Movimentos Sociais como Política. Brasília, **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 3, p. 133-160, jan/jul 2010.

_____. **Democracia**. Tradução de Raquel Weiss. Petrópolis: Vozes, 2013.

VEGH, Sander. **Classifying forms of online activism**: the case of cyberprotests against the World Bank. In: McMaughey, Martha; AYERS, Michael D. (Ed.) *Cyberactivism. Online Activism in Theory and Practice*. New York: Routledge, 2003. p. 71-96.

WEBER, Maria. H. Na Comunicação Pública, a captura do voto. **LOGOS 27: Mídia e Democracia**, Rio de Janeiro, ano 14, p. 21-42, 2 sem. 2007.

_____. Estratégias da comunicação de Estado e a disputa por visibilidade e opinião. In: KUNSCH, Margarida (Org.). **Comunicação Pública, sociedade e cidadania**. São Caetano do Sul: Difusão, 2011.

ANEXO A

Manifesto do Movimento Brasil Livre Publicado no dia 04 de novembro de 2014

Somos adultos, adolescentes e idosos; somos brancos, negros, pardos, amarelos e até meio rosados; somos empresários, empregados, autônomos estudantes e funcionários públicos; somos ricos, pobres, classe-média; somos homens e mulheres. Somos BRASILEIROS. E nos importamos com os rumos do nosso país. Acreditamos que um governo deve servir para unir o seu povo, e não criar divisões artificiais. Deve tratar as pessoas como cidadãos, e não como súditos ou peças descartáveis de um jogo de tabuleiros a serem manipuladas e manobradas. Lutamos e torcemos a favor do Brasil independente de qual seja o governo. Não importa a cor ou sigla do timoneiro, estamos todos no mesmo barco. Mas EXIGIMOS MUDANÇAS. Chega de corrupção, chega de impunidade. Chega de desrespeito às instituições democráticas e ao império da lei.

O QUE QUEREMOS?

- IMPRENSA LIVRE E INDEPENDENTE, sem verbas ou regulamentações governamentais que influenciem seus posicionamentos.
- TRANSPARÊNCIA E LISURA nas investigações de todos os crimes contra a Petrobrás, patrimônio de todos os brasileiros.
- AUDITORIA EXTERNA das urnas eletrônicas utilizadas nas eleições.
- INVESTIGAÇÃO SOBRE A ATUAÇÃO DOS CORREIOS NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS.
- RESPEITO À SEPARAÇÃO DE PODERES E À ORDEM CONSTITUCIONAL.
- FIM DOS SUBSÍDIOS DIRETOS E INDIRETOS A DITADURAS.

ANEXO B

Manifesto do Movimento Vem Pra Rua Publicado no dia 16 de outubro de 2014

O Vem Pra Rua é um movimento suprapartidário, democrático e plural que surgiu da organização espontânea da sociedade civil para lutar por um Brasil melhor. Brasileiros de todas as regiões do país, de todas as classes sociais e de todas as idades passaram a se mobilizar, desde o final de 2014, contra a grave situação econômica, política e social pela qual passamos. Preocupados com os rumos que tomava a política brasileira, sequestrada que estava e está por gente incompetente, despreparada e sem compromissos com o país, alarmados com os casos de corrupção de proporção cada vez mais gigantesca, que consomem nossas riquezas e energias como Nação, e indignados com o agravamento da crise econômica – com suas consequências sociais –, nós, cidadãos brasileiros, não podemos deixar que a política seja feita apenas nos gabinetes: já era hora de a política tomar as ruas! Foi por isso que o Vem Pra Rua levou, juntamente com outros movimentos da sociedade civil, mais de 2 milhões de pessoas às ruas de todo o Brasil em 4 grandes manifestações contra a corrupção e o desgoverno que ameaçam nossa sociedade.

O QUE QUEREMOS?

Nós do Vem Pra Rua queremos um Brasil livre da corrupção, uma política feita com ética e um Estado desinchado e eficiente. Queremos um Brasil verdadeiramente democrático e justo, e não há democracia nem justiça com corrupção, incompetência e autoritarismo. Uma sociedade democrática não pode ser refém de um governo ou de partidos autoritários, que sequestram bandeiras e causas da população, cassam a palavra e os anseios das pessoas e julgam-se acima do bem e do mal. Uma sociedade justa não pode aceitar a impunidade dos poderosos da República, sejam eles políticos ou governantes, empresários ou banqueiros, pois ninguém pode atuar à margem da lei. Combater a corrupção, erguer a bandeira da ética na política e defender um Estado capaz de servir a sociedade, e não o contrário, é o caminho para um Brasil democrático e justo.

ANEXO C

Manifesto da Frente Brasil Popular Publicado no dia 8 de setembro de 2015

Vivemos um momento de crise. Crise internacional do capitalismo, crise econômica e política em vários países vizinhos e no Brasil. Correm grave perigo os direitos e as aspirações fundamentais do povo brasileiro: ao emprego, ao bem-estar social, às liberdades democráticas, à soberania nacional, à integração com os países vizinhos. Para defender nossos direitos e aspirações, para defender a democracia e outra política econômica, para defender a soberania nacional e a integração regional, para defender transformações profundas em nosso país, milhares de brasileiras e de brasileiros de todas as regiões do país, cidadãos e cidadãs, artistas, intelectuais, religiosos, parlamentares e governantes, assim como integrantes e representantes de movimentos populares, sindicais, partidos políticos e pastorais, indígenas e quilombolas, negros e negras, LGBT, mulheres e juventude, realizamos esta Conferência Nacional onde decidimos criar a Frente Brasil Popular.

Nossos objetivos são:

1. Defender os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras: melhorias das condições de vida, emprego, salário, aposentadoria, moradia, saúde, educação, terra e transporte público! Lutamos contra o atual ajuste fiscal e contra todas as medidas que retiram direitos, eliminam empregos, reduzem salários, elevam tarifas de serviços públicos, estimulam a terceirização, ao tempo em que protegem a minoria rica. Defendemos uma política econômica voltada para o desenvolvimento com distribuição de renda. Lutamos contra a especulação financeira nacional e internacional, que transfere para uma minoria, por vias legais ou ilegais, através da corrupção e de contas bancárias secretas, parte importante da riqueza produzida pelo povo brasileiro! Lutamos por uma reforma tributária que — por meio de medidas como o imposto sobre grandes fortunas e a auditoria da dívida — faça os ricos pagarem a conta da crise.
2. Ampliar a democracia e a participação popular nas decisões sobre o presente e o futuro de nosso país. Lutamos contra o golpismo — parlamentar, judiciário ou midiático — que ameaça

a vontade expressa pelo povo nas urnas, as liberdades democráticas e o caráter laico do Estado! Lutamos por uma reforma política soberana e popular, que fortaleça a participação direta do povo nas decisões políticas do País, garanta a devida representação dos trabalhadores, negros e mulheres, impeça o sequestro da democracia pelo dinheiro e proíba o financiamento empresarial das campanhas eleitorais! Lutamos contra a criminalização dos movimentos sociais e da política, contra a corrupção e a partidarização da justiça, contra a redução da maioria penal e o extermínio da juventude pobre e negra das periferias, contra o machismo e a homofobia, contra o racismo e a violência que mata indígenas e quilombolas!

3. Promover reformas estruturais, para construir um projeto nacional de desenvolvimento democrático e popular: reforma do Estado, reforma política, reforma do poder judiciário, reforma na segurança pública com desmilitarização das Polícias Militares, democratização dos meios de comunicação e da cultura, reforma urbana, reforma agrária, consolidação e universalização do Sistema Único de Saúde, reforma educacional e reforma tributária! Lutamos pela democratização dos meios de comunicação de massa e pelo fortalecimento das mídias populares, para que o povo tenha acesso a uma informação plural, tal como está exposto na Lei da Mídia Democrática. 4. Defender a soberania nacional. O povo é o dono das riquezas naturais, que não podem ser entregues às transnacionais e seus sócios! Lutamos em defesa da soberania energética, a começar pelo Pré-Sal, a Lei da Partilha, a Petrobrás, o desenvolvimento de ciência e tecnologia, engenharia e de uma política de industrialização nacional! Lutamos pela soberania alimentar e em defesa do meio ambiente, sem o qual não haverá futuro. Lutamos contra as forças do capital internacional, que tentam impedir e reverter a integração latino-americana. Convidamos a todas e a todos que se identificam com esta plataforma a somar-se na construção da Frente Brasil Popular. O povo brasileiro sabe que é fácil sonhar todas as noites. Difícil é lutar por um sonho. Mas sabe, também, que sonho que se sonha junto pode se tornar realidade.